

idp

idp

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LINGUAGEM SIMPLES NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO APLICADO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL

MIRIAM BENETON VALIM

Brasília-DF, 2024

MIRIAM BENETON VALIM

**LINGUAGEM SIMPLES NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA:
UM ESTUDO APLICADO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS DO
DISTRITO FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Milton de Souza Mendonça Sobrinho.

Brasília-DF 2024

MIRIAM BENETON VALIM

LINGUAGEM SIMPLES NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO APLICADO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 20 / 12 / 2024

Banca Examinadora

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho - Orientador

Prof. Dr. Luiz Augusto Ferreira Magalhães - Coorientador

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Profa. Dra. Gleice Carvalho de Lima Moreno

Cutter Valim, Miriam Beneton
Linguagem simples na comunicação pública: um estudo aplicado em
órgãos públicos do Distrito Federal/ Miriam Beneton Valim. – Brasília: IDP,
2024.

120 f.
Inclui bibliografia.

Dissertação – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa –
IDP, Mestrado Profissional em Administração Pública, Brasília, 2024.
Orientador: Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Filho.

1. Comunicação inclusiva. 2. Legibilidade. 3. Linguagem simples. I. Título.

CDD: 350

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão a Deus, por me conceder força e sabedoria para superar os desafios desta jornada acadêmica.

A minha querida e saudosa MÃE cuja força, amor e ensinamentos sempre serão minha maior inspiração. Este trabalho é dedicado a ela, com eterna gratidão e saudade.

Ao Governo do Distrito Federal, meu reconhecimento e gratidão pela oportunidade proporcionada, que me permitiu concretizar mais um sonho e viabilizar este estudo, contribuindo para o aprimoramento da administração pública.

Ao meu marido, Joel , que foi meu cientista de dados e companheiro nas horas de estudo, ajudando de forma incansável na automação das informações e no suporte constante durante todo o processo, um trabalho brilhante por um profissional dedicado, cuja competência e paciência foram essenciais para o sucesso desta jornada. A ele, agradeço por acreditar em mim, por estar ao meu lado nos momentos mais desafiadores e por trazer clareza e organização às questões mais complexas. Seu apoio incondicional e entusiasmo transformaram cada obstáculo em uma oportunidade de aprendizado.

Aos meus filhos, João Paulo e Rafaela Maria, por seu amor e paciência, que me deram motivação e inspiração para seguir em frente nos momentos mais desafiadores.

Aos meus orientadores, Prof. Dr. Milton Mendonça e Prof. Dr. Luiz Augusto Ferreira Magalhães, pelas orientações precisas, paciência e contribuições valiosas, fundamentais para a qualidade deste trabalho.

À Banca Examinadora Prof. Dr. Alessandro Freire e Profa. Dra. Gleice Moreno, por suas valiosas contribuições, orientações precisas e críticas construtivas, que enriqueceram significativamente este trabalho. Agradeço pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos, pela paciência e pelo rigor acadêmico que ajudaram a elevar a qualidade desta pesquisa. Seus comentários e sugestões foram

fundamentais para aprimorar minha compreensão e fortalecer os resultados alcançados.

Ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), pela acolhida e pelo fornecimento dos documentos e informações, que foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

À Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), pela colaboração e suporte com os dados e informações fornecidas.

Ao Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), por todo o ensino e pela infraestrutura que permitiram o sucesso desta dissertação.

Aos meus colegas de trabalho que me deram apoio, incentivo e compreensão ao longo desta jornada, meu sincero agradecimento. Cada palavra de encorajamento, colaboração e troca de experiências foi essencial para que eu pudesse concluir esta pesquisa. A parceria e o espírito de equipe tornaram os desafios mais leves e os momentos de aprendizado mais enriquecedores.

Por fim, agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo analisou os efeitos da implementação da Linguagem Simples (LS) em documentos oficiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). A pesquisa teve como objetivo avaliar se a normatização baseada na LS elevou a legibilidade dos textos públicos, testando a hipótese de que documentos adaptados com base na LS apresentam maior Índice de Flesch de legibilidade. Para alcançar esse objetivo, foram analisados 57 pares de documentos do TJDFT e 8 pares da SES/DF, utilizando as ferramentas ALT e Coh-Metrix-Port 3.0 para avaliar aspectos relacionados à clareza e complexidade linguística. No caso dos documentos da SES/DF, devido à amostra reduzida, optou-se pela aplicação de análises descritivas e pela correlação de Pearson para examinar associações entre os indicadores avaliados. Os resultados indicaram uma simplificação consistente nos documentos revisados, o que sugere que a adoção da LS reduziu a carga cognitiva e melhorou a compreensão textual. Tais melhorias são especialmente relevantes em contextos de saúde pública, onde a clareza na comunicação pode impactar diretamente a tomada de decisão e o bem-estar dos cidadãos. Já para os documentos do TJDFT, foi aplicado um modelo de regressão linear múltipla para explorar as associações entre variáveis textuais e o Índice de Flesch. O modelo identificou um coeficiente positivo de 2,2959 para a variável Dummy que diferencia os documentos antes e depois da implementação da LS, reforçando a teoria de que textos simplificados aumentam a legibilidade e conseqüentemente elevam o índice de Flesch. Os coeficientes das demais variáveis analisadas corroboram que a normatização da LS contribuiu significativamente para a acessibilidade e a clareza dos textos jurídicos, embora também tenham revelado a complexidade inerente à interação entre variáveis linguísticas nesses tipos de documentos. Os achados deste estudo demonstram que a aplicação das diretrizes da Linguagem Simples em documentos oficiais pode potencializar a acessibilidade e promover a comunicação inclusiva. Além disso, os resultados aprofundam a compreensão dos fatores linguísticos que influenciam a clareza textual, destacando a importância de intervenções estruturadas para aprimorar a legibilidade em diferentes contextos institucionais.



Palavras chave: Leiturabilidade, Linguagem Simples, Clareza Textual, comunicação inclusiva.



ABSTRACT

This study analyzed the effects of implementing Plain Language (PL) in official documents from the Federal District Court of Justice (TJDFT) and the Federal District Health Department (SES/DF). The research aimed to evaluate whether the standardization based on PL improved the readability of public texts, testing the hypothesis that documents adapted to PL guidelines present a higher Flesch Reading Ease score. To achieve this goal, 57 pairs of documents from TJDFT and 8 pairs from SES/DF were analyzed using the ALT and Coh-Metrix-Port 3.0 tools to assess aspects related to clarity and linguistic complexity. For SES/DF documents, due to the small sample size, descriptive analyses and Pearson correlations were applied to examine associations between the evaluated indicators. The results indicated consistent simplification in the revised documents, suggesting that the adoption of PL reduced cognitive load and improved text comprehension. These improvements are particularly relevant in public health contexts, where clarity in communication can directly impact decision-making and citizen well-being. For TJDFT documents, a multiple linear regression model was applied to explore associations between textual variables and the Flesch Reading Ease score. The model identified a positive coefficient of 2.2959 for the Dummy variable, which differentiates documents before and after the implementation of PL, reinforcing the theory that simplified texts increase readability and consequently elevate the Flesch score. The coefficients of other analyzed variables further corroborate that PL standardization significantly contributed to the accessibility and clarity of legal texts, while also revealing the inherent complexity of the interaction between linguistic variables in such documents. The findings of this study demonstrate that applying Plain Language guidelines to official documents can enhance accessibility and promote inclusive communication. Additionally, the results deepen the understanding of linguistic factors influencing textual clarity, highlighting the importance of structured interventions to improve readability in various institutional contexts.

Keywords: Readability, Plain Language, Textual Clarity, Inclusive Communication.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMT	Assembleia Legislativa de Mato Grosso
APLIC	Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas
BSB	Metodologia Balanced Scorecard
Conex-e	Sistema de Controle Externo Eletrônico (
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
EC	Emenda Constitucional
FIA	Fundação Instituto de Administração
GEO-Obras	Sistema de Gerenciamento de Obras Públicas
GESPÚBLIC A	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GPE	Gerenciamento de Planejamento Estratégico)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Interação autor – texto – leitor	53
Figura 2 Fórmula de Flesch original	66
Figura 3 Coeficientes para o Índice de Flesch resultados da regressão linear múltipla	67
Figura 4 Fórmula de Flesch adaptada para a Língua Portuguesa	67
Figura 5 Fluxo da Automação	72
Figura 6 Painel de Gráficos letras - letras por palavras – palavras e palavras complexas	84
Figura 7 Painel de Gráficos palavras por sentença - sentenças – sílabas e sílabas por palavras	87
Figura 8 Escalas	88
Figura 9 Painel de Gráficos dos índices Flesch e Gulpease	90
Figura 10 Painel de Gráficos dos Índices ARI, Coleman Liau, Flesch Kincaid e Gunning Adaptado	93
Figura 11 Painel de Gráficos Medidas Descritivas Parágrafos, Sentenças, Sentenças por Parágrafos e Palavras por Sentenças	95
Figura 12 Painel de Gráficos Medidas Descritivas palavras e sílabas por palavra de conteúdo	97
Figura 13 Painel de Gráficos Complexidade Sintática – Palavras antes do verbo principal	99

Figura 14

Painel de Gráficos Coesão Referencial (adj arg ovl – adj cw ovl - adj stem ovl)

.....**100**

Figura 15

Painel de gráficos Coesão referencial (arg ovl - stem ovl)

.....**102**

Figura 16

Painel de Gráficos letras - letras por palavras – palavras e palavras complexas

.....**108**

Figura 17

Painel de Gráficos palavras por sentença – sentenças – sílabas e sílabas por palavras

.....**111**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1

Princípios de dados governo aberto

.....42

Quadro 2

Cases internacionais da linguagem simples

.....44

Quadro 3

Cases nacionais

.....46

Quadro 4

Resultados dos estudos de leiturabilidade

.....50

Quadro 5

Estudos Empíricos Internacionais

.....56

Quadro 6

Perguntas de Pesquisa – Kira Dreher

.....58

Quadro 7

Dados primários da pesquisa

.....62

Quadro 8

Identificação dos órgãos públicos

.....63

Quadro 9

Índices originais e adaptados de leiturabilidade textual no software ALT

.....65

Quadro 10

Medidas calculadas pelo Coh-Matrix-Port 3.0

.....67



Quadro 11

Escalas de Leiturabilidade do software ALT

.....68

Quadro 12

Métricas da ferramenta Coh-Metrix Port 3.0

.....69

Quadro 13

Explicação das escalas

.....89



LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Taxa de analfabetismo por região

.....**20**

Tabela 2

Espaço Amostral e Variáveis Analisadas

.....**104**

Tabela 3

Seleção de coeficientes e variáveis

.....**106**

Tabela 4

Regressão das diferentes variáveis independentes sobre o Índice de Flesch

.....**115**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 19

2. CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO 30

2.1 LINGUAGEM BUROCRÁTICA NA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL.. 30

2.2 FACETAS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA 33

2.3 LINGUAGEM SIMPLES (PLAIN LANGUAGE) 38

2.3.1 DEFINIÇÃO DO TERMO LINGUAGEM SIMPLES (PLAIN LANGUAGE)....
..... 39

2.3.2 UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM SIMPLES: CASES INTERNACIONAIS E NO
BRASIL 41

2.4 LEITURABILIDADE: ESTRATÉGIA ESSENCIAL PARA APRIMORAR A
CLAREZA TEXTUAL..... 47

3. CAPÍTULO 2 – MÉTODO 61

3.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA..... 61

3.2. FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA: COLETA E TRATAMENTO DE DADOS.. 62

3.3 ANÁLISE DOS DADOS..... 64

3.3.1 ADAPTAÇÃO DAS FÓRMULAS DE LEITURABILIDADE PARA A LINGUA
PORTUGUESA (FERRAMENTA ALT) 65

3.4 DETALHAMENTO OPERACIONAL DA AUTOMAÇÃO DAS TAREFAS 71

3.5 MODELO DE REGRESSÃO..... 73

3.6 FÓRMULA DE CORRELAÇÃO DE PEARSON 76

3.7 HIPÓTESE DE ESTUDO..... 77

3.8 JUSTIFICANDO O USO DE INDICADORES SINTÉTICOS 77

4. CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES..... 81

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: IMPACTO DA SIMPLIFICAÇÃO DOCUMENTAL... 81

4.2 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (SES/DF)...
..... 82

4.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SIMPLIFICAÇÃO TEXTUAL: DESCRITIVOS
COLETADOS POR MEIO DA FERRAMENTA ALT (ANÁLISE DE LEGIBILIDADE
TEXTUAL) 83

4.2.2 ÍNDICES DE LEGIBILIDADE COLETADOS POR MEIO DA FERRAMENTA
ALT (ANÁLISE DE LEGIBILIDADE TEXTUAL) 88

SUMÁRIO

4.2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SIMPLIFICAÇÃO TEXTUAL: DESCRITIVOS COLETADOS POR MEIO DA FERRAMENTA COH-METRIX-PORT 3.0.....	94
4.2.4 CORRELAÇÃO DE PEARSON APLICADA AOS DOCUMENTOS DA SES/DF	103
4.3 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT)	106
4.3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SIMPLIFICAÇÃO TEXTUAL: DESCRITIVOS COLETADOS POR MEIO DA FERRAMENTA ALT (ANÁLISE DE LEGIBILIDADE TEXTUAL).....	107
4.3.2 MODELO DE ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA DOS DOCUMENTOS DO TJDFT	112
5. CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICES.....	136



1

INTRODUÇÃO

No Brasil, a comunicação pública enfrenta desafios significativos relacionados ao uso de linguagem técnica, jargões e estruturas sintáticas complexas. Isso aliena grande parte da população, especialmente aqueles com baixo nível de escolaridade ou analfabetismo funcional. Essas barreiras comprometem a transparência e a eficácia das ações governamentais, resultando em exclusão social e dificultando o pleno exercício da cidadania.

Nesse contexto, a Linguagem Simples (LS) emerge como uma estratégia essencial para facilitar a comunicação entre o Estado e os cidadãos. Ela torna a linguagem mais clara, objetiva e de fácil compreensão. A LS visa evitar mal-entendidos e interpretações errôneas, promovendo uma comunicação inclusiva e transparente. Dessa forma, ela alcança públicos diversos, independentemente de seu nível de instrução ou conhecimento técnico. Ao proporcionar maior legibilidade aos documentos públicos, a LS contribui para garantir o acesso igualitário às informações e fortalecer os fundamentos democráticos da administração pública.

Além disso, usar uma linguagem que permita ao leitor entender claramente o que está escrito é fundamental. Quando um autor deseja transmitir uma ideia, mas a expressa de maneira complicada, ele corre o risco de não ser compreendido corretamente. Isso pode levar a mal-entendidos e até mesmo a acusações de ter dito algo que não era sua intenção. Em outras palavras, a clareza na escrita é essencial para evitar interpretações errôneas (Cutts, 2020).

Segundo Fischer *et al.*, (2019), o objetivo da linguagem simples é tornar os textos mais acessíveis e de fácil compreensão, utilizando não apenas técnicas de escrita, mas também estratégias de organização visual, como hierarquia e tipografia. Além disso, essa abordagem é considerada uma causa social, que busca garantir o acesso, uso e entendimento completo das informações, especialmente aquelas relacionadas à administração pública (Fischer *et al.*, 2019; Rede Linguagem Simples Brasil, 2022).

A evolução tecnológica e a disseminação de tecnologias digitais têm transformado significativamente a forma como as pessoas interagem e acessam informações. Nesse cenário, a Linguagem Simples destaca-se como uma ferramenta essencial para garantir o acesso equitativo ao conhecimento, facilitando a compreensão das informações por todos os segmentos da sociedade. A internet, em especial, tem desempenhado um papel crucial em estimular agências governamentais a aprimorar sua comunicação com o público (Williams, 2015).

Nesse sentido, a crescente digitalização dos serviços públicos tem ampliado o alcance dessas informações. Portais que disponibilizam dados atualizados sobre finanças, saúde e outras áreas são um exemplo disso. Haswani (2013) destaca a atuação proativa do poder público em promover o acesso à informação e incentivar discussões sobre questões relevantes para a sociedade. No entanto, para que esse acesso seja verdadeiramente inclusivo, é essencial assegurar que as informações sejam apresentadas de forma clara e compreensível, atendendo às diferentes necessidades e níveis de alfabetização da população.

Apesar da diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil, ainda há desafios. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2023 indicam uma taxa de analfabetismo de 5,4%, com leve melhora em relação aos 5,6% registrados em 2022. No entanto, as disparidades regionais e sociais continuam a ser um problema, com destaque para o Nordeste e para a população idosa. Além disso, as desigualdades raciais no acesso ao ensino médio persistem. Os dados também revelam que muitos jovens enfrentam dificuldades, com muitos abandonando a escola para trabalhar, e uma proporção considerável não estuda e nem trabalha. Esses fatores evidenciam desigualdades socioeconômicas e a necessidade urgente de políticas que promovam a equidade educacional.

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo por região (2022)	
Região	Taxa de Analfabetismo
Norte	6,4%
Nordeste	11,7%

Sudeste	2,9%
Sul	3,0%
Centro-Oeste	4,0%

Fonte: elaborado pela autora (2024), a partir de dados extraídos do site do IBGE.

Conforme apontam os dados do IBGE, as disparidades regionais e sociais na educação podem aumentar o número de analfabetos funcionais nos próximos anos. Atualmente, das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais, não sabem ler e escrever, no Brasil. Muitas dessas pessoas pertencem a grupos vulneráveis, como a população idosa e as comunidades pretas e pardas. Sem intervenções efetivas, o número de pessoas com habilidades de leitura e escrita insuficientes pode crescer.

O analfabetismo funcional pode ser entendido de duas formas. Primeiramente, pela educação formal, considerando como funcionalmente analfabetos aqueles com mais de 15 anos que não completaram quatro anos de estudo. Ou por meio de testes diretos que avaliam habilidades em leitura, escrita e matemática (Lorenzo, 2007). Nesse contexto, uma pessoa é considerada funcionalmente analfabeta quando é incapaz de participar plenamente das atividades que requerem habilidades de alfabetização para o funcionamento eficaz em seu grupo e comunidade, além do desenvolvimento pessoal e comunitário por meio do uso da leitura, escrita e cálculos (Unesco, 1978).

O direito à informação e à compreensão dos documentos públicos é fundamental para o exercício pleno da cidadania, permitindo que os cidadãos participem ativamente nas ações do Estado. Esses documentos fornecem dados sobre benefícios sociais, serviços públicos e processos legais, essenciais para a criação de uma sociedade democrática. Como ressalta Barcellos (2017), o acesso à informação capacita os cidadãos a compreenderem e utilizarem criticamente os serviços oferecidos.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), em seu artigo 5º, estabelece que o Estado deve garantir o acesso à informação de forma transparente e em linguagem de fácil compreensão. Complementarmente, a Lei nº 13.460/2017 e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) reforçam a necessidade de utilizar linguagem simples, assegurando acesso facilitado às informações pessoais e promovendo a inclusão. Essas diretrizes ressaltam a responsabilidade do Estado em

garantir que todos os cidadãos possam acessar e compreender as informações públicas.

Além disso, a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 5º, inciso XXXIII, garante o direito dos cidadãos de acessar informações públicas, com exceção daquelas essenciais à segurança do Estado e da sociedade. O artigo 37, § 3º, inciso II, prevê a participação do usuário na administração pública, incluindo o acesso a registros administrativos e atos governamentais, em consonância com as disposições sobre privacidade e sigilo. O artigo 216, § 2º, determina que a administração pública deve gerenciar a documentação governamental, garantindo sua consulta pública.

Juntos, esses dispositivos legais promovem a transparência, o direito à informação e a participação cidadã, equilibrando o acesso livre à informação com a proteção necessária ao sigilo em determinadas situações. Entretanto, a linguagem complexa, frequentemente chamada de “burocratês”, usada em comunicações e documentos normativos oficiais, tem representado um grande obstáculo para muitos cidadãos, especialmente aqueles com baixo nível de escolaridade ou dificuldades de leitura, como os analfabetos funcionais.

A linguagem torna-se uma moeda que confere aos indivíduos e grupos maior ou menor mobilidade e poder em uma economia discursiva. Ela reflete e reproduz hierarquias sociais e financeiras. Sem a linguagem adequada, é difícil compreender uma conversa, muito menos influenciá-la, conforme ressalta Garwood (2014).

A linguagem burocrática, com seu uso de terminologias técnicas e características estilísticas tradicionais, representa um obstáculo significativo para a compreensão daqueles que não pertencem às suas comunidades discursivas específicas. Isso afeta especialmente os indivíduos fora dos setores administrativos em instituições públicas e privadas, como observa Silveira (2024).

A burocracia e a complexidade da linguagem utilizada em comunicações oficiais têm dificultado o acesso e a compreensão dos cidadãos frente aos serviços públicos ofertados no âmbito da gestão pública. Campbell alerta que complexidade gera “ruído cognitivo”, impedindo que o usuário se exponha à informação essencial (Baer, 2009, p. 78 *apud* Fischer, 2021, p. 46).

A administração pública frequentemente adota uma comunicação marcada por termos técnicos e jargões, refletindo o caráter rebuscado que a Língua Portuguesa suporta. Essa prática, como sugere Bagno (2007), está relacionada a um preconceito linguístico que privilegia formas excessivamente normativas e desconsidera a diversidade e a funcionalidade da linguagem.

O autor argumenta, ainda, que é necessário questionar "velhas opiniões formadas" sobre o que é ensinar português, promovendo métodos mais modernos e pedagógicos que valorizem a adequação e a aceitabilidade linguística. Além disso, Bagno defende que a priorização do conteúdo em detrimento de uma preocupação exagerada com normas formais pode contribuir para a superação do preconceito linguístico. Essa abordagem é essencial na administração pública, onde a linguagem deve ser um instrumento de inclusão e cidadania.

Fischer (2019) defende que o uso da linguagem simples em documentos e comunicados traz benefícios significativos para cidadãos e instituições públicas. Entre os resultados, destacam-se a economia de tempo e recursos, a agilização de processos, o aumento da produtividade e, principalmente, o fortalecimento da confiança no setor público.

A clareza e acessibilidade na comunicação são essenciais para estabelecer relações transparentes entre instituições e sociedade. No entanto, é comum que as informações provenientes de governos, empresas e organizações sejam complicadas por terminologias complexas, jargões técnicos e estruturas de texto confusas, dificultando assim o acesso e a compreensão pelo público (Cappelli *et al.*, 2023).

Na sequência os autores argumentam que barreiras linguísticas reduzem a transparência e podem excluir grupos marginalizados, diminuir a confiança nas instituições e limitar a participação cidadã nas decisões. Assim, destacam a importância da linguagem simples como uma ferramenta essencial para superar esses desafios, garantindo uma comunicação clara, acessível e transparente.

Ainda, neste contexto, Fischer (2020, pág. eletrônica¹) menciona, “há muitas formas de exclusão e uma delas é a social, causada pela linguagem. Se há uma informação que garantiria um direito e ela está escrita de forma difícil, o cidadão não a entenderá e isso causará prejuízos”.

Nesse sentido, exemplos de políticas malsucedidas não faltam. Programas governamentais com grande potencial de impacto, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10), em vigor desde 2010, revela que a falta de clareza e eficácia na comunicação entre o governo e os municípios resultou em uma baixa adesão e na continuidade dos problemas relacionados ao manejo inadequado dos resíduos sólidos. A complexidade e tecnicidade dos termos usados dificultaram a compreensão das diretrizes, resultando em mais de 2 mil aterros irregulares ainda em operação e apenas 10% dos municípios apresentando propostas para transformar lixões. (Cezar, 2019, pág. 75).

Na sequência destaca-se trechos de um processo judicial que ilustra como o uso de termos técnicos torna a informação incompreensível para grande parte da população, especialmente quando transmite informações essenciais aos cidadãos. Essa abordagem de comunicação exclusiva e unilateral dissemina a exclusão social, colocando o Estado acima da população, resultando em políticas públicas que não atendem às reais necessidades do público. Portanto, ressignificar e simplificar a linguagem utilizada é uma medida urgente.

O réu ajuizou **reconvenção** às fls. 264/288, dizendo ter sido contratado pela advogada Chica Maria para fazer sua defesa em processo disciplinar aberto pela OAB, resultante de um ofício encaminhado pelo **autor-reconvindo** quando da **prolação** da **sentença** nos autos de salário maternidade nº 133/2001, em que houve o relato de **suposto** fato **antiético** praticado por ela (nome fictício).

O **autor-reconvindo** manifestou-se quanto à **contestação** e **reconvenção** às fls. 419/433, **asseverando**, em preliminar, sua **ilegitimidade passiva**, porquanto os fatos narrados pelo **réu-reconvinte** diriam respeito à pessoa física do Juiz de Direito da **comarca** de Bataguassu, representando o Estado, cabendo a

¹ <https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/escrita-simples-em-documentos-oficiais-facilita-acesso-a-direitos-diz-pesquisadora-heloisa-fischer/>

este portanto, o pagamento de **eventual indenização** decorrente de atos por si praticados em **virtude** desta **função**².

Os termos técnicos utilizados nos trechos citados dificultam a compreensão da mensagem, exigindo um grau de instrução elevado para seu pleno entendimento. Essa barreira comunicativa exclui uma parcela significativa da população menos escolarizada, impedindo o acesso pleno às informações. Como consequência, compromete-se a eficácia na implementação de políticas públicas e programas governamentais, agravando a desigualdade no acesso aos direitos e serviços.

Textos com palavras abstratas, siglas, jargões, frases longas e construções passivas dificultam a compreensão por parte do leitor. Frases complexas exigem mais esforço cognitivo para serem processadas em comparação com frases curtas e diretas. A leitura de textos densos e complicados é mais demorada, pois é necessário decodificar as palavras e reter conceitos novos na memória de trabalho (Petros *et al.*, 1990 *apud* Pettersson, 2015, p. 75).

Essa situação compromete a comunicação dos órgãos públicos, gerando incompreensão e insatisfação entre os cidadãos, como aponta Fischer (2021). Assim, adotar uma linguagem clara e acessível em documentos oficiais é fundamental para promover inclusão social e transparência governamental, evidenciando a necessidade de reformular a elaboração e transmissão das mensagens para alcançar maior clareza e efetividade.

Nesse sentido, é relevante destacar um exemplo, com êxito, que demonstra a eficácia da Linguagem Simples na comunicação entre o Estado e o cidadão, que foi o uso do personagem Zé Gotinha. Segundo Rocha (2003), ele foi essencial nas campanhas de vacinação no Brasil. Com métodos claros e acessíveis, ajudou a desconstruir paradigmas e ampliar o conhecimento sobre a vacinação.

Cezar (2019) ressalta que a personificação da campanha com um boneco-símbolo, criado pela própria população, aproximou as estratégias de comunicação da sociedade. Essa abordagem aumentou a adesão social e, com o tempo, contribuiu para a conscientização sobre a importância da vacinação na melhoria das condições de vida. Esse

² Trechos extraídos Autos: 0000-88.2005.8.12.0026 Assunto: Indenização por Danos Morais(número do processo achurado para assegurar o sigilo dos dados). Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/se/sentenca-juiz-advogado.pdf>

exemplo demonstra como estratégias de comunicação claras e acessíveis podem gerar impactos positivos significativos aos cidadãos.

Nesse sentido, uma premissa fundamental para ampliar os benefícios da Linguagem Simples no setor público é capacitar gestores e servidores públicos. Ao desenvolver habilidades técnicas em escrita simples, esses profissionais poderão aprimorar a eficiência organizacional, garantindo que a clareza e objetividade na comunicação interna se reflitam positivamente no atendimento ao público externo.

Os profissionais de linguagem simples devem compreender e antecipar diversas possíveis interpretações dos leitores durante o planejamento e a produção de textos, de acordo com Garwood (2014). Garwood (2014, p. 174) menciona que a melhor esperança do profissional de linguagem simples é compreender e antecipar uma série de possíveis interpretações do leitor no planejamento e produção de textos.

Ainda, no contexto da elaboração de textos mais acessíveis, destaca-se o movimento social e a técnica de comunicação conhecidos como *Plain Language* (Linguagem Simples), adotados internacionalmente desde os anos 1940. Ao longo das décadas, as diretrizes da Linguagem Simples foram empiricamente validadas por diversos atores sociais em várias áreas e idiomas, embora com apoio limitado de pesquisa (Fischer, 2021).

Assim, este trabalho busca investigar se a normatização da Linguagem Simples (LS) está associada a alterações significativas nos documentos oficiais, visando demonstrar que a comunicação eficaz entre o Estado e os cidadãos contribui para o acesso equitativo à informação e fortalece os fundamentos democráticos.

Para alcançar esse objetivo, esta pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, utilizou uma abordagem quantitativa para avaliar os impactos da LS na clareza e acessibilidade de documentos públicos. A análise comparou textos originais e revisados, identificando mudanças na redação e medindo sua influência na leiturabilidade, com base em elementos estatisticamente significativos. Ferramentas como ALT (Análise de Legibilidade Textual) e Coh-Metrix-Port 3.0 foram empregadas para diagnosticar barreiras cognitivas impostas pela linguagem burocrática. Entre as métricas utilizadas, destaca-se o índice Flesch, desenvolvido por Rudolf Flesch nos anos 1940, pioneiro na

avaliação da legibilidade textual. O índice mede a facilidade de leitura com base no tamanho médio das palavras e das sentenças, variando de zero a 100, sendo amplamente utilizado para determinar o grau de escolaridade necessário à compreensão de um texto (Fischer, 2021).

Os resultados da análise revelaram associação significativa entre a adoção da LS e a melhoria na clareza e acessibilidade dos documentos públicos analisados. Foi identificada correlação entre a redução da complexidade textual e a diminuição de barreiras cognitivas para leitores com diferentes níveis de instrução. Esses achados sugerem que a LS pode mitigar dificuldades de compreensão relacionadas ao uso de linguagem técnica ou burocrática. Ademais, observou-se que há um nível mínimo de simplificação necessário para maximizar os benefícios da LS, como maior clareza e inclusão, destacando a importância de equilibrar simplificação e coesão textual.

Os resultados evidenciam que a LS trouxe contribuições significativas no TJDFT. O modelo de regressão linear múltipla destaca o índice de Flesch e a variável *Dummy*, que diferencia documentos originais e revisados, como fatores-chave para demonstrar o impacto positivo da simplificação textual. A variável *Dummy* apresentou um coeficiente positivo de 2.2959, resultado esperado, confirmando que os textos revisados alcançaram maior clareza e leiturabilidade, impactando positivamente o índice de Flesch. Esses achados reforçam a efetividade da LS na redução da carga cognitiva e na promoção de uma comunicação mais acessível.

Na SES/DF, a análise descritiva indicou uma simplificação textual consistente, com menor redundância e uma organização mais clara das informações, também refletida pelo índice de Flesch. Esses resultados são especialmente importantes em contextos como o da saúde pública, onde a clareza na comunicação é essencial para garantir o acesso à informação e a tomada de decisões seguras.

A investigação ainda explora o potencial da normatização da LS para promover uma comunicação mais eficiente e inclusiva em diferentes contextos. A metodologia empregada demonstra possibilidade de adaptação e replicação em outras esferas governamentais, incentivando debates sobre práticas que aprimorem a interação entre Estado e cidadão. No entanto, os resultados também evidenciam limitações das ferramentas utilizadas, que não consideram

o impacto de recursos visuais, sugerindo a necessidade de métodos complementares para análises mais abrangentes.

Após a presente introdução, a dissertação está estruturada em três capítulos principais, que integram teoria, metodologia e resultados. No capítulo 1, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, explorando conceitos de linguagem burocrática, leiturabilidade e o movimento pela adoção da Linguagem Simples (LS), destacando sua relevância na administração pública. Esse embasamento sustenta os objetivos do estudo e orienta a análise dos resultados.

O segundo capítulo, detalha os procedimentos metodológicos, incluindo a escolha das ferramentas ALT e Coh-Metrix Port 3.0, as variáveis analisadas, os critérios para seleção dos documentos, bem como as estratégias de coleta, tratamento e análise dos dados, além de expor as limitações do estudo. O capítulo 3 apresenta e analisa os principais resultados obtidos, discutindo as contribuições da LS para a clareza textual e a inclusão social, destacando os avanços e desafios observados na aplicação dessa abordagem em documentos oficiais. Por fim, a dissertação encerra-se com as considerações finais, acompanhadas de sugestões para estudos futuros que possam aprofundar e expandir os temas abordados.



?

2

CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, será discutido o contexto histórico e as implicações da linguagem burocrática na comunicação governamental, especialmente no que se refere à clareza e acessibilidade das informações públicas. Inicialmente, abordaremos o conceito de "burocratês" e suas origens, evidenciando como essa linguagem tem sido uma barreira ao entendimento público e ao fortalecimento da democracia. Em seguida, será apresentada a importância da Linguagem Simples (LS) como alternativa para superar essa dificuldade, destacando sua evolução, definição e benefícios para a comunicação pública. Além disso, serão exploradas as principais facetas da comunicação pública, com ênfase no papel da linguagem na transparência e na participação cidadã, e as estratégias adotadas globalmente para promover a simplificação da linguagem em documentos oficiais. O capítulo concluirá com uma análise sobre a legibilidade e como ela pode ser usada como uma ferramenta para tornar os textos mais acessíveis e compreensíveis para diferentes públicos.

2.1 LINGUAGEM BUROCRÁTICA NA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

A comunicação pública frequentemente se vê imersa em uma linguagem carregada de termos técnicos e jargões específicos, conhecida popularmente como "burocratês". Essa forma de expressão, embora possa parecer adequada para garantir precisão e formalidade, geralmente resulta em textos de difícil compreensão para grande parte dos cidadãos. A barreira linguística erguida pelo "burocratês" não apenas dificulta o acesso à informação, mas também distancia o Estado dos cidadãos, comprometendo a transparência e a eficácia da comunicação governamental.

A origem do termo "burocracia", como esclarecido por Girglioli (1986, p. 124), remonta ao século XVIII, quando o economista fisiocrático Vincent de Gournay o utilizou para descrever o corpo de funcionários do Estado absolutista francês, que operava sob a égide do monarca. Desde sua concepção, o termo carrega uma conotação negativa,

refletindo as ineficiências e o distanciamento que caracterizam a relação entre a administração pública e a população. Esta herança histórica enfatiza a necessidade premente de repensar e transformar a forma como o governo se comunica com seus cidadãos, buscando uma linguagem que facilite, em vez de obstruir, o entendimento e o engajamento público.

Desde então, o termo ganhou amplitude e notoriedade, perpetuando-se até a contemporaneidade como uma crítica à excessiva normatização, ao ritualismo e aos formalismos presentes tanto em entidades governamentais quanto nas privadas. Esta evolução conceitual sublinha a crítica persistente à ineficiência e à complexidade desnecessária, que caracterizam tanto o setor público quanto o privado, evidenciando um desafio comum: a necessidade de simplificar processos e comunicações para melhor servir e se conectar com a sociedade.

Mendonça (1987) destaca que o “burocratês” é uma forma linguística de alto prestígio, comumente empregada em documentos oficiais tanto da burocracia administrativa pública quanto da esfera empresarial. Esse estilo de linguagem é legitimado pelas relações institucionais entre entidades oficiais e aquelas legalmente estabelecidas, por meio de gêneros textuais padronizados e reconhecidos pela comunidade discursiva na qual estão inseridos. Tais gêneros desempenham um papel crucial na organização das atividades sócio discursivas que sustentam as relações de poder e prestígio entre as diversas instâncias da burocracia estatal e, por extensão, das empresas privadas.

A linguagem burocrática, caracterizada por sua complexidade e dificuldade de compreensão, é predominantemente utilizada nos setores público e privado, influenciando diretamente a escrita formal em documentos públicos. Logo, essa complexidade compromete a legibilidade textual para indivíduos com menor escolaridade, desafiando o princípio de que documentos públicos devem ser claros, inclusivos e compreensíveis. Diante disso, torna-se imprescindível revisar e adaptar os padrões de comunicação oficial, visando maior inclusão social e transparência. A Linguagem Simples (LS) surge como um veículo eficaz para alcançar esse objetivo, ao priorizar a clareza, acessibilidade e empatia na comunicação. Sua aplicação permite que documentos oficiais sejam compreendidos por públicos diversos, independentemente do nível de escolaridade, fortalecendo a

transparência e promovendo uma comunicação pública mais inclusiva e democrática.

Em resposta aos desafios impostos pela burocracia, o Brasil deu seu primeiro passo em 1979, quando instituiu o Programa Nacional de Desburocratização, conforme estabelecido pelo Decreto nº 83.740/79, sob o princípio de que “Serviço público é servir ao público”. Esse programa tinha como objetivo reduzir a burocracia por meio da diminuição do volume de documentos, da agilização dos processos e da simplificação de legislações e normas que regulam a interação do setor público com a sociedade. No entanto, sua eficácia foi limitada, evidenciando que o sucesso da desburocratização depende crucialmente da adoção de uma linguagem mais acessível e próxima do uso cotidiano dos cidadãos, em detrimento do jargão técnico ou científico predominante.

Nesse sentido, Mendonça (1987) destaca os objetivos fundamentais da desburocratização linguística, que incluem: ampliar o entendimento sobre a natureza, estrutura e aplicações da linguagem; tratar de questões como clareza, inteligibilidade e concisão em textos destinados ao público geral; demonstrar como a simplificação linguística pode descomplicar a administração pública do país; e analisar detalhadamente elementos lexicais, sintáticos e semânticos da linguagem burocrática.

Isso envolve examinar o uso de jargões e termos técnicos, a prevalência de estruturas passivas, o excesso de nominalizações, a complexidade de períodos com múltiplas cláusulas e o uso atípico de palavras comuns. Esses objetivos fornecem algumas respostas para os desafios enfrentados por muitos escritores que não possuem treinamento especializado, pois, de acordo com a autora:

Afinal, escrever mal não é apenas algo que aborrece a quem lê, é também desumano e antidemocrático, porque desrespeita um direito fundamental do leitor: o de compreender os textos institucionais que regulamentam a vida de cidadão (Mendonça, 1987, p. 3 *apud* Reis et al. 2012, pág. eletrônica).

Conclui-se que a linguagem burocrática tem um impacto negativo na comunicação governamental, comprometendo a clareza e a transparência. Nesse contexto, a Linguagem Simples (LS) se apresenta como uma solução eficaz para melhorar a compreensão dos documentos públicos, como abordado neste item.

2.2 FACETAS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação pública coloca o cidadão no centro do processo comunicativo, garantindo não apenas seu direito à informação e expressão, mas também promovendo o diálogo, o respeito às suas características e necessidades, e incentivando sua participação ativa, racional e responsável. Portanto, é um bem e um direito de natureza coletiva que abrange todas as esferas do aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, organizações do terceiro setor e, em certas circunstâncias, também empresas privadas (Duarte, 2012, p. 61).

Nesse sentido, é importante ressaltar a Teoria do Agir Comunicativo de Habermas, de Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão, da Escola de Frankfurt, amplamente reconhecido como um dos pesquisadores mais influentes das ciências sociais do século XX. Suas principais obras, publicadas na segunda metade desse século, continuam a marcar sua trajetória política, acadêmica e intelectual. Entre suas contribuições mais importantes estão as categorias de "esfera pública" e "ação comunicativa" (Bettine, 2021).

Na contemporaneidade, os indivíduos estabelecem relações por meio da ação comunicativa, compartilhando elementos culturais, normativos e subjetivos. Jürgen Habermas distingue a ação comunicativa, baseada em diálogos racionais que buscam consenso e entendimento mútuo, da ação estratégica, que visa influenciar ou manipular os outros para alcançar interesses próprios, sem preocupação com o consenso. Enquanto a ação comunicativa promove cooperação e compreensão mútua, a ação estratégica é orientada por interesses pessoais, comprometendo a busca por entendimento compartilhado (Bettine, 2021).

Habermas, em seu extenso percurso teórico, propõe que a busca pelo entendimento é um aspecto universal das interações humanas, e que essa busca fundamenta as ações cotidianas por meio do conceito de ação comunicativa. Essa forma de comunicação ocorre no "mundo da vida", onde os indivíduos compartilham e constroem significados e entendimentos comuns sobre a estrutura e os conteúdos de suas falas. No "mundo da vida", as interações são baseadas na cooperação e na busca por consenso, contrastando com o "sistema", onde a comunicação pode ser instrumentalizada para fins estratégicos e de controle (Bettine, 2021). A teoria é relevante para este estudo de análise

de documentos antes e depois da adoção da Linguagem Simples. O objetivo é verificar se a comunicação pública se tornou mais clara e acessível, facilitando a ação comunicativa em vez da ação estratégica. A adoção da Linguagem Simples visa promover uma comunicação que todos possam entender, fortalecendo a transparência e a justiça na interação entre o Estado e os cidadãos. Ao garantir que os documentos oficiais sejam compreensíveis, a administração pública pode fomentar diálogos mais racionais e consensuais, alinhando-se aos princípios da ação comunicativa de Habermas e promovendo uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Zémor (1995) ressalta que as metas da Comunicação Pública devem estar integradas aos objetivos das instituições públicas. Ele identifica as principais funções dessa comunicação como: informar e prestar contas ao público, engajar-se em ouvir demandas e fomentar o debate público, reforçar a coesão social ao cultivar o senso de pertencimento e a consciência cidadã, e monitorar as mudanças tanto no comportamento individual quanto na estrutura social.

De acordo com Moreno *et al.*, (2023), a comunicação desempenha um papel fundamental na melhoria das relações entre indivíduos ou grupos, sendo o diálogo (escrito ou oral), um instrumento de interação social que promove a relação entre os pares.

Na sequência os autores discutem que, segundo a teoria da ação comunicativa de Habermas, para que a comunicação alcance sua eficácia máxima, que é a credibilidade, ela deve satisfazer quatro critérios de validade: inteligibilidade, sinceridade, correção normativa e verdade. Estes critérios são fundamentais para uma interação humana efetiva e necessária.

A comunicação pública no Brasil revela uma dualidade de abordagens que refletem diferentes visões sobre a interação entre o Estado e a sociedade. A primeira enfatiza uma comunicação que opera independentemente do Estado, valorizando o intercâmbio de ideias promovido pela sociedade, incluindo cidadãos, organizações da sociedade civil e veículos de mídia, conforme destaca Bucci (2015). Por outro lado, a segunda linha, defende a Comunicação Pública como atividade mediada pelo Estado, onde este assume um papel crucial em promover o acesso à informação e encorajar discussões sobre questões de interesse público (Haswani, 2013).

Na virada do século, o debate em torno da comunicação pública ganhou força, no entanto, continua sendo observado que o termo é empregado de maneiras diversas, carecendo de definições conceituais precisas. Essa observação, embora não seja creditada diretamente a um autor específico, ressalta a busca contínua por um entendimento mais claro do fenômeno. Paralelamente, ao longo dos anos, tem-se registrado um aumento significativo nas pesquisas voltadas para avaliar a eficácia da comunicação pública na interação com os cidadãos, evidenciando um esforço contínuo para compreender como essa comunicação impacta e beneficia o público. Esse enfoque destaca ainda mais a importância de aprofundar o estudo sobre a comunicação pública para otimizar seu papel na sociedade.

De acordo com Brandão (2009) a expressão “comunicação pública” possui uma variedade de interpretações que variam conforme o contexto, a região e quem a define, apontando para a natureza ainda em evolução do conceito.

Na sequência, a autora, menciona que o termo “comunicação pública” abrange cinco principais domínios tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional, que incluem a comunicação organizacional, a comunicação científica, a comunicação estatal ou governamental, a comunicação política, e as estratégias de comunicação empregadas pela sociedade civil organizada.

O termo "comunicação pública" tem sido usado de maneira ampla para designar qualquer mensagem do governo ou que favoreça o governo. As práticas são rotuladas como comunicação pública sem necessariamente serem públicas. Além disso, mesmo na universidade há uma falta de clareza significativa sobre o que é e o que não é considerado comunicação pública, resultando em uma interpretação excessivamente variada do conceito, análise Bucci (2015).

Costa (2006) destaca que a comunicação de interesse público se refere a qualquer forma de comunicação que busca principalmente transmitir informações à população, resultando em benefícios tangíveis para uma melhor compreensão e vivência no mundo. Segundo o autor, na comunicação de interesse público, a sociedade e o cidadão são sempre os principais destinatários e beneficiários diretos da ação.

Miola e Marques (2017) enfatizam que a comunicação pública do Estado é caracterizada por duas vertentes: uma democrática, que visa incentivar a participação e o controle dos cidadãos sobre o Estado

através da transparência e prestação de contas, e outra política e estratégica, direcionada à divulgação institucional. Nesse sentido, é justificável proteger a reputação das instituições estatais e buscar a confiança dos cidadãos nas iniciativas do governo, desde que não ultrapassem os limites da promoção partidária ou personalista. Em resumo, defendem que a divulgação institucional é legítima, desde que conduzida de maneira ética, responsável e imparcial, sem a intenção de realizar propaganda política ou promoção pessoal.

Ao destacar o papel da comunicação de interesse público, como enfatizado por Costa (2006), sublinha-se o compromisso do Estado em fornecer informações que possam melhorar a qualidade de vida e a compreensão do mundo por parte dos cidadãos, posicionando-os como beneficiários diretos dessas iniciativas.

Kremer (2020)³ assevera que a transmissão de informações de maneira ininteligível para as camadas mais pobres da população pode representar um obstáculo ao desenvolvimento econômico ainda maior do que a ausência de tecnologia ou a falta de empenho por parte dos governantes. Este *insight* é uma das várias conclusões derivadas de seu extenso trabalho na avaliação de políticas públicas, esforço que contribuiu para sua conquista do Prêmio Nobel de Economia em 2019, juntamente com Esther Duflo e Abhijit Banerjee, destacando a importância crítica da clareza e acessibilidade da informação no avanço socioeconômico.

Seguindo a importância das contribuições científicas, Richard P. Feynman, um dos físicos mais influentes do século XX e laureado com o Prêmio Nobel de Física em 1965 por seu trabalho essencial em eletrodinâmica quântica, destacou-se não apenas por sua genialidade, mas também por sua notável habilidade de comunicar conceitos complexos de forma simples, acessível e compreensível para estudantes, colegas e o público em geral.

Feynman ficou famoso como o “grande explicador” devido à sua habilidade de simplificar teorias científicas complexas, tornando-as mais compreensíveis. Ele desenvolveu uma técnica de aprendizado que leva seu nome, baseada na ideia de transformar conteúdos difíceis em explicações simples, como se estivesse conversando com uma criança. Essa abordagem permite identificar lacunas no entendimento

³<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/informar-mais-pobres-de-maneira-incompreensivel-freia-o-desenvolvimento-diz-nobel-de-economia.shtml>

e fortalecer o conhecimento de forma eficaz. Embora tenha surgido no contexto da física, a técnica pode ser aplicada em diversas áreas, incluindo a liderança, mostrando-se útil para ampliar a compreensão em diferentes campos do saber.⁴

Ante às manifestações expostas dos autores citados, entre tantos outros existentes, que se debruçam a fim de demonstrar a importância da comunicação pública para os cidadãos, especialmente em uma era caracterizada pela superabundância de informações, torna-se imprescindível reconhecer a relevância de o Estado utilizar uma linguagem simples, acessível e inclusiva na comunicação pública, visando transmitir ações governamentais a toda população, assegurando que todos estejam bem informados e principalmente compreendam e exerçam seus direitos e deveres. Esta transparência não apenas fortalece a democracia ao promover uma cidadania informada e participativa, mas também ajuda a construir uma relação de confiança entre o Estado e os cidadãos.

Nesse contexto, a linguagem simples se torna o elo crucial para a efetividade da comunicação pública, ao facilitar a transmissão das leis, regulamentos e direitos, transpondo as barreiras socioeconômicas e de escolaridade. Essa abordagem promove uma comunicação clara, seja oral ou escrita, através da qual as políticas públicas são divulgadas, focando a compreensão e adesão efetiva das normas por parte dos cidadãos.

Logo, a importância de uma comunicação pública eficiente e acessível é ressaltada, viabilizando que todos os membros da sociedade, independentemente de suas bases educacionais ou experiências prévias, possam participar ativamente da vida cívica. Isso fortalece os fundamentos da democracia, encorajando a participação informada e engajada, crucial para o desenvolvimento e a manutenção de uma sociedade justa e equitativa.

Assim, conclui-se que a comunicação pública desempenha um papel essencial na promoção da transparência, inclusão e participação cidadã. A teoria de Habermas e as discussões sobre a Linguagem Simples (LS) evidenciam como uma comunicação clara, acessível e inclusiva é crucial para fortalecer a democracia. Nesse sentido, adotar a

⁴ <https://conexao.pucminas.br/blog/dicas/tecnica-feynman/#:~:text=A%20t%C3%A9cnica%20recebeu%20o%20nome,complexas%20em%20termos%20mais%20acess%C3%ADveis> e <https://www.flowup.me/blog/metodologia-feynman/>

LS no âmbito governamental facilita o entendimento e a adesão das políticas públicas, permitindo que todos os cidadãos, independentemente de seu nível educacional, se envolvam de forma ativa e consciente no processo democrático, como se depreende deste item.

2.3 LINGUAGEM SIMPLES (PLAIN LANGUAGE)

A adoção da Linguagem Simples (LS), surge como estratégia eficaz para facilitar esse processo, que visa tornar a comunicação entre o Estado e os cidadãos tão clara e acessível quanto possível. Simplificar o discurso oficial e eliminar o jargão burocrático permite a LS tornar-se uma ferramenta poderosa para o entendimento e a participação ativa dos cidadãos nas ações públicas.

Assegurar que as informações e os serviços públicos sejam compreensíveis para todos, independentemente do nível de instrução ou da experiência cultural, é crucial para o exercício pleno da cidadania.

Com a democratização, a comunicação passou a ser vista como um suporte essencial para o exercício da cidadania. Alinhada ao bem-estar do cidadão e aos princípios democráticos, uma comunicação eficaz pode intensificar a participação cidadã, promover a elaboração colaborativa de políticas e garantir a qualidade e acessibilidade das informações necessárias para o pleno exercício dos direitos civis de acordo com Duarte (2023). O autor segue com a reflexão de que a visão da comunicação como um mero instrumento operacional, muitas vezes restrito à divulgação, é uma perspectiva reducionista e obsoleta, que contrasta com o consenso atual de comunicação como uma função estratégica de gestão.

Assim, ao promover uma comunicação eficaz, a LS se estabelece como um pilar fundamental para a democracia, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas, e que a participação cidadã se manifeste de maneira informada e significativa. Desta forma, o percurso em direção ao engajamento público, guiado pelo uso da Linguagem Simples, é uma trajetória rumo à construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e transparente.

A comunicação possui o potencial de aprimorar os procedimentos internos, qualificar o fluxo de informações e fortalecer tanto os laços institucionais quanto os relacionamentos individuais

com os cidadãos. Devido à sua capacidade de aumentar a eficiência das instituições, proporcionar mais transparência e garantir o atendimento ao interesse público, a comunicação deve ser considerada um componente estratégico na execução das políticas públicas e na promoção de uma governança responsável (Duarte, 2023).

O autor também argumenta que a qualidade da informação e do diálogo são fundamentais para o progresso e desenvolvimento de todos. Sem esses elementos, a sociedade não apenas deixa de evoluir, mas pode se fragmentar. A comunicação pública tem o papel de empoderar o cidadão, fornecendo as informações e ferramentas necessárias para uma participação cívica ativa e consciente. Esse desafio não é exclusivo dos profissionais de comunicação, mas envolve uma abordagem multidisciplinar, sendo especialmente crucial para gestores e elaboradores de políticas públicas.

Nesse sentido, Gil (1994, citado por Ferreira *et al.*, 2023), a comunicação pública deve informar a sociedade sobre a atuação governamental, a aplicação dos recursos públicos e também promover a educação e o esclarecimento sobre temas de interesse coletivo.

O movimento pela promoção da Linguagem Simples se fundamenta na premissa de que uma comunicação transparente e acessível é vital para o fortalecimento da democracia e do engajamento cívico. Ele se concentra em eliminar jargões, siglas e complexidades linguísticas e gramaticais que possam obstruir a clareza da mensagem, assegurando que a informação seja compreensível para todos os públicos.

2.3.1 DEFINIÇÃO DO TERMO LINGUAGEM SIMPLES (PLAIN LANGUAGE)

Fischer (2021, p. 76) observa que "Plain Language" pode ser traduzido de várias formas, incluindo Linguagem Simples, Linguagem Clara, Linguagem Direta, Linguagem Objetiva ou Linguagem Fácil, entre outras variações. No Brasil, a tradução mais comum nos últimos dois anos tem sido Linguagem Simples, enquanto em Portugal, o termo mais utilizado há mais tempo é Linguagem Clara.

A autora posteriormente explica que, conceitualmente, a expressão "*plain language*", traduzida como linguagem simples, é tanto uma técnica de redação quanto uma causa social, defendendo o

direito dos cidadãos de entender as regras que conduzem seu dia a dia (Fischer, 2021).

Segundo o site da Plain Language Association International (PLAIN), a Linguagem Simples é definida como uma comunicação em que o texto, a estrutura e o design são tão claros que o público-alvo consegue encontrar facilmente o que procura, compreender o que encontrou e utilizar essa informação (2022)⁵.

A ideia de Linguagem Simples tem origens antigas e foi influenciada por diversos movimentos e práticas ao longo da história. No entanto, o movimento contemporâneo de Linguagem Simples, especialmente no contexto público, passou por um desenvolvimento significativo nas últimas décadas do século XX, principalmente nos países de língua inglesa.

O movimento Plain Language começou a se formar em meados dos anos 1940 nos Estados Unidos e no Reino Unido, antes de se espalhar para outros países, especialmente os de língua inglesa, aponta Fischer (2018).

Vale ressaltar que Linguagem Simples não é sinônimo de linguagem informal. É possível comunicar-se de forma clara e objetiva, observando as regras gramaticais da Língua Portuguesa. Para aplicar a Linguagem Simples, é importante seguir alguns princípios, como evitar frases extensas, optar por termos concretos e conhecidos ao público, considerar o leitor e manter uma postura empática na escrita. Além disso, a organização das informações é crucial para assegurar a clareza e a efetividade da comunicação.

De acordo com Fischer (2018), a comunicação em Linguagem Simples é caracterizada por ser visualmente atrativa e de fácil leitura, pois é desenvolvida com esse objetivo em mente. Geralmente, adota um tom semelhante ao de uma conversa amigável e respeitosa, reconhecendo o direito de cada indivíduo de compreender textos pertinentes ao seu dia a dia. O principal propósito dessa abordagem é fornecer esclarecimentos, e é comum que se verifique se o público-alvo compreendeu o texto adequadamente antes de sua publicação. Fischer (2018) destaca ainda que a Linguagem Simples é fundamentada na empatia e na simplicidade.

⁵ <https://plainlanguagenetwork.org/plain-language/o-que-e-linguagem-clara/>

A linguagem simples é a prática de redigir e apresentar informações essenciais de uma forma que permita a uma pessoa cooperativa e motivada compreender o texto na primeira leitura, exatamente como o escritor pretendia que fosse entendido. afirma Cutts (2009). Steinberg (1991a, *apud* Willerton, 2015, p. 1) escreve que a linguagem simples “reflete os interesses e necessidades do leitor e do consumidor em vez dos interesses legais, burocráticos ou tecnológicos do escritor ou da organização que o escritor representa”.

De modo geral, os leitores se envolvem com informações de acordo com seu nível de conhecimento e compreensão. Isso significa que, quanto maior a complexidade de um texto, maior será a exigência de habilidades, conhecimentos e uso de ferramentas específicas para entender o assunto. (Klare, 1963 *apud* Miranda *et al.*, 2018, p. 2).

A essência da Linguagem Simples é que textos claros e diretos aumentam a compreensão, promovendo uma comunicação mais eficaz (Klare, 1963 *apud* DuBay, 2004, p. 3).

A Linguagem Clara é uma técnica que organiza a informação de maneira que faça sentido para o leitor, priorizando a audiência e utilizando uma linguagem adequada às habilidades de leitura do público-alvo (Chapman, 2010).

Schraver *et al.*, (2010, p. 26) oferecem uma definição pragmática de Linguagem Simples. De acordo com os autores, se os leitores conseguem localizar o material necessário, compreendê-lo na primeira leitura e utilizar essa informação para realizar suas tarefas, então trata-se de Linguagem Simples.

2.3.2 UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM SIMPLES: CASES INTERNACIONAIS E NO BRASIL

O movimento pela linguagem simples tem exercido influência significativa em diversas áreas da vida pública em todo o mundo ao longo das últimas décadas. Diversas ações promovendo a LS vem sendo implementadas ao redor do mundo, em 2023 a Casa Branca realizou uma força-tarefa sobre Organização e Empoderamento dos Trabalhadores que reflete o compromisso da Administração Biden-Harris com os direitos dos trabalhadores, incluindo o direito de se juntar a um sindicato e à dignidade no trabalho.

Sob a liderança da Vice-Presidente Kamala Harris, mais de 70 recomendações foram apresentadas ao Presidente para simplificar a linguagem e reduzir barreiras à organização dos trabalhadores. Em março de 2023, as agências progrediram nessas ações, incluindo a garantia da divulgação de informações sobre direitos trabalhistas em linguagem simples (White House, 2023).

Arias (2018, p. 250) menciona que "especialmente no âmbito jurídico, a necessidade de utilizar e promover uma linguagem clara tem se tornado cada vez mais evidente, especialmente na Colômbia".

O autor segue explicando que, entre outras razões, a necessidade de uma linguagem jurídica moderna e acessível decorre do entendimento, conforme ressaltado pelo Relatório da Comissão para a Modernização da Linguagem Jurídica Espanhola emitido pelo Ministério da Justiça (2010), de que as leis devem ser compreensíveis para o público. Se os cidadãos não conseguirem entender as ações judiciais, eles não poderão apreciar as reformas que estão sendo implementadas no sistema de justiça. Portanto, uma justiça moderna é aquela que é acessível e compreensível para os cidadãos.

Em 2007, nos Estados Unidos, 30 entusiastas do governo aberto se reuniram em Sebastopol, Califórnia⁶, para estabelecer princípios de dados governamentais abertos. Eles destacaram a importância desses dados para a democracia, argumentando que a informação se torna mais valiosa quando compartilhada. Os princípios visam promover um maior discurso civil, bem-estar público e uso eficiente dos recursos públicos. Ao adotar esses princípios, os governos podem se tornar mais transparentes e relevantes para as vidas das pessoas em todo o mundo.

Quadro 1 – Princípios de Dados Governo Aberto
Os dados governamentais devem ser considerados abertos se forem tornados públicos de uma maneira que esteja em conformidade com os princípios abaixo:
1. Completo Todos os dados públicos estão disponíveis. Dados públicos são dados que não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou privilégio.
2. Primário

⁶ <https://opengovdata.org/>

Os dados são coletados na fonte, com o mais alto nível possível de granularidade, não em formas agregadas ou modificadas.
<p>3. Oportuno</p> <p>Os dados são disponibilizados tão rapidamente quanto necessário para preservar o valor dos dados.</p>
<p>4. Acessível</p> <p>Os dados estão disponíveis para a mais ampla gama de usuários e para a mais ampla gama de propósitos.</p>
<p>5. Processável por máquina</p> <p>Os dados são estruturados de maneira razoável para permitir o processamento automatizado.</p>
<p>6. Não discriminatório</p> <p>Os dados estão disponíveis para qualquer pessoa, sem a necessidade de registro.</p>
<p>7. Não proprietário</p> <p>Os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhuma entidade tem controle exclusivo.</p>
<p>8. Livre de licença</p> <p>Os dados não estão sujeitos a qualquer regulamentação de direitos autorais, patentes, marcas registradas ou segredos comerciais. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e privilégio podem ser permitidas. A conformidade deve ser passível de revisão.</p>

Fonte: opengovdata.org.

Portanto, observa-se que a implementação da linguagem simples em comunicações governamentais ressoa fortemente com os princípios do governo aberto, citados, em particular transparência, acessibilidade e inclusão. Esta prática garante que informações sejam compreendidas amplamente, promovendo a acessibilidade ao tornar os dados governamentais entendíveis para o maior número possível de pessoas, sem exigir conhecimentos especializados.

Nesse contexto, contribui também para a atualidade das informações, assegurando que dados importantes sejam recebidos em tempo hábil, mantendo sua relevância. Além disso, os princípios não discriminatório e livre de licenças reforçam o acesso igualitário às informações, fortalecendo a inclusão e participação cidadã na vida pública, demonstrando assim a relevância da linguagem simples na promoção de uma democracia mais funcional e equitativa.

No Quadro 2 são apresentadas iniciativas voltadas para a linguagem simples no cenário internacional.

Quadro 2 – Casos Internacionais de Linguagem Simples

País	Ano	Criação	Fonte
EUA e Reino Unido	1940 – 1980	Pioneiros na linguagem clara, expansão para outros países europeus.	Petelin (2010 apud Silva; Vitoriano, 2020, p. 305)
EUA	2010	Plain Writing Act estabelece o uso da Linguagem Simples na comunicação governamental.	US Congress
Suécia	1978	Esforços para modernizar a redação jurídica, contratação de um linguista no gabinete do primeiro-ministro.	Asprey (2010 apud Fischer 2021, p. 82)
Austrália	1973	Primeiras ações para melhorar a compreensão das leis federais.	Asprey (2010 apud Fischer 2021, p. 81)
Canadá	1976	Discussão sobre adoção de linguagem clara na redação legislativa durante a Conferência de Harmonização das Leis.	Asprey (2010 apud Fischer, 2021, p. 82)
União Europeia	1993	Resolução para legislação clara e concisa; lançamento do guia “How to write clearly” e início da campanha “Fight the Fog”.	More Please Foundation
África do Sul	1996	Consultoria em linguagem clara na versão em inglês da Constituição.	Prensali

México	2004	Programa “Lenguaje Ciudadano” lançado pelo governo.	Governo do México
Portugal	2007	Fundação da Português Claro por Sandra Fisher-Martins.	Português Claro
Colômbia	2013	O Presidente Juan Manuel Santos criou a política de Estado Estratégia Language Claro.	Guia de Lenguaje Claro para Servidores Públicos de Colômbia
Chile	2017	Formação da Red de Lenguaje Claro, promovendo linguagem clara em instituições públicas.	Lenguaje Claro Chile
Argentina	2017	Criação da Red Nacional de Lenguaje Claro.	Red de Lenguaje Claro Argentina

Fonte: elaborado pela autora (2024).

No Brasil, a adoção da Linguagem Simples está evoluindo, ainda que de forma gradual. Esta abordagem, que visa a clareza e acessibilidade nas comunicações oficiais, vem atraindo cada vez mais seguidores nos setores público e privado. Embora esteja em seus estágios iniciais, o reconhecimento de sua eficácia promove avanços importantes para uma comunicação empática e inclusiva.

A seguir serão apresentadas algumas das iniciativas, eventos/ações que traçam os marcos do movimento de Linguagem Simples no Brasil, destacando as adaptações locais, as iniciativas pioneiras e os impulsionadores dessa transformação. O objetivo é compreender como essas mudanças estão facilitando o diálogo entre instituições e cidadãos, contribuindo para uma sociedade mais informada e engajada.

Quadro 3 – Casos Nacionais

Cidade	Ano	Criação	Fonte
São Paulo	2019, 2020	Introduziu a Linguagem Simples com o Decreto nº 59.067 e a Lei Nº 17.316, através do programa municipal (011).lab.	Decreto nº 59.067 e a Lei nº 17.316, programa municipal (011).lab.
Ceará	2022	Estabeleceu a Política Estadual de Linguagem Simples com a Lei nº 18.246, com colaboração entre o Tribunal de Contas do Estado e o Íris Lab Gov.	Lei nº 18.246 de 01 de dezembro de 2022 - Seplag
Maranhão	2023	Promoveu o seminário “Linguagem Simples e Direito Visual”, seguindo a Recomendação nº 144 para simplificar atos administrativos e judiciais.	Conselho Nacional de Justiça
Mato Grosso	2023	Adotou a Política Estadual de Linguagem Simples e de Direito Visual com a Lei 12.336, buscando mudar a cultura de comunicação administrativa.	Lei Ordinária nº 12336 de 28 de novembro de 2023
Bahia	2022	Implementou a Linguagem Simples e o Direito Visual no judiciário estadual com os Decretos Judiciários N. 594/2022 e N. 740 de 2022.	Decretos Judiciários nº. 594/2022 e nº. 740 de 2022
Rio Grande do Sul	2017	Aderiu à Linguagem Simples na administração pública direta e indireta, seguindo a Lei 13.460.	Linguagem Simples para Serviços Públicos
Minas Gerais	2023	Publicou a Instrução Normativa Conjunta n. 116 para uso de linguagem simples e de direito visual no TRT da 3ª Região.	Instrução normativa conjunta 116 TRT 3ª Região
Paraná	2018 2022	Portaria nº 448/2022 do TRE-PR, promoveu a Linguagem Simples na Justiça Eleitoral.	Portaria nº 448/2022 do TRE-PR
Santa Catarina	2021	O Tribunal Superior Eleitoral lançou um guia promovendo o uso de uma linguagem mais inclusiva. O TCE/SC destacou suas iniciativas no 3º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas.	Portal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Experiências do TCE/SC com Linguagem Simples

Goiás	2019 2023	Ministério Público/GO, Tribunal de Justiça, PGE, Defensoria E OAB assinam termo de cooperação técnica para implementação da Linguagem Simples em Documentos.	Portal do Ministério Público do Goiás
Rio de Janeiro	2023	O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro criou o Manual de Linguagem Simples. O Laboratório IdeaRio e o DEIND da Secretaria-Geral de Governança desenvolveram o manual para simplificar a comunicação jurídica.	Manual de Linguagem Simples
Espírito Santo	2021	Desenvolveu um Manual de Redação em Linguagem Simples - Conecta Cidadão Guia de Serviços Públicos.	Manual de Redação em Linguagem Simples Conecta Cidadão Guia de Serviços Públicos
Distrito Federal	2021	Estabeleceu a Política Estadual de Linguagem Simples com a Lei nº 18.246, com colaboração entre o Tribunal de Contas do Estado e o Íris Lab Gov.	Portaria Conjunta nº 91/2021
Distrito Federal	2022	A Secretaria de Saúde adotou a linguagem simples com a Portaria Nº 383/2022.	Portaria nº 383 de 01/06/2022

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Observa-se que as iniciativas e ações mencionadas refletem um esforço nacional para tornar a justiça e os serviços públicos mais compreensíveis e acessíveis. Embora o Judiciário esteja liderando com mais iniciativas, ainda há um caminho a ser percorrido em relação ao poder executivo e legislativo na adoção da Linguagem Simples. No entanto, verifica-se um aumento no engajamento e na implementação de iniciativas voltadas para a Linguagem Simples, evidenciando um progresso significativo em direção a uma comunicação mais clara, acessível e inclusiva em diferentes poderes, esferas e níveis governamentais.

2.4 LEITURABILIDADE: ESTRATÉGIA ESSENCIAL PARA APRIMORAR A CLAREZA TEXTUAL

Este item explora a Leiturabilidade, como um elemento essencial para uma comunicação escrita eficaz. Além das métricas simples, busca-se compreender como tornar textos acessíveis e claros

para todos. Inicialmente é apresentada a definição do termo Leiturabilidade, com base nas perspectivas de vários autores, com destaque para o impacto na capacidade do leitor de compreender e reter informações e, em complementação serão abordados estudos empíricos semelhantes ao proposto por este trabalho, realizados por autores internacionais visando ressaltar a importância da LS na leiturabilidade dos documentos públicos.

Em seguida, uma breve apresentação das principais fórmulas de Leiturabilidade, que medem a facilidade de leitura considerando aspectos como o tamanho e complexidade das palavras e das frases. Embora úteis, essas fórmulas são apenas o início de um debate mais amplo sobre como tornar a comunicação verdadeiramente inclusiva e acessível.

Por fim, são apresentadas diretrizes para a criação de uma comunicação inclusiva e acessível, compiladas a partir da perspectiva de diversos autores. Tais práticas recomendadas visam atender às diversas necessidades dos leitores e engajá-los efetivamente. Ressalta-se a importância de considerar múltiplos fatores, desde a escolha de palavras até o design do texto, para garantir a compreensibilidade das informações por todos, independentemente de suas habilidades de leitura ou necessidades específicas.

Este item destaca que a Leiturabilidade vai além da aplicação de fórmulas, baseando-se em uma abordagem que coloca o leitor como foco central da comunicação. Seu objetivo é fornecer aos leitores deste trabalho as ferramentas e o conhecimento necessários para criar textos informativos, acolhedores e que respeitem a diversidade do público.

A análise da leiturabilidade de um texto pode ser feita através do uso de métricas específicas, que são, basicamente, variáveis expressas em fórmulas matemáticas. DuBay (2004) destaca que, desde a década de 1920, educadores desenvolveram um método utilizando a complexidade do vocabulário e o comprimento das frases para estimar a dificuldade de leitura de textos, método este que se provou valioso ao longo de mais de oitenta anos.

Na sequência o autor relata que, inicialmente, o avanço e as pesquisas sobre essas fórmulas de leiturabilidade permaneceram relativamente obscuros até os anos 1950. Foi então que autores como Rudolf Flesch, George Klare, Edgar Dale e Jeanne Chall não apenas divulgaram essas fórmulas ao público, mas também forneceram a

pesquisa que as sustentava, facilitando a sua adoção em campos como jornalismo, pesquisa, saúde, direito, seguros e indústria, além de serem utilizadas pelo exército dos EUA para elaborar materiais de treinamento técnico. Até a década de 1980, o número de fórmulas de legibilidade expandiu para 200, com mais de mil estudos publicados, confirmando sua sólida validade teórica e estatística.

DuBay (2004, p. 3, tradução nossa), propõe que “a leiturabilidade é o que torna alguns textos mais fáceis de ler do que outros. Muitas vezes é confundido com legibilidade, que diz respeito ao tipo de letra e ao layout”. O autor também explora uma variedade de definições do termo “leiturabilidade” de acordo com diferentes autores, tais como, Klare (1963 *apud* DuBay, 2004, p. 3) que por sua vez, define leiturabilidade como “a facilidade de entendimento ou compreensão devido ao estilo de escrita”.

Hargis *et al.*, (1998 *apud* DuBay 2004, p. 3) afirmam que a leiturabilidade, ou “facilidade de ler palavras e frases”, é um atributo de clareza. McLaughlin (1969 *apud* DuBay 2004, p. 3) propôs a fórmula SMOG de leiturabilidade, caracterizou a leiturabilidade como a facilidade com que um grupo específico de leitores acha um material de leitura tanto interessante quanto compreensível. Ele destacou a importância da dinâmica entre o texto e os leitores, levando em conta suas habilidades de leitura, conhecimento de base e nível de engajamento.

Dale e Chall (1949) definiram de forma ampla o termo leiturabilidade, descrevendo-a como o conjunto de todos os aspectos de um material impresso que influenciam o quanto um grupo de leitores consegue engajar-se com ele. Esse engajamento é determinado pela compreensão do leitor, pela capacidade de ler em um ritmo adequado e pelo interesse despertado pelo material.

Klare (1963 *apud* DuBay 2004, p. 3) desenvolveu várias medidas de legibilidade que ajudam a determinar o nível de complexidade de um texto, ele relata ainda que, dos seis estudos de legibilidade envolvendo a manipulação controlada de palavras ou frases, apenas uma teve um efeito positivo e este envolveu a simplificação do vocabulário.

Borges (2010, p. 33) destaca em seu trabalho que os estudos de Klare foram possivelmente os mais importantes, pois confirmaram os

efeitos de fatores como conhecimento prévio, habilidade de leitura, interesse e motivação na leitura de adultos.

Na sequência a autora relata que, em um estudo posterior, Klare (1976) analisou detalhadamente 36 estudos que examinaram os efeitos das variáveis das fórmulas de leiturabilidade em textos reescritos. Ele agrupou os resultados da seguinte maneira:

Quadro 4 – Resultados dos Estudos de Leiturabilidade		
Tipo de Resultado	Quantidade de Estudos	Descrição
Resultados Positivos	19	Variáveis de leiturabilidade tiveram um efeito significativo na compreensão e/ou retenção
Resultados Mistos	6	Resultados mistos
Resultados Negativos	11	Sem efeito mensurável
Ao procurar as razões para as diferenças, Klare (1963) verificou atentamente para 28 fatores situacionais, em que cada experimento foi conduzido. Os fatores situacionais caíram nos seguintes grupos:		
1. A leiturabilidade e o conteúdo do material.		
2. A competência e a motivação dos indivíduos.		
3. As instruções dadas aos sujeitos durante o experimento.		
4. Os detalhes da situação de teste.		
Klare (1963) constatou que as diferenças de leitura, muitas vezes, são substituídas por outros fatores de situação de teste, tais como:		
1. A instrução dada aos sujeitos do teste.		
2. A presença de ameaças ou recompensas		
3. O tempo permitido para a leitura e análise		
4. A presença ou ausência do texto durante o teste.		

Fonte: Borges (2010).

Diante das definições e estudos sobre leiturabilidade apresentados, é possível compreender a complexidade desse conceito e sua relevância na comunicação escrita. Borges (2010) relata ainda que,

enquanto autores como Klare (1963) e DuBay (2004) oferecem percepções sobre os elementos que tornam um texto mais acessível e compreensível, as experiências relatadas por Borges (2010) sobre os estudos de Klare (1963) ressaltam a importância de considerar os contextos culturais e situacionais específicos ao avaliar a leitura.

Essas descobertas são estímulos importantes na busca de teorias e práticas da leitura que possam ser aplicadas no contexto brasileiro visando atender às necessidades dos leitores, promovendo assim uma comunicação mais eficaz, inclusiva e acessível em nossa sociedade.

Finatto e Paraguassu (2022) mencionam que no Brasil, as pesquisas sobre leitura começaram a ganhar forma definida apenas na década de 2000. Com os avanços recentes na área, há uma expectativa otimista de que tanto a prática da leitura quanto a análise sobre a facilidade de leitura dos textos possam ser significativamente melhoradas.

As autoras sustentam, ainda, que uma escrita didática, diferentemente de uma centrada no autor, foca no leitor e no contexto em que a leitura ocorre. A ideia de que a explicação detalhada nos textos possa diminuir seu valor ou simplificar demais os conceitos é um equívoco. Pelo contrário, ao detalhar e explicar, enriquecemos a experiência de leitura. Autores focados em acessibilidade textual frequentemente defendem essa prática, destacando que tornar os textos mais acessíveis e compreensíveis amplia de fato o seu valor.

Embora ainda sejam escassos, os estudos sobre Leitura vêm conquistando mais adeptos no Brasil. O ato de ler permite ao homem interagir com outros por meio da palavra escrita. O leitor, sendo um ser ativo, dá sentido ao texto, e a palavra escrita adquire significado a partir da interação do leitor com ela, enfatiza Silva (2011, p. 3)

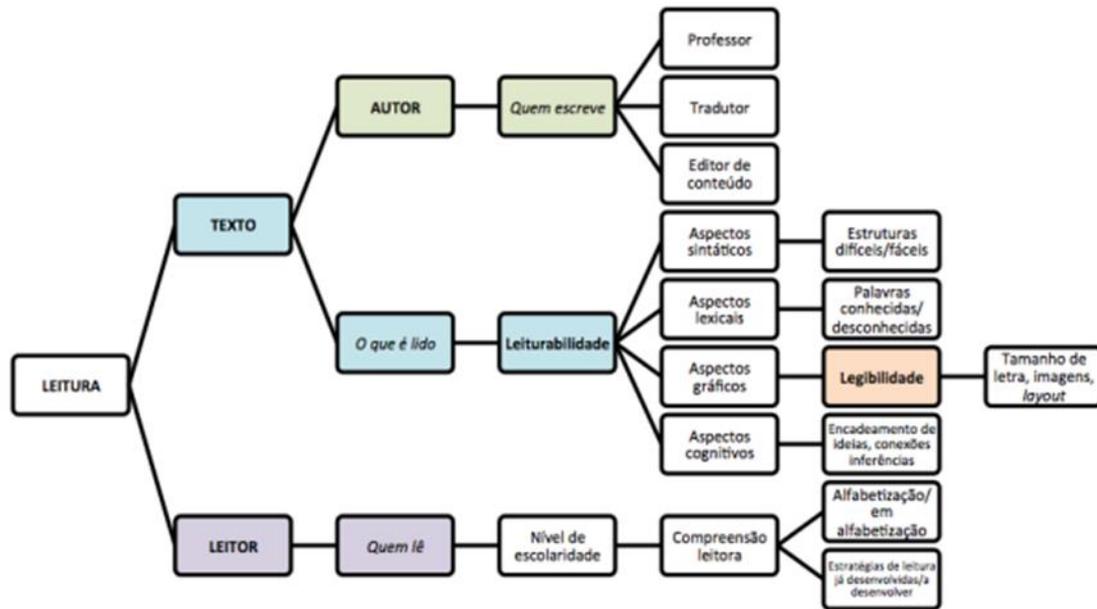
Na sequência o autor argumenta que a leitura é mais do que um ato de decodificar palavras; é um processo profundamente humano de compreender o mundo, que engaja capacidades simbólicas e interativas únicas. Ele salienta que um texto se completa verdadeiramente quando um leitor o interpreta, atualizando e contextualizando seu significado linguístico e temático dentro de seu próprio ambiente social (Silva, 2011).

A título de ilustração, é importante destacar a contribuição da pesquisa aplicada de Gleice Moreno que utilizou a Teoria do Agir Comunicativo de Habermas para avaliar como a credibilidade dos relatórios de divulgação ambiental e social impacta o desempenho de empresas brasileiras em setores críticos. O estudo focou em corporações desses setores devido aos desafios associados ao grande consumo de recursos naturais, que, quando não geridos de maneira sustentável, podem levar à degradação ambiental. Para alcançar os objetivos propostos, foram analisadas 34 indústrias durante o período de 2014 a 2019. A pesquisa baseou-se em relatórios ambientais e sociais para determinar os níveis de credibilidade entre 2014 e 2018, utilizando o Software ALT - Análise de Legibilidade Textual, produto de sua tese de Doutorado.

A leiturabilidade de um documento está diretamente relacionada ao vocabulário empregado nele. A literatura está repleta de casos em que textos se tornam de difícil compreensão devido ao uso de vocabulário pouco comum.

DuBay menciona que Sherman por meio de uma pesquisa linguística, endossou sua percepção sobre a conexão entre linguagem falada e escrita, destacando a importância de engajar o leitor. Sherman enfatizou que um estilo eficaz transcende a forma, adaptando-se às expectativas do leitor em relação ao contexto e ao propósito do texto. Ele defendeu o uso de uma linguagem acessível, desprovida de jargões, privilegiando expressões do cotidiano e estruturas frasais claras e compreensíveis, visando alcançar uma audiência ampla, evitando tanto a rigidez quanto a vulgaridade (Sherman, 1893, p. 327 *apud* DuBay, 2007, p. 42).

Figura 1 – Interação autor-texto-leitor



Fonte: Finatto e Paraguassu (2022).

DuBay (2007) cita uma lista das características do leitor que promovem uma leitura eficiente, sendo elas: conhecimento prévio sobre o tema, habilidades de leitura desenvolvidas, interesse no assunto e motivação para ler. Paralelamente, atributos do texto como o conteúdo, estilo, design e organização são apontados como facilitadores da leitura.

Algumas características contribuem para uma boa leitura, incluindo o interesse pelo texto, o conhecimento prévio da informação, a forma e o tamanho das letras, a largura da linha, o espaçamento entre palavras, letras e linhas, o layout da página, o contraste entre figura e fundo, e a qualidade da impressão, entre outros fatores, conforme destaca Martins (2008).

Para os propósitos discutidos por DuBay (2007), a leiturabilidade é definida como a facilidade com que a leitura ocorre, influenciada pela adequação do conteúdo, estilo, design e organização às características do leitor, como seu conhecimento prévio, habilidades de leitura, interesse e motivação.

Assim, pode-se inferir que a leiturabilidade de um texto é influenciada por diversos fatores, incluindo a escolha do vocabulário. De acordo com Cavique (2008), os textos técnico-científicos, incluindo artigos, utilizam um vocabulário específico a cada campo do conhecimento. Essa especialização frequentemente limita o uso de

certas palavras-chave, o que contribui para a alta complexidade desses documentos científicos. Dessa forma, “a construção frásica tem uma importância determinante na legibilidade” (Cavique, 2008, p. 60).

Dessa forma, a leiturabilidade transcende como elemento essencial para garantir que um texto não só seja compreendido, mas também apreciado pelo leitor. Essa conexão evidencia a importância de considerar diversos fatores, desde o vocabulário e a construção frasal até as características individuais do leitor, como seu conhecimento prévio e motivação.

A adequação do conteúdo ao leitor não apenas melhora a compreensão e retenção da informação, mas também mantém o interesse e a motivação para a leitura. Assim, a leiturabilidade se estabelece como um pilar essencial na criação de textos que não só comunicam eficazmente, mas também enriquecem a experiência de leitura, tornando-a acessível e envolvente para todos.

Conforme ressalta Duarte (2008), a Comunicação Pública é essencial para garantir a transparência e o envolvimento ativo dos cidadãos nas atividades das instituições. Ela se baseia na premissa de que a informação é um direito individual e um bem comum, enfatizando a importância do acesso universal à informação para a participação social efetiva. Além disso, enfoca a necessidade de um diálogo bidirecional entre a sociedade e os governos, priorizando as perspectivas e necessidades dos cidadãos nas iniciativas de comunicação.

Ante ao exposto, fica evidente a influência da persistência do “burocratês” na comunicação praticada pela administração pública em geral — uma linguagem que, originada da necessidade de precisão e formalidade, se transformou em uma significativa barreira ao entendimento público. A revisão literária ressalta a necessidade crítica de transição para uma linguagem simples na comunicação pública, um enfoque diretamente alinhado com o propósito deste estudo, sublinhando como essa mudança pode facilitar uma interação mais clara e eficaz entre o Estado e os cidadãos.

A análise histórica e a evolução do termo “burocracia” fornecem uma base essencial para compreender as raízes culturais e estruturais deste fenômeno. Ao revelar como essa linguagem se tornou um símbolo de prestígio e exclusão, os textos teóricos revisados não apenas confirmam a permanência destas práticas, mas também destacam

suas implicações diretas na eficácia da comunicação pública. Este panorama histórico e sociolinguístico sublinha a importância de investigar alternativas que promovam a clareza e facilitem a interação entre o Estado e os cidadãos, visando uma comunicação mais inclusiva, eficiente e transparente.

Ademais, as referências ao movimento de desburocratização e as iniciativas de linguagem simples, tanto no Brasil quanto internacionalmente, ilustram tentativas práticas e teóricas de resolver essas ineficiências comunicativas. A ligação entre os conceitos teóricos discutidos e o problema de pesquisa é solidificada através da evidência de que linguagens mais claras e acessíveis promovem não apenas a inclusão, mas também uma participação ativa e informada dos cidadãos nas democracias contemporâneas.

Nesse sentido, é possível constatar em estudos empíricos de autores internacionais que realizaram avaliações sobre a legibilidade de documentos, levando em consideração a adoção da Linguagem Simples.

No trabalho de Trudeau (2012), “O público fala: um estudo empírico da comunicação jurídica”, é apresentado um compilado de estudos empíricos dos anos 1990, em que a pesquisa está fundamentada no uso da linguagem simples na comunicação jurídica. Entretanto, o foco reduz-se em duas principais áreas: economia de custos e tempo, e a preferência de leitores jurídicos, como juízes e advogados, por esse motivo o autor ressalta que estes estudos têm mostrado benefícios econômicos significativos e uma preferência esmagadora pela linguagem simples dentro da profissão jurídica. Um estudo notável revelou que mais de 82% dos juízes entrevistados preferiam a linguagem simples.

Na sequência o autor menciona que há mais de 50 anos, a *Scribes - The American Society of Writers on Legal Subjects* foi fundada nos EUA para promover a clareza na lei. Nos últimos 30 anos, organizações internacionais em países como Austrália, Nova Zelândia e Canadá também têm defendido a linguagem simples, com progressos substanciais. Em 2010, o Congresso dos EUA aprovou o *Plain Writing Act*. Apesar desses avanços, as pesquisas empíricas sobre a linguagem simples no direito ainda são limitadas em comparação com outras ciências sociais.

Entretanto, o autor relata cinco estudos empíricos que se destacam por fornecer apoio ao uso de linguagem simples na comunicação jurídica com clientes e o público em geral:

Quadro 5 – Estudos Empíricos Internacionais		
Tipo de Resultado	Quantidade de Estudos	Descrição
Bamboozling the Public, de Mark Adler:	Enviou uma carta jurídica a vários clientes e fez perguntas sobre sua compreensão e impressões.	A maioria dos clientes não entendia completamente o que estava lendo.
Agência de Publicidade Australiana (década de 1990):	Pesquisa qualitativa com grupos focais de executivos corporativos.	Confirmou que os clientes preferiam documentos em linguagem simples.
ResultadoLaw Society of England and Wales (1997-1998):	Estudo com 44 clientes de 21 advogados diferentes, utilizando entrevistas.	Clientes valorizam advogados que ouvem e explicam conceitos de maneira compreensível.
Plain Language Institute, Colúmbia Britânica (1993):	Entrevistas com moradores sobre suas impressões de documentos legais.	Revelou uma percepção pública de que os advogados não se importam em comunicar-se efetivamente com seus clientes.
Joseph Kimble:	Testou funcionários (não advogados) de agências estatais com duas versões de um contrato de agência	Melhor velocidade e precisão nas respostas com a versão em linguagem simples.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Porém, desde os estudos citados, os anos passaram e o movimento da LS cresceu significativamente, e outros estudos foram realizados a fim de comprovar a eficácia do uso da LS na comunicação nas diversas áreas, a seguir citados:

Kimble (2012), em sua coleção de ensaios "Levantando a Névoa da Linguagem Jurídica: Ensaio sobre Linguagem Clara", aborda a preferência por linguagem clara sobre o juridiquês com base em estudos empíricos. Em "Terceira Falha para a Linguagem Jurídica", ele

conduziu um estudo com 811 juizes e advogados de quatro estados, onde mais de 80% preferiram a linguagem clara em comparação ao juridiquês. No ensaio "A Verdade Sobre Melhores Opiniões Judiciais", Kimble revelou que 61% dos advogados preferiram versões claras de opiniões judiciais, e explicou os sete principais princípios da linguagem clara aplicados nas versões testadas. Em "O Grande Mito de que a Linguagem Clara Não é Precisa", Kimble desafiou a ideia de que o juridiquês é mais preciso, mostrando como a linguagem jurídica confusa pode ser substituída por termos claros sem perda de precisão. Ele argumenta que a escolha não é entre precisão e clareza, mas entre perpetuar uma tradição confusa e adotar uma comunicação mais eficiente e compreensível. Kimble conclui que o juridiquês não é perfeito e que advogados e juizes frequentemente discutem sobre significados, demonstrando que a linguagem clara pode melhorar significativamente a prática jurídica.

Trudeau (2012) relata que realizou uma pesquisa com 376 clientes de escritórios de advocacia para avaliar suas preferências entre linguagem clara e linguagem jurídica tradicional em documentos legais. Utilizando um sistema de pesquisa online, apresentou 11 pares de textos, cada um com uma versão em linguagem clara e outra em linguagem jurídica, e pediu aos respondentes que escolhessem a preferida. Os resultados mostraram que cerca de 80% dos respondentes preferiram a versão em linguagem clara. Especificamente, 88% preferiram as versões em linguagem clara nas perguntas sobre escolha de palavras. Além disso, sete em cada dez responderam que já receberam documentos legais difíceis de entender, e mais de 40% pararam de ler devido à frustração.

O autor descobriu ainda que, à medida que o nível educacional aumentava, a preferência pela linguagem clara também aumentava. Mesmo aqueles com maior educação preferiram a linguagem clara por sua facilidade de compreensão.

Dreher (2017) realizou um estudo para avaliar o impacto de uma carta constitucional revisada em linguagem clara em audiências internas e especializadas de um governo municipal. A carta original, criada no início de 1900, era pesada e "organizada de forma confusa", incluía disposições conflitantes e desatualizadas e foi escrita em um "estilo legalista" arcaico.

O estudo considerou as perspectivas dos membros do governo municipal e abordou as seguintes questões de pesquisa.

Quadro 6 – Perguntas de pesquisa de Kira Dreher	
RQ1. Como a revisão em linguagem simples afeta a maneira como os usuários internos do governo municipal entendem o estatuto da cidade?	RQ2. Como a revisão em linguagem simples afeta a maneira como os usuários internos do governo municipal agem em relação ao estatuto da cidade?

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A pesquisa de Dreher (2017), utilizando entrevistas qualitativas e observações de campo, descobriu que a maioria dos funcionários considerou a linguagem clara mais fácil de ler e entender, apesar de alguns temerem mudanças no significado original. Para mitigar esses receios, foram adicionadas declarações explícitas e referências à versão antiga nos novos documentos. O estudo demonstrou que a linguagem clara beneficia tanto os públicos internos quanto externos, melhorando a navegação, legibilidade e organização dos documentos. No entanto, a transição para documentos revisados pode ser desafiadora, e Dreher sugere o uso de ferramentas como comparações lado a lado para facilitar essa mudança.

Por fim o estudo conclui que a linguagem clara facilita a compreensão geral e agiliza processos internos, apesar das reservas dos especialistas sobre a preservação do significado original, e destaca a importância de adaptar a linguagem clara para diferentes públicos, sugerindo que, apesar das dificuldades, os benefícios superam os desafios, promovendo uma comunicação mais eficiente e acessível entre o Estado e a Sociedade.

Portanto, ao conectar estes construtos teóricos e estudos empíricos ao problema de pesquisa, fica evidente que a adoção da linguagem simples, não é apenas uma necessidade emergente, mas uma resposta estratégica para fortalecer a democracia através de uma comunicação clara, transparente e eficaz. Este estudo, baseado na literatura revisada, visa explorar como implementar efetivamente essa transformação linguística para facilitar uma interação harmoniosa e produtiva entre o Estado e os cidadãos, contribuindo para uma sociedade justa e equitativa.

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo analisar documentos oficiais originais e alterados com base no normativo da LS, de dois órgãos públicos do Distrito Federal a fim de avaliar a utilização da Linguagem Simples no contexto da administração pública local. A pesquisa investigará se a adoção dessa abordagem pelos órgãos públicos do Distrito Federal tem influenciado a redação dos documentos, tornando-os mais acessíveis e facilitando sua compreensão.



3

3

CAPÍTULO 2 – MÉTODO

Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para investigar o impacto da adoção da Linguagem Simples (LS) nos documentos públicos produzidos por órgãos do Distrito Federal. Inicialmente, será discutida a natureza e a abordagem da pesquisa, destacando o caráter quantitativo do estudo, com ênfase na análise dos dados numéricos obtidos a partir das ferramentas de avaliação de legibilidade ALT e Coh-Metrix Port 3.0. Em seguida, serão detalhados os métodos de coleta de dados, que incluem a análise comparativa de documentos antes e depois da implementação da LS. A partir dessa coleta, serão exploradas as variáveis consideradas relevantes para a análise, como a complexidade sintática, a coesão textual e os índices de legibilidade. Também serão abordadas as limitações do estudo, a fim de fornecer um panorama claro sobre a eficácia da aplicação da Linguagem Simples, bem como as implicações dessa pesquisa para a melhoria da comunicação pública. Por fim, será ap o modelo de análise estatística utilizado, com ênfase na correlação de Pearson e na regressão linear múltipla, aplicadas para validar os resultados obtidos.

3.1 NATUREZA E ABORDAGEM DA PESQUISA

Ao abordar a metodologia empregada para investigar como a adoção da Linguagem Simples (LS) nos órgãos públicos do Distrito Federal tem influenciado a elaboração de documentos oficiais, buscase entender os efeitos dessa mudança linguística na clareza e acessibilidade das informações públicas. A relevância dessa investigação está na necessidade de avaliar as transformações na comunicação institucional, especialmente após a implementação da LS, com ênfase na melhoria da legibilidade dos documentos. Compreender essas mudanças é fundamental para medir a efetividade da LS como ferramenta de transparência, acessibilidade e engajamento cívico, além de contribuir para uma comunicação mais eficiente entre o Estado e a sociedade.

A pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de identificar elementos associativos que expliquem as

mudanças na leiturabilidade dos documentos modificados conforme as diretrizes da normatização da LS. Tais abordagens são especialmente adequadas, pois a implementação da LS no setor público ainda é um campo relativamente inexplorado, demandando uma análise descritiva do fenômeno, bem como a formulação de insights preditivos que contribuam para o entendimento das implicações dessa prática.

O método de abordagem será quantitativo, permitindo uma análise estatística da prevalência e dos tipos de alterações textuais nos documentos públicos após a adoção da LS.

3.2. FUNDAMENTAÇÃO EMPÍRICA: COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Os dados utilizados na pesquisa são primários, de maneira que resultaram de um esforço de coleta, organização, compilação e estruturação de base de dados própria. Para compreensão da adoção da Linguagem Simples (LS) nos órgãos públicos do Distrito Federal, especificou-se as seguintes definições:

Quadro 7 – Dados primários da pesquisa	
Unidades de Análise	
i) Documentos públicos originais editados sem quaisquer observâncias aos princípios de linguagem simples	ii) Documentos públicos alterados com a observância dos princípios de linguagem simples

Fonte: elaborado pela autora (2024).

O levantamento dos documentos públicos se deu mediante solicitação direta aos órgãos selecionados, contatos prévios com estes órgãos foram realizados com vistas a disponibilização do material para a presente pesquisa. O critério de seleção estabelecido foi a normatização da utilização da Linguagem Simples por parte dos órgãos públicos. Neste sentido, foram selecionados dois órgãos, sendo um do Poder Judiciário e outro do Poder Executivo, e em relação a temporalidade dos documentos, diz respeito ao antes e depois da adoção da Linguagem Simples para verificar a real alteração documental com foco nos princípios da LS, conforme quadro a seguir:

Quadro 8 – Identificação dos órgãos públicos			
Órgãos públicos do Distrito Federal	Normativos	Quantidade de documentos alterados com base no normativo da LS	Público-alvo dos documentos analisados
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)	Portaria Conjunta nº 91 de 01 de setembro de 2021	57	cidadãos
Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF)	Portaria nº 383, de 01 de junho de 2022	8	cidadãos e servidores

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Os documentos analisados têm como público-alvo principal os cidadãos. Alguns documentos específicos da SES são aos servidores. Deste modo, os documentos públicos foram coletados e categorizados a partir dos documentos oficiais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). Sabe-se, preliminarmente, que alguns documentos possuem caráter de confidencialidade, tais como, sentenças e peças processuais do TJDFT, para tais documentos há sinalização por parte do referido órgão da eventual indisponibilidade da informação no documento, para fins da presente pesquisa.

A escolha do Distrito Federal como objeto de estudo se justifica pelas razões estratégicas e contextuais, a seguir relacionadas:

- 1. O Distrito Federal é o centro político e administrativo do Brasil, abrigando os principais órgãos do governo federal, além das secretarias e órgãos do governo local. Essa concentração administrativa torna a comunicação pública especialmente relevante, pois impacta diretamente a um grande número de cidadãos e servidores públicos. Analisar a clareza e a acessibilidade dos documentos oficiais no Distrito Federal pode servir como modelo para outras regiões do país, promovendo uma administração pública mais transparente e eficiente;**

2. Outro fator importante é a diversidade sociocultural e econômica do Distrito Federal, que abriga uma população heterogênea com diferentes níveis de escolaridade e acesso à informação. Analisar a eficácia da Linguagem Simples nesse contexto permitirá identificar desafios específicos e oportunidades para a criação de políticas públicas mais inclusivas, que atendam às necessidades de toda a população; e,
3. A realização desta pesquisa no Distrito Federal permitirá um diálogo direto com os órgãos públicos locais, facilitando a coleta de dados e a implementação de possíveis recomendações. A proximidade com os principais centros de decisão política e administrativa do país oferece uma oportunidade única para influenciar positivamente a gestão pública em um nível mais amplo.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para análise de dados objetiva-se a utilização de estatística descritiva e inferencial. Com a estatística descritiva almeja-se a obtenção de dados que sumarizem a legibilidade textual a partir de índices de legibilidade já validados pela literatura especializada. Tais índices serão calculados diretamente por meio de dois softwares que mensuram legibilidade, a saber, o ALT (Análise de Legibilidade Textual⁷) e o Coh-Matrix-Port 3.0⁸.

O ALT é uma ferramenta que visa aferir os índices de legibilidade de textos em língua portuguesa por meio de fórmulas adaptadas a partir dos originais que foram inicialmente projetadas para o idioma inglês. Para tanto, o ALT congrega seis estatísticas de legibilidade textual, conforme se pode depurar do quadro abaixo:

⁷ O software ALT pode ser encontrado através do seguinte link: <https://legibilidade.com/>

⁸ O software Coh-Matrix-Port 3.0 pode ser encontrado através do seguinte link: <http://fw.nilc.icmc.usp.br:23380/cohmatrixport>

Quadro 9 – Índices originais e adaptados de leitura textual no software ALT

Fórmulas originais Língua Inglesa	Fórmulas adaptadas para Língua Portuguesa
Flesch Reading ease = $206,835 - 1,015 \times (\text{palavras/sentenças}) - 84,6 \times (\text{sílabas/palavras})$	Índice de Legibilidade de Flesch = $227 - 1,04 \times (\text{palavras/sentenças}) - 72 \times (\text{sílabas/palavras})$
Gunning fog index = $0,4 \times (\text{palavras/sentenças}) + 40 \times (\text{palavras complexas/palavras})$	Índice de Nebulosidade de Gunning = $0,49 \times (\text{palavras/sentenças}) + 19 \times (\text{palavras complexas/palavras})$
ARI = $-21,43 + 0,50 \times (\text{palavras/sentenças}) - 4,71 \times (\text{caracteres/palavras})$	Índice de Legibilidade Automatizada = $0,44 \times (\text{palavras/sentenças}) - 4,6 (\text{caracteres/palavras}) - 20$
Flesch-Kincaid grade level = $-15,59 + 0,39 \times (\text{palavras/sentenças}) + 11,8 \times (\text{sílabas/palavras})$ *conversão entre as escalas centígradas (de zero a cem) da fórmula: Flesch-Kincaid grade level = $63,88 - 0,38424 \times (\text{Flesch Reading ease}) - 20,7 \times (\text{sílabas/palavras})$	Nível de Instrução de Flesch-Kincaid = $0,36 \times (\text{palavras/sentenças}) + 10,4 \times (\text{sílabas/palavras}) - 18$
Coleman-Liau grade level = $-15,8 - 2,96 \times (\text{sentenças/palavras}) + 5,88 \times (\text{letras/palavras})$	Nível de graduação de Coleman-Liau = $5,4 \times (\text{caracteres/palavras}) - 21 \times (\text{sentenças/palavras}) - 14$
<p>Já o Índice Gulpease não apresentou, dentro dos limites das margens de erro, variações nos seus coeficientes quando foi aplicado o procedimento explicado acima. Isso é um indicativo de que esse índice, na sua fórmula original para o italiano, pode ser usado para textos na Língua Portuguesa. Um motivo para isso pode ser a mesma origem latina desses dois idiomas (Moreno, 2023, p. 64).</p>	

Fonte: informações extraídas do software ALT.

3.3.1 ADAPTAÇÃO DAS FÓRMULAS DE LEITURABILIDADE PARA A LÍNGUA PORTUGUESA (FERRAMENTA ALT)

As fórmulas de leitura foram adaptadas para a Língua Portuguesa, com o objetivo de refletir as características linguísticas específicas do idioma, proporcionando, assim, uma avaliação mais precisa da facilidade de leitura em textos nesse contexto.

A análise de legibilidade dos documentos proposta por este estudo tem como indicador principal o "Índice FLESCH de Facilidade de Leitura (Flesch Reading Ease) adaptado para a Língua Portuguesa (ferramenta ALT)", e, por isso, esta seção concentrará na explicação da adaptação desse índice, que é o principal parâmetro utilizado para avaliar a legibilidade dos textos analisados.

Finatto e Paraguassu (2022) ressaltam que Rudolf Flesch destaca-se como uma figura proeminente nos estudos de legibilidade em escala global. Ele foi autor, consultor de escrita e especialista em legibilidade, além de um fervoroso defensor do movimento Plain Language. Flesch é especialmente reconhecido por sua contribuição ao desenvolver o Índice Flesch de Facilidade de Leitura, uma ferramenta que mensura a "dificuldade de compreensão" de textos.

O Índice de Legibilidade de Flesch considera duas variáveis principais: o comprimento médio das sentenças (quantificado pelo número de palavras) e o comprimento médio das palavras (determinado pelo número de sílabas). Dessa forma, quanto maior o comprimento das sentenças, menor será a legibilidade do texto, assim como o aumento do comprimento das palavras também reduz a legibilidade. O índice possui uma escala que vai de 0 (indicando baixa legibilidade) a 100 (indicando alta legibilidade).

A fórmula, desenvolvida exclusivamente para textos na língua inglesa, é expressa por:

Figura 2 – Fórmula de Flesch original

$$Flesch\ reading\ ease = 206,835 - 1,015 \times \left(\frac{palavras}{senten\c{c}as}\right) - 84,6 \times \left(\frac{silabas}{palavras}\right)$$

Fonte: fórmula extraída da tese de Doutorado (Gleice Moreno, pág. 53)

Para adaptar as fórmulas de legibilidade para Língua Portuguesa, foi necessário ajustar os coeficientes C_k , garantindo que os índices de legibilidade obtidos para textos em português se aproximassem dos resultados originais calculados para o inglês (ou italiano, no caso do Índice Gulpease). Esse processo envolveu o uso de regressão linear múltipla, seguindo procedimentos que incluíram seleção de uma amostra de N=100 textos de diversos gêneros, que estão disponíveis na versão online do software ALT. As variáveis de

interesse dos textos em português foram calculadas com algoritmos escritos em JavaScript, enquanto suas versões traduzidas tiveram os índices de legibilidade determinados por ferramentas como o Readability Test Tool e o Farfalla Project. Esses dados foram organizados em uma matriz com três colunas, e os coeficientes C1, C2 e C3 foram obtidos por meio da regressão linear múltipla (Moreno et al., 2021, pág. 59).

Figura 3 – Coeficientes para o Índice de Flesch resultados da regressão linear múltipla

R² = 0.890742				
	Referência	Valor	Erro Padrão	p- valor
C ₁	Intercept	226,614882	8,744455	0,00000
C ₂	palavras/sentenças	-1,036134	0,0930814	0,00000
C ₃	Sílabas/palavras	- 72,451284	4,336399	0,00000

Fonte: tabela extraída da tese de Doutorado (Gleice Moreno, pág. 59)

A fórmula adaptada, portanto, oferece uma medida mais adequada da legibilidade dos textos em português, considerando o comprimento médio das sentenças, o número de palavras por sentença e o número de sílabas por palavra, ajustados de acordo com os coeficientes obtidos, conforme pode-se verificar na Figura 4.

Figura 4 – Fórmula de Flesch adaptada para a Língua Portuguesa

$$\text{Índice de Legibilidade de Flesch} = 227 - 1,04 \times \left(\frac{\text{palavras}}{\text{sentenças}} \right) - 72 \times \left(\frac{\text{sílabas}}{\text{palavras}} \right)$$

Fonte: fórmula extraída da tese de Doutorado (Gleice Moreno, pág. 59)

Na sequência, utilizou-se o software Coh-Metrix Port 3.0, uma ferramenta de processamento de linguagem natural que calcula índices para avaliar a "coesão, coerência e dificuldade de compreensão de um texto", empregando diversos níveis de análise linguística: lexical, sintática, discursiva e conceitual. A ferramenta dispõe de 46 métricas relacionadas às dimensões listadas a seguir.(NILC/USP, 2021, pág. eletrônica):

Quadro 10 – Medidas calculadas pelo Coh-Metrix-Port 3.0	
Coh-Metrix-Port 3.0	
1. Medidas Descritivas	

2. Simplicidade Textual
3. Coesão Referencial
4. Coesão Semântica
5. Medidas Psicolinguísticas
6. Diversidade Lexical
7. Conectivos
8. Léxico Temporal
9. Complexidade Sintática
10. Densidade de Padrões Sintáticos
11. Informações Morfossintáticas de Palavras
12. Informações Semânticas de Palavras
13. Frequência de Palavras
14. Índices de Leiturabilidade

Fonte: informações extraídas da ferramenta Coh-Metrix-Port 3.0.

Com a combinação de dados extraídos por meio de ambos os softwares, capturou-se a extensão quantificável das alterações textuais no que se refere à leiturabilidade. O ALT fornece *outputs* de legibilidade que podem ser analisados à luz das seguintes escalas:

Quadro 11 – Escalas de Leiturabilidade do software ALT		
Testes/Níveis	Intervalos	Propósito
i) Flesch; e, ii) Índice Gulpease	0 a 100	Teste para captar a facilidade de leitura
iii) Flesch-Kincaid; iv) Índice de Nebulosidade de Gunning; v) Índice de Leiturabilidade Automatizado (ARI); e, vi) Índice de Coleman-Liau, entre outros	0 a ~20	Nível de instrução requerido para compreensão do texto lido

Fonte: informações extraídas do software ALT.

Para composição da base de dados, adicionou-se cada uma dessas métricas na base de dados tanto para documentos originais quanto para documentos públicos alterados com base no normativo da LS. De igual modo, no que concerne à ferramenta Coh-Metrix-Port 3.0, dentre as 46 métricas que são calculadas, relaciona-se abaixo aquelas que mais diretamente interessam à pesquisa:

Quadro 12 – Métricas da ferramenta Coh-Metrix-Port 3.0.

Grupo	Nome da Métrica	Descritivo	Interpretação
Densidade de Padrões Sintáticos	mean_noun_phrase	Média dos tamanhos médios dos sintagmas nominais nas sentenças. (sintagmas nominais são constituintes de uma oração em que o núcleo é um substantivo ou pronome e os demais integrantes, não obrigatórios, são determinantes, adjetivos e outros modificadores nominais).	Quanto maior o resultado, maior a complexidade textual
Informações Morfossintáticas de Palavras	verbs	Proporção de verbos em relação à quantidade de palavras do texto.	Quanto maior o resultado da métrica, maior a complexidade.
Informações Semânticas de Palavras	adjectives_ambiguity	Ambiguidade de Adjetivos	Quanto maior a ambiguidade, maior o esforço para decidir qual é o sentido adequado ao contexto, portanto, maior a complexidade
Conectivos	or_ratio	Proporção do Operador Lógico “OU” em relação à quantidade de palavras do texto	Quanto maior o resultado, maior a complexidade textual
Diversidade Lexical	ttr	Proporção de palavras sem repetições (types) em relação ao total de palavras com repetições (tokens).	Quanto maior o valor da métrica, mais complexo o texto.

Fonte: informações extraídas da ferramenta Coh-Metrix-Port 3.0.

Com os dados acima relacionados, a base constitui-se em uma compilação original de informações que congrega tanto os *outputs* do software ALT quanto as métricas da ferramenta Coh-Metrix-Port 3.0, para cada um dos documentos dos órgãos públicos estudados (TJDFT e SES/DF), sejam eles documentos originais ou alterados com base nos princípios da Linguagem Simples.

Por fim, por meio de estatística inferencial, especificou-se um modelo de análise de regressão para investigar a relação entre uma variável dependente (Índice Flesch, obtido pelo software ALT, quadro 9) e as variáveis independentes – (01 variável obtida a partir de “Densidade de Padrões Sintáticos (identificar e classificar padrões gramaticais para construir frases corretas e claras)”; 01 variável obtida a partir de “Informações Morfossintáticas de Palavras (referem-se às características da estrutura, formação e função das palavras em uma frase)”; 01 variável obtida a partir de “Informações Semânticas de Palavras (significado das palavras)”, 01 variável obtida a partir de “Conectivos (palavras que ligam ideias e estabelecem relações de sentido entre orações e parágrafos)” e 01 variável obtida a partir de “Diversidade Lexical(variedade de palavras diferentes utilizadas em um texto)” - quadro 13), a variável *dummy* (“Documentos Alterados pela Linguagem Simples”, quadro 7). Ressalta-se que com exceção da variável *dummy* “Documentos Alterados pela Linguagem Simples”, todas as demais possuem natureza quantitativa, enquadrando-se como discretas e contínuas.

Devido ao número limitado de observações, a aplicação da regressão linear múltipla mostrou-se inviável para as amostras da SES/DF, uma vez que as tentativas de análise resultaram em dados estatisticamente insignificantes. Esse resultado é particularmente relevante no contexto das métricas do Coh-Metrix-Port 3.0, que possui um conjunto amplo e diversificado de variáveis independentes, abrangendo aspectos linguísticos complexos. Com poucas amostras disponíveis, a variabilidade nas métricas não pôde ser adequadamente capturada, impedindo a construção de um modelo robusto.

Diante dessas limitações, recorreu-se à correlação de Pearson para explorar a relação entre os índices Flesch e as métricas de variação na legibilidade, como o delta absoluto e o delta percentual. Essa abordagem permitiu identificar associações estatisticamente significativas, destacando o delta absoluto como a variável mais confiável para avaliar a evolução da legibilidade nos documentos

analisados. Assim, a análise descritiva das coletas realizadas por meio das ferramentas ALT (Análise de Legibilidade Textual) e Coh-Matrix-Port 3.0, apresentada no Capítulo 3 desta pesquisa, foi complementada pela correlação de Pearson, conferindo maior robustez aos resultados e permitindo uma interpretação mais precisa do impacto da Linguagem Simples na clareza textual dos documentos.

Nesse sentido, Green (1991) destaca uma prática amplamente recomendada para garantir uma análise robusta que é dispor de pelo menos 50 observações, ou, mais especificamente, de 8 a 10 observações por variável independente.

Peduzzi *et al.*, (1996) também indicam que, ao utilizar regressão linear e outras técnicas de análise multivariada, um número adequado de observações por variável é essencial para evitar problemas de ajuste e estabilidade dos coeficientes.

Já para os documentos do TJDFT, foi aplicado um modelo de regressão linear múltipla para avaliar a relação entre as cinco métricas independentes do Coh-Matrix-Port 3.0 e o Índice de Legibilidade de Flesch, fornecido pela ferramenta ALT. Essa abordagem foi viabilizada pelo número adequado de documentos disponíveis, permitindo uma investigação estatisticamente válida da hipótese proposta, com foco na análise das alterações textuais após a implementação da Linguagem Simples.

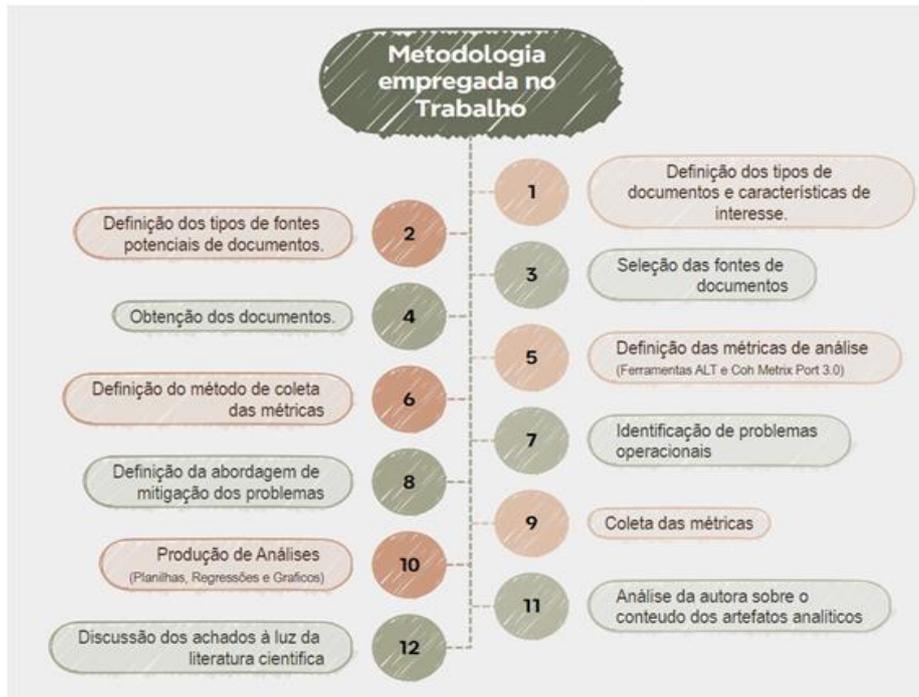
3.4 DETALHAMENTO OPERACIONAL DA AUTOMAÇÃO DAS TAREFAS

Devido ao elevado número de documentos e à complexidade dos processos manuais, a automação das tarefas tornou-se essencial, especialmente porque a maioria dos documentos estava em formato de imagem, exigindo a extração de texto, já que as ferramentas ALT e Coh-Matrix Port 3.0 realizam a análise apenas em documentos no formato .txt.

Para isso, foram empregadas técnicas avançadas de inteligência artificial e ciência de dados, implementadas em Python. O Tesseract foi utilizado para Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), convertendo imagens de texto em texto editável, o que permite a exclusão automatizada de informações relevantes para análise; enquanto o Selenium automatizou a interação com páginas da web

para a coleta das métricas em tempo real. Essa combinação de ferramentas possibilitou um processamento eficiente dos documentos, garantindo que os dados fossem analisados com precisão, em tempo hábil e de forma objetiva, culminando em planilhas e gráficos que facilitaram a interpretação dos resultados obtidos.

Figura 5 – Fluxo da Automação



Fonte: elaborado pela autora (2024).

As ferramentas ALT e Coh-Metrix Port 3.0 desempenharam um papel central neste estudo, oferecendo métricas valiosas para avaliar a legibilidade e a complexidade textual dos documentos. No entanto, apresentam limitações significativas ao desconsiderarem a análise de elementos visuais, amplamente incorporados nos documentos pós-Linguagem Simples do TJDF e da SES/DF. Esses recursos, como quadros para destacar informações, tabelas para organizar dados, ícones e diagramas para complementar o conteúdo, e QR CODE para apresentar informações direcionadas a determinado leitor, possuem potencial para organizar uma sequência lógica de ideias e melhorar o *design* do documento. A ausência desta análise pode ter limitado a avaliação completa do impacto dessas iniciativas.

De acordo com o *International Forum of Visual Practitioners*, o uso de elementos visuais é mais eficaz do que texto puro, uma vez que o cérebro humano processa imagens até 60.000 vezes mais rapidamente e 90% das informações assimiladas pelo cérebro são

visuais. Estudos do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT)⁹ corroboram essa vantagem, indicando que o reconhecimento de objetos visuais familiares ocorre em apenas 100 milissegundos, e até mesmo imagens desconhecidas são processadas em 13 milissegundos. Essa capacidade cognitiva reforça a relevância do uso de elementos visuais em documentos que adotam a Linguagem Simples, promovendo maior engajamento e facilitando a compreensão de conceitos complexos.

No setor público, a adoção da Linguagem Simples, aliada ao uso de recursos visuais, aprimora significativamente o entendimento das informações administrativas e legais, além de fortalecer a comunicação empática e inclusiva entre o Estado e os cidadãos. Documentos elaborados com esses elementos tornam-se ferramentas mais eficazes, alinhadas aos princípios de transparência e acessibilidade. Essa abordagem potencializa a interação com a população, promovendo uma comunicação clara e direta, essencial para o cumprimento dos objetivos institucionais.

Embora as análises fornecidas pelas ferramentas utilizadas indiquem melhorias textuais significativas, a ausência de análise dos elementos visuais limita uma avaliação mais ampla do impacto das alterações realizadas. Considerando que os recursos visuais desempenham um papel crucial na simplificação das informações e no aumento da eficiência comunicativa, o avanço observado nos documentos pós-LS pode ser parcialmente destacado ao uso estratégico desses elementos, reforçando os objetivos de transparência, acessibilidade e inclusão da iniciativa.

3.5 MODELO DE REGRESSÃO

Para responder à pergunta de pesquisa, foi estimado um modelo de regressão linear múltipla, aplicado aos documentos do TJDFT, que permite uma visão sobre a relação entre as variáveis textuais e o Índice Flesch. O modelo incluiu as variáveis independentes da ferramenta Coh-Matrix Port 3.0, especificadas no Quadro 12, além variável D (*dummy*), que distingue os documentos antes e depois da implementação da Linguagem Simples. Essa análise permite compreender como as características textuais influenciam a

⁹ <https://ifvp.org/content/why-our-brain-loves-pictures>

legibilidade dos documentos oficiais, conforme medido pelo Índice Flesch.

Os coeficientes associados a cada variável β_i indicam a magnitude e a direção do efeito de cada variável independente sobre variável dependente, e o β_0 é o intercepto. Essa abordagem é fundamental para compreender como diferentes características dos textos, como padrões sintáticos, informações morfossintáticas e semânticas das palavras, conectivos e a diversidade lexical, influenciam a clareza e a acessibilidade após a aplicação da Linguagem Simples.

$$\begin{aligned} Flesch_{it} = & \beta_0 + \beta_1 mean\ noun/phrase_{it} + \beta_2 verbs_{it} \\ & + \beta_3 Adjectives\ ambiguity_{it} + \beta_4 Or\ ratio_{it} \\ & + \beta_5 Type/token\ ratio_{it} + \beta_6 \delta_{LS} + \epsilon_{it} \end{aligned} \quad (1)$$

Em que *mean noun/phrase_{it}* representa a variável que captura a média dos tamanhos médios dos sintagmas nominais nas sentenças; *verbs_{it}* significa a proporção de verbos em relação à quantidade de palavras do texto; *Adjectives ambiguity_{it}* captura a ambiguidade de adjetivos; *Or ratio_{it}* significa a proporção do operador Lógico “OU” em relação à quantidade de palavras do texto; *Type/token ratio_{it}* Proporção de palavras sem repetições (*types*) em relação ao total de palavras com repetições (*tokens*); δ_{LS} representa a variável *dummy* distingue documentos, com valor 0 para textos produzidos antes da adoção da Linguagem Simples (LS) e valor 1 para textos pós-LS; e, ϵ_{it} representa o termo de erro, capturando a variação no índice de Flesch que não é explicada pelo modelo.

Observando a Equação (1), espera-se obter os seguintes resultados: $\beta_1 < 0$, pois indica que a variável associada, *mean noun/phrase*, tem um impacto negativo sobre o índice Flesch, o que significa que, um aumento na média do tamanho dos sintagmas nominais nas sentenças está associado a uma diminuição no índice Flesch, isso está alinhado à teoria e, é o esperado em razão de que a simplificação textual, promovida pela Linguagem Simples, tende a diminuir o tamanho dos sintagmas para melhorar a clareza e legibilidade; $\beta_2 < 0$, pois indica que a variável associada, *verbs*, possui um impacto negativo sobre o índice Flesch, indicando que um aumento na proporção de verbos no texto estaria correlacionado com uma redução no índice Flesch, espera-se que textos pós-LS sigam a teoria que reflete a ideia de que textos mais legíveis apresentam uma distribuição equilibrada entre diferentes classes gramaticais, evitando

sobrecarga de verbos e estruturas complexas.; O coeficiente $\beta_3 < 0$ indica que a variável *adjectives_ambiguity* tem impacto negativo sobre o índice Flesch.

Isso significa que o aumento na ambiguidade dos adjetivos está relacionado a uma redução na legibilidade, tornando o texto mais difícil de compreender. De acordo com a teoria, a ambiguidade dificulta a transmissão clara das informações, gera múltiplas interpretações e compromete a fluidez e a facilidade de leitura, especialmente em textos revisados com base na Linguagem Simples (LS), que priorizam a clareza e a acessibilidade; $\beta_4 < 0$ isso indica que a variável associada *or_ratio*, possui relação negativa com a legibilidade, que maior presença do operador lógico "ou" no texto está associada a uma diminuição no índice de Flesch, indicando menor legibilidade. Esse resultado é coerente com os princípios da Linguagem Simples (LS), que visam evitar bifurcações textuais e promover construções mais lineares e diretas, facilitando a leitura e compreensão do conteúdo; $\beta_5 < 0$ espera-se uma relação negativa entre a diversidade lexical, medida pelo índice *type/token ratio (ttr)*, e o índice de Flesch. Esse resultado é teoricamente justificável, pois uma maior diversidade lexical, embora possa enriquecer o texto, tende a fragmentar a coesão e a linearidade, exigindo maior esforço cognitivo do leitor para processar novos termos.

Nesse contexto, o esperado em textos pós-LS são textos curtos, diretos e claros, com a diversidade lexical necessária à fluidez e a clareza da leitura, especialmente em contextos que demandam comunicação simples e direta; $\beta_6 \delta_{LS}$ reflete diretamente o efeito da LS no modelo, e o coeficiente positivo esperado que justifica e valida a hipótese de que documentos revisados com base em Linguagem Simples são mais fáceis de ler e entender.

Dessa forma, observa-se que as variáveis selecionadas fornecem uma análise detalhada sobre os fatores que podem influenciar a clareza textual, medida pelo índice de Flesch. Essa abordagem é particularmente relevante, pois avalia aspectos como o tamanho médio dos sintagmas nominais (*mean noun/phrase*), a proporção de verbos, a ambiguidade de adjetivos, a frequência de operadores lógicos ("*or ratio*"), e a diversidade lexical (*type/token ratio*). A inclusão da variável δ_{LS} (*dummy*), que capta diretamente o impacto da Linguagem Simples (0 antes e 1 depois da LS), reforça o objetivo do estudo de identificar como ajustes estilísticos e estruturais afetam a legibilidade dos textos oficiais.

Nesse sentido, busca-se com esta análise não apenas compreender a associação entre a adoção da Linguagem Simples e a legibilidade textual, mas também examinar como cada variável contribui individualmente para a clareza e acessibilidade dos textos. Os resultados esperados destacam que a simplicidade e a coesão textuais são alcançadas por meio de um equilíbrio entre as variáveis analisadas, indicando que a aplicação de princípios de Linguagem Simples tem o potencial de reduzir barreiras de compreensão, independentemente da escolaridade do público-alvo.

3.6 FÓRMULA DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

Para conferir maior robustez às análises descritivas dos documentos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), foi realizada a correlação de Pearson. Essa abordagem permitiu uma avaliação mais precisa da relação entre as métricas de legibilidade e os impactos da aplicação da Linguagem Simples.

A fórmula do coeficiente de correlação de Pearson (r) mede a força e direção de uma relação linear entre duas variáveis. A fórmula é dada por:

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} \quad (2)$$

Os valores do índice Flesch antes e depois da aplicação da Linguagem Simples, foram calculados por duas fórmulas principais **delta absolutos** e os **deltas percentuais**.

O delta absoluto (Δ) mede a variação real no índice Flesch após a aplicação da Linguagem Simples:

$$\Delta = \text{Flesch Depois} - \text{Flesch Antes} \quad (3)$$

O delta percentual ($\Delta\%$) mede a proporção de variação em relação ao valor inicial do índice Flesch:

$$\Delta\% = \frac{\text{Flesch Depois} - \text{Flesch Antes}}{\text{Flesch Antes}} \times 100$$

Flesch Antes (4)

3.7 HIPÓTESE DE ESTUDO

Há relação entre um maior Índice Flesch de Leitabilidade dos documentos públicos com o fato de que os mesmos tenham sido alterados com base nos princípios da Linguagem Simples (LS), isto quer dizer que:

“H1: Documentos alterados com base na LS possuem maior Índice Flesch de Leitabilidade”.

Com esta hipótese pretende-se investigar a relação entre a leitabilidade de um documento público e sua alteração com base no normativo da LS. Assume-se que tal relação positiva, visto que os órgãos públicos, além de normatizarem os princípios da LS também estão promovendo alterações em documentos públicos com base em tais princípios.

3.8 JUSTIFICANDO O USO DE INDICADORES SINTÉTICOS

Neste item, será realizada uma breve abordagem sobre os índices sintéticos, destacando suas vantagens e desvantagens em uma pesquisa. Será explorado por que usar índices sintéticos é uma escolha estratégica, explicando a importância desses indicadores na análise e interpretação de dados.

De acordo com Porsse (2018), os indicadores podem ser entendidos como elementos informativos que representam aspectos do mundo real por meio de valores sintéticos. Na sequência, Rodrigues (2001) menciona que os indicadores e índices desempenham um papel informativo relevante ao refletirem diversos aspectos das sociedades.

Nesse sentido é crucial destacar que um aspecto fundamental para uma gestão pública eficiente é a capacidade de os gestores avaliarem com precisão a realidade, compreender as necessidades e expectativas da população, e implementar ações alinhadas às prioridades estabelecidas. Os indicadores sintéticos desempenham um papel essencial em diferentes fases desse processo de gestão.

Os índices sintéticos, também são conhecidos como índices compostos, são ferramentas que agregam diversas variáveis ou indicadores específicos, como saúde, educação, ambiente, entre outros, em um único indicador. Eles são fundamentais para sintetizar informações complexas em métricas compreensíveis e representar de forma integrada diferentes aspectos de um contexto ou território. Ao combinar dados, números e informações específicas, os índices sintéticos permitem uma mensuração abrangente e mais precisa dos elementos que impactam diretamente a qualidade de vida e a vulnerabilidade da população. Essa abordagem transforma conceitos subjetivos em dados mensuráveis, facilitando a compreensão e análise das condições sociais e econômicas de uma determinada área, contribuindo assim para uma gestão mais eficiente e informada (Moraes, Carvalho e Canôas, 2016)

De acordo com Rua (2006), os índices sintéticos podem ser classificados em duas abordagens distintas, a saber:

- a) A primeira visa ampliar o conjunto de indicadores utilizados para aumentar a precisão das avaliações, permitindo a análise de variações incrementais de pequena escala. Esta abordagem é adequada e tem como vantagem embasar decisões que requerem precisão absoluta, embora apresente como desvantagem os desafios metodológicos na ponderação, custos elevados e demanda por vasta quantidade de informações;**
- b) Já a segunda busca simplificar a composição dos índices, caracterizando-se por ser de baixa complexidade, apresentando como vantagens: minimizar alguns problemas conceituais e metodológicos associados à sua formulação, podem ser calculados para diversas regiões, são facilmente compreensíveis e podem complementar ou substituir análises baseadas em indicadores de produto. Por outro lado, tem como desvantagem as dificuldades na definição adequada da ponderação atribuída a cada dimensão.**

Essas vantagens e desvantagens ilustram a necessidade de um equilíbrio cuidadoso na utilização de indicadores sintéticos na gestão pública, onde a busca por simplicidade e eficiência deve ser ponderada com a necessidade de precisão e detalhamento da informação.

Na prática, os indicadores organizam e sistematizam uma ampla gama de informações sobre uma área específica, permitindo a identificação de fenômenos temporais e espaciais e a análise de cenários ao longo do tempo e em diferentes locais. Eles são essenciais para monitorar ações governamentais, avaliar os impactos de programas sociais, fornece uma base objetiva para a tomada de decisões e contribuir para a transparência e eficácia das políticas públicas.

A título de ilustração, é possível citar alguns dos índices sintéticos propostos no Brasil que são voltados ao diagnóstico e monitoramento de indicadores sociais, elencados no trabalho de Januzzi e Guimarães (2005), quais sejam, IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal); ICV (Índice de Condições de Vida Municipal); IQM (Índice de Qualidade Municipal - verde - carências - nec. habitacionais - sustent. Fiscal); IDS (Índice de Desenvolvimento Social); IDE Índice de Desenvolvimento Econômico.

Assim, indicadores são fundamentais para a gestão pública, oferecendo uma visão clara e quantificável da realidade. Eles permitem aos gestores desenvolver estratégias mais precisas, acompanhar o progresso das políticas e fazer ajustes necessários para melhor atender às demandas da população. Ao transformar dados em informações úteis, facilitam a compreensão dos desafios e necessidades comunitárias, apoiando decisões informadas e contribuindo para políticas públicas eficazes e melhoria da qualidade de vida do cidadão.

No Capítulo 3, são apresentados gráficos e análises baseados nas métricas extraídas pelas ferramentas ALT e Coh-Metrix Port 3.0, que avaliam a legibilidade e a complexidade textual dos documentos da SES/DF e do TJDFT. Para a SES/DF, foi realizada uma análise descritiva que compara as versões anteriores e posteriores à implementação da Linguagem Simples (LS), indicando simplificações textuais consistentes e redução de redundâncias. Já para o TJDFT, a análise inclui, ainda, um modelo de regressão linear múltipla, que explora a relação entre métricas textuais (Coh-Metrix Port. 3.0) e o índice de Flesch (ALT), evidenciando melhorias significativas na clareza e acessibilidade dos textos. Esses resultados sugerem que a adoção da LS contribuiu para a simplificação documental, alinhando-se às normativas institucionais e fortalecendo o compromisso dos órgãos analisados com uma comunicação pública mais clara, acessível e eficiente, essencial para a promoção da inclusão e da transparência.



4

4

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, são apresentados os resultados das análises realizadas nos documentos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), antes e após a implementação da Linguagem Simples (LS). O capítulo está estruturado em seções que abordam o impacto da simplificação textual na clareza e acessibilidade dos textos, com base nos dados obtidos pelas ferramentas ALT e Coh-Metrix Port 3.0. A partir dos resultados dessas análises, foram criados gráficos que ilustram as mudanças nos índices de leitura dos documentos. A seção final discutirá as implicações desses resultados para a melhoria da comunicação pública e a promoção da transparência institucional.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: IMPACTO DA SIMPLIFICAÇÃO DOCUMENTAL

Este capítulo consolida os dados obtidos dos documentos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), antes e após a implementação da Linguagem Simples (LS). A partir desses dados, contextualiza-se o impacto da simplificação textual na clareza e acessibilidade dos documentos públicos, destacando os resultados das análises desde a adoção da LS.

O levantamento documental realizado junto ao TJDFT e à SES/DF seguiu a linha do problema de pesquisa, com foco na análise comparativa de documentos produzidos nos dois momentos distintos. A análise tem como principal objetivo examinar as mudanças na leitura dos textos, contribuindo de maneira decisiva para o sucesso da investigação e para a obtenção de resultados significativos.

Os documentos selecionados foram submetidos às ferramentas ALT e Coh-Metrix Port 3.0, num total de 57 (cinquenta e sete) pares do TJDFT e 08 (oito) pares da SES/DF, com o intuito de verificar a clareza e leitura dos textos. As métricas analisadas incluíram todos os índices de leitura adaptados para o português, oferecidos pela ferramenta ALT.

No caso do Coh-Metrix Port 3.0, dentre as 46 métricas calculadas, inicialmente, foram selecionadas as que se relacionam a medidas descritivas, complexidade sintática e coesão textual, pois essas dimensões são fundamentais para a avaliação da clareza e acessibilidade dos documentos. As medidas descritivas fornecem uma visão geral da estrutura básica dos textos, como o número de palavras e sentenças, enquanto a complexidade sintática reflete o nível de dificuldade em interpretar as construções gramaticais. A coesão textual, por sua vez, avalia a interconexão entre as ideias no texto, essencial para garantir que o leitor compreenda a mensagem de forma fluida e coesa, eliminando ambiguidades e facilitando a compreensão dos textos, que são cruciais para garantir uma comunicação eficaz e acessível. Essas métricas permitem identificar padrões que tornam os textos mais ou menos compreensíveis, especialmente em contextos onde a clareza é essencial, como nos documentos do TJDF e da SESDF.

A pergunta de pesquisa: "A normatização da adoção da Linguagem Simples em órgãos públicos do Distrito Federal está associada à uma maior leitura dos documentos públicos?" e a hipótese "documentos modificados com base na LS possuem maior Índice Flesch de Leiturabilidade" foram verificadas à luz dos dados compilados e analisados.

4.2 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (SES/DF)

A clareza dos documentos em saúde pública é essencial para garantir que a população compreenda corretamente as orientações. A simplificação textual, implementada pela Secretaria de Saúde à luz da Portaria nº 383, de 1º de junho de 2022, visa reduzir a complexidade dos termos técnicos e facilitar a compreensão das informações.

Embora o número de documentos analisados seja reduzido, a avaliação realizada com a ferramenta ALT (Análise de Legibilidade Textual) sugere uma tendência de melhoria na acessibilidade dos textos revisados. Essa interpretação é reforçada pelos resultados obtidos nas análises do Coh-Metrix Port 3.0, que indicam que a adoção da Linguagem Simples (LS) pode estar associada a um aumento na legibilidade, apontando para uma possível evolução na clareza e acessibilidade dos documentos, conforme será detalhado a seguir.

Para fortalecer os resultados obtidos na análise descritiva, foi realizada a correlação de Pearson com os documentos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), visando verificar a relação entre as melhorias observadas nos índices de legibilidade e a aplicação da Linguagem Simples. Essa abordagem conferiu maior robustez estatística às interpretações, permitindo avaliar com mais precisão se as alterações realizadas nos textos impactaram positivamente a clareza e acessibilidade das informações.

4.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SIMPLIFICAÇÃO TEXTUAL: DESCRITIVOS COLETADOS POR MEIO DA FERRAMENTA ALT (ANÁLISE DE LEGIBILIDADE TEXTUAL)

A simplificação textual nos documentos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), conforme ilustrado pelas métricas analisadas na Figura 6, sugere um processo de transformação integrado, onde os ajustes em cada métrica potencialmente se correlacionam e reforçam mutuamente. O Painel (a), que sugere redução no número total de letras, indica uma tendência de textos mais diretos e enxutos, possivelmente alinhados aos princípios de comunicação clara e acessível promovidos pela Linguagem Simples (LS). Essa diminuição na contagem total de letras pode estar associada a alterações em outras métricas, como o número de letras por palavra, apontado no Painel (b), sugerindo a substituição de termos longos e complexos por palavras mais curtas e familiares.

Essa adaptação lexical, conforme sugerem os painéis, pode estar associada a redução na densidade textual, o que impacta diretamente na melhoria, acessibilidade e facilitação no processamento e compreensão das informações pelo leitor médio, especialmente em contextos críticos de saúde pública (Patient Information Forum - PIF, 2024)¹⁰. O Painel (c), que apresenta a contagem total de palavras, está associado a essa hipótese, sugerindo uma possível relação com a redução no número de termos utilizados, alinhada à remoção de redundâncias e à priorização de informações essenciais. A relação entre a redução de letras e palavras sugere documentos mais concisos, favorecendo a transmissão clara e precisa de informações, essencial em

¹⁰ <https://pifonline.org.uk/>

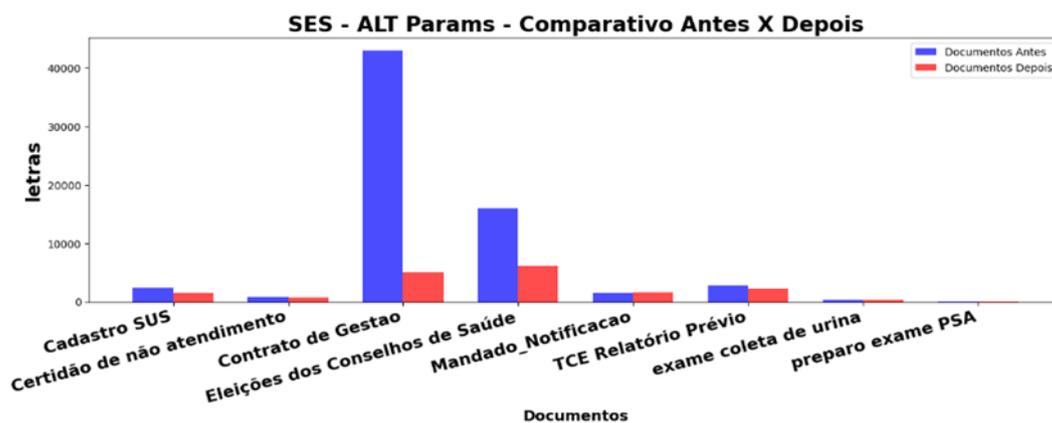
cenários onde a compreensão rápida é crítica para a saúde pública (CDC Clear Communication Index User Guide, 2023)¹¹.

O Painel (d), que destaca a métrica de palavras complexas, indica uma redução considerável no uso de jargões e termos técnicos. Esse ajuste pode estar interligado à métrica de letras por palavra, uma vez que a substituição de palavras mais longas e complexas por termos simples e curtos contribui para uma linguagem mais inclusiva. A adoção de vocabulário familiar ao público reforça a acessibilidade, promovendo o entendimento mais eficiente das informações (CDC – *Clear Communication Index User Guide*, 2023).

Assim, ao considerar os ajustes nas métricas analisadas – letras, letras por palavra, palavras e palavras complexas – é possível observar um movimento integrado que sugere uma simplificação textual, clareza e acessibilidade nos documentos da SES/DF. Esses resultados indicam um esforço da instituição para assegurar que as informações de saúde sejam compreendidas na primeira leitura, fortalecendo a adesão às orientações e destacando o compromisso com a transparência e a eficácia da comunicação pública.

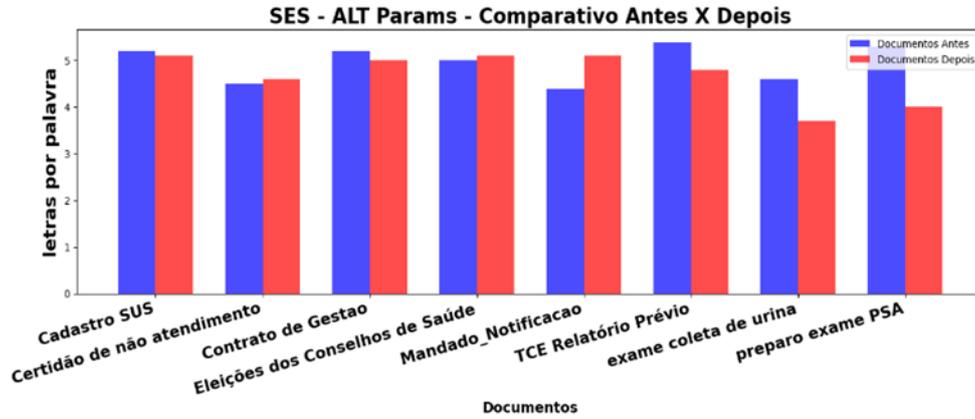
Figura 6 – Painel de Gráficos letras - letras por palavras – palavras e palavras complexas

Painel (a) – Letras

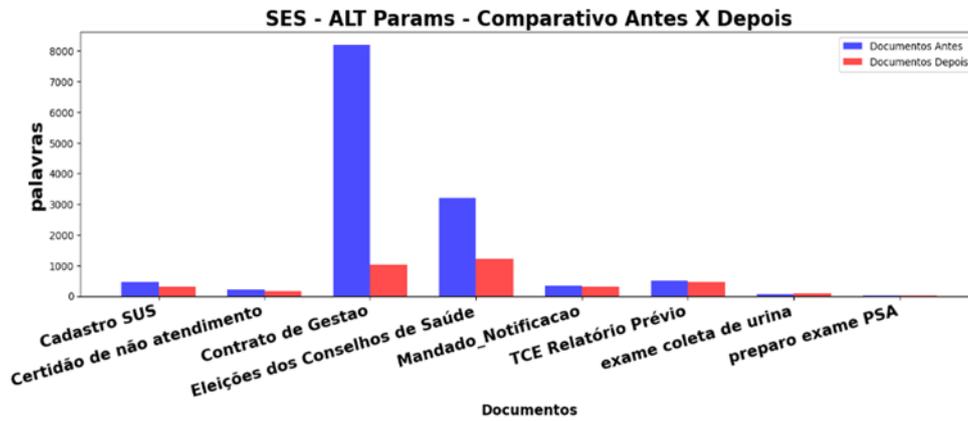


¹¹ <https://www.cdc.gov/healthliteracy/planact/cdcplan.html>

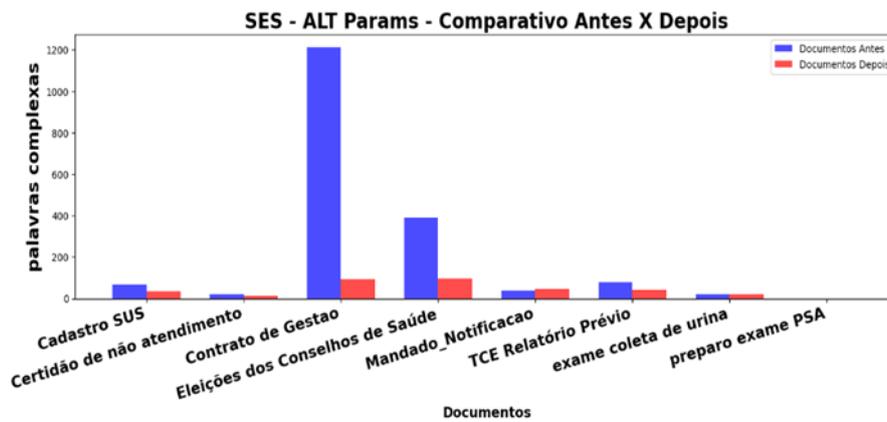
Painel (b) - Letras por Palavras



Painel (c) - Palavras



Painel (d) - Palavras Complexas



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A Figura 7 apresenta os gráficos das quatro métricas textuais, palavras por sentença, sentenças, sílabas e sílabas por palavra, que indicam alterações textuais nos documentos da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) após a adoção da Linguagem Simples (LS). A análise dessas métricas aponta para uma possível melhoria na clareza e acessibilidade dos textos, alinhando-se aos princípios da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), que reconhece o acesso à informação pública como um direito humano e atribui ao Estado a responsabilidade de promover clareza e transparência na comunicação institucional.

No Painel (a) destaca Palavras por Sentença, identifica-se uma redução no número médio de palavras por sentença, indicando uma tendência de sentenças mais curtas e diretas, o que pode facilitar a compreensão textual. Essa mudança sintática também é evidenciada no Painel (b), que sugere redução na quantidade de sentenças por documento, que pode estar relacionado a um conteúdo condensado e objetivo.

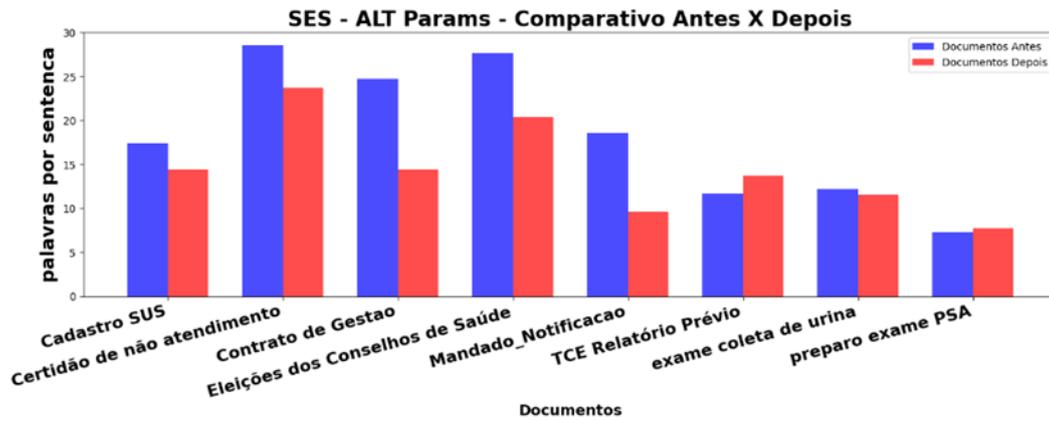
O Painel (c) apresenta uma correlação com a redução no total de sílabas, sugerindo uma tendência em direção a documentos mais diretos e claros. De forma complementar, o Painel (d) Sílabas por Palavra indica uma leve conexão com a diminuição na média de sílabas por palavra, sinalizando um possível esforço na adoção de termos mais simples e acessíveis. Essas características estão potencialmente relacionadas a uma menor carga cognitiva para os leitores, favorecendo maior facilidade de compreensão, especialmente para públicos com diferentes níveis de escolaridade.

De acordo com o *Patient Information Forum* (PIF), adaptar termos técnicos e médicos para uma linguagem mais simples e direta amplia o acesso à informação e melhora a eficácia dos materiais de comunicação em saúde. Esse processo é crucial para assegurar que a comunicação atenda a todos os cidadãos, independentemente do nível de escolaridade ou do conhecimento prévio sobre o tema abordado.¹²

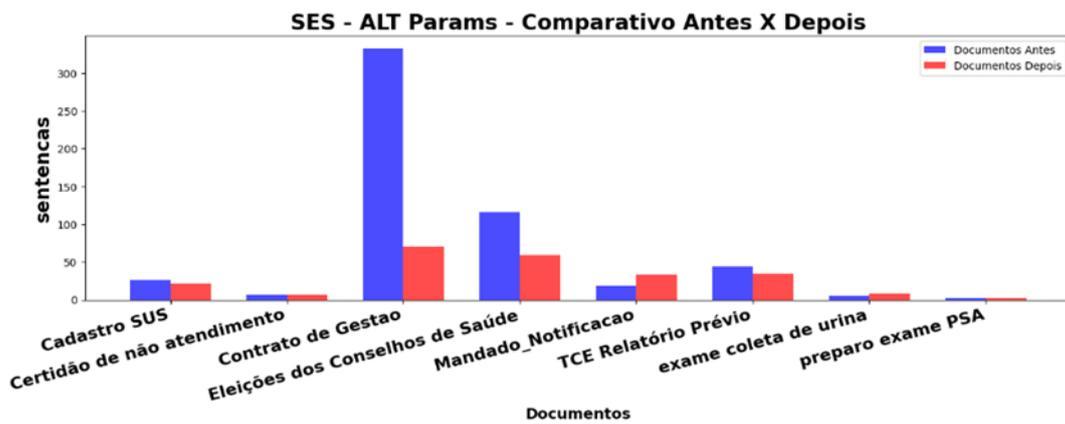
¹² [Quick guide: Using plain language in health information | Patient Information Forum \(pifonline.org.uk\)](https://www.pifonline.org.uk)

Figura 7 – Painel de Gráficos palavras por sentença - sentenças – silabas e silabas por palavras

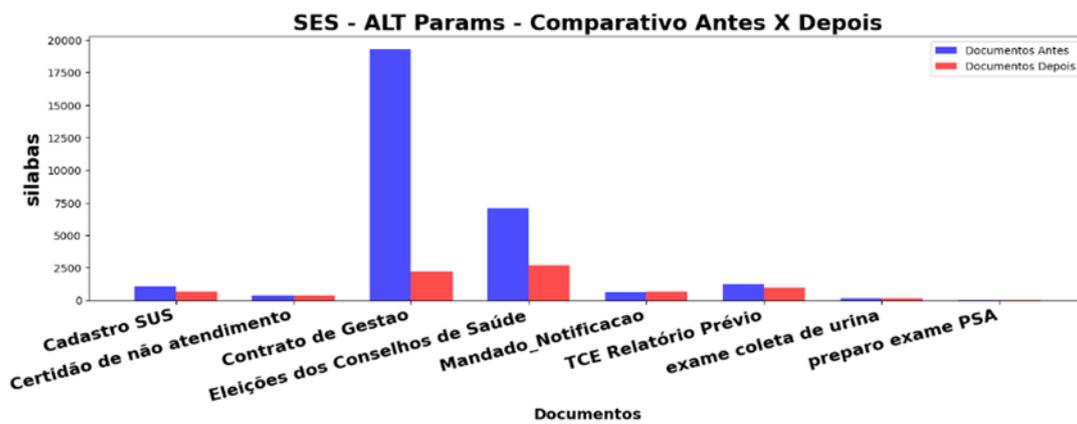
Painel (a) - Palavras por Sentença



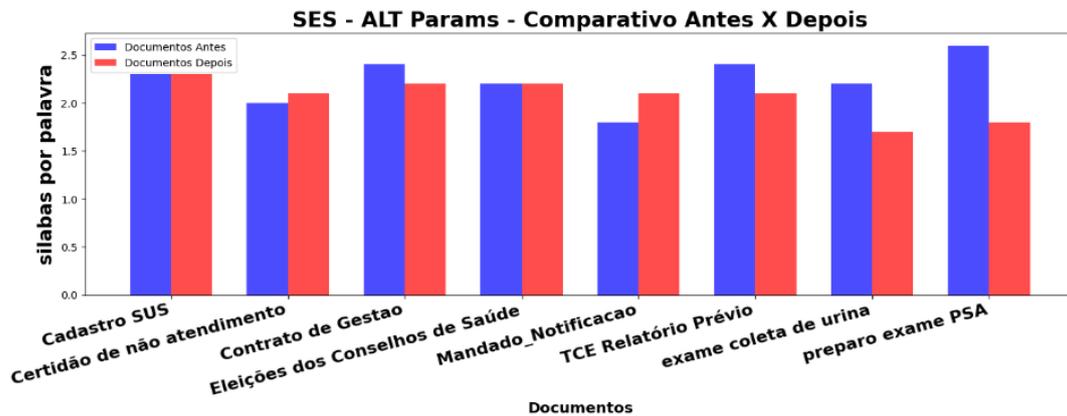
Painel (b) – Sentenças



Painel (c) – Sílabas



Painel (d) - Sílabas por Palavra



Fonte: elaborado pela autora (2024)

4.2.2 ÍNDICES DE LEGIBILIDADE COLETADOS POR MEIO DA FERRAMENTA ALT (ANÁLISE DE LEGIBILIDADE TEXTUAL)

Os documentos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) indicam avanço na simplificação textual, evidenciado pelos índices de legibilidade mensurados pela ferramenta ALT, que apontam uma redução significativa na complexidade dos textos. Essa simplificação pode tornar as informações mais acessíveis e claras ao público, garantindo que as orientações de saúde sejam compreendidas por todos, independentemente do nível de escolaridade, o que minimiza mal-entendidos e amplia o alcance das informações essenciais à saúde pública. Essa abordagem reforça o compromisso da Secretaria com uma comunicação transparente e inclusiva.

Para facilitar a interpretação dos gráficos deste item, as escalas apresentadas na figura 5 serão utilizadas como referência para a análise dos índices de legibilidade dos documentos da SES/DF, permitindo uma compreensão clara e objetiva das variações observadas em cada gráfico.

Figura 8 – Escalas

0 a 100: Teste de facilidade de leitura de Flesch e Índice Gulpease.

0 a ~20: Nível de instrução de Flesch-Kincaid, Índice de Nebulosidade de Gunning, Índice de Legibilidade Automatizado, Índice de Coleman-Liau, entre outros.

Fonte: <https://legibilidade.com/sobre>

Quadro 13 – Explicação das escalas

Sendo que nos índices (Flesch e Gulpease) de 0 a 100, cem indica um texto muito fácil de entender, enquanto zero aponta para uma compreensão muito difícil. Importante destacar que em alguns casos o índice pode ser negativo ou ultrapassar os 100 pontos.

Na escala de 0 a 20 nos índices (Flesch-Kincaid, Índice de Nebulosidade de Gunning, Índice de Leiturabilidade Automatizado (ARI), Índice de Coleman-Liau, a legibilidade diminui conforme o número aumenta.

O nível indicado corresponde ao número de anos de estudo necessários para compreender o texto. Por exemplo, um texto com nível 6 é simples, adequado para crianças de 12 anos, enquanto um texto com nível 17 é complexo, destinado a graduados e pós-graduados.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A Figura 9 apresenta os gráficos dos índices Flesch e Gulpease, os quais, apesar de utilizarem métodos de cálculo distintos, avaliam aspectos complementares da legibilidade e acessibilidade textual. Quando interpretados em conjunto, esses índices fornecem uma visão abrangente e apontam para alterações promovidas pela adoção da Linguagem Simples (LS) nos documentos da SES/DF. Essa análise integrada sugere um ajuste textual que se correlacionam com o impactado na estrutura, clareza e complexidade dos textos, alinhando-se aos objetivos de comunicação acessível e inclusiva.

O Painel (a), correspondente ao índice Flesch, mede a legibilidade com base na quantidade de palavras e sílabas por sentença, possibilitando observar como a simplificação textual pode ter contribuído para uma maior clareza. A elevação nos valores do índice Flesch após a implementação da LS sugere que os textos se tornaram mais diretos e compreensíveis. Essa mudança é possivelmente associada à redução na extensão das frases e à escolha de termos mais simples, facilitando a compreensão, especialmente para leitores com menor familiaridade com terminologias técnicas.

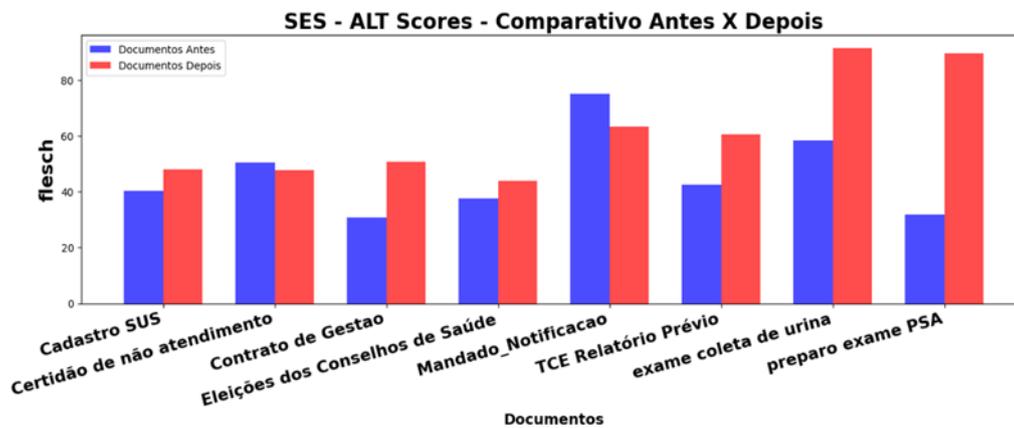
Já o Painel (b), referente ao índice Gulpease, avalia a legibilidade com foco no comprimento das palavras (em número de letras), no total de palavras e no comprimento das frases. A elevação nos valores desse índice após a implementação da LS indica associação à adoção de palavras mais curtas e frases mais diretas. Essas alterações sugerem à redução da densidade lexical e à priorização de estruturas textuais mais

acessíveis. A simplificação estrutural e lexical observada no índice Gulpease, embora ainda tímida, complementa os resultados do índice Flesch, reforçando a hipótese de uma adaptação textual inclusiva e transparente.

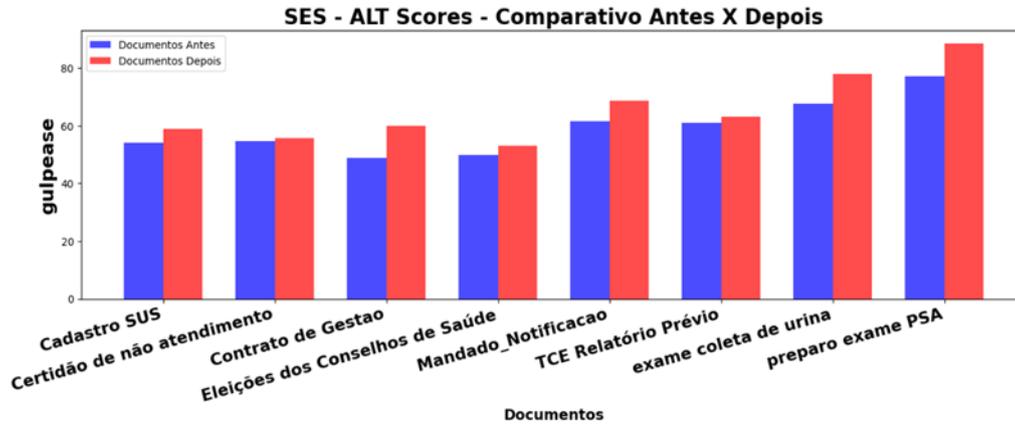
A relação entre os índices Flesch e Gulpease, conforme ilustrada, não aponta para uma transformação isolada, mas para a associação de ajustes textuais integrados. Enquanto o índice Flesch sugere uma maior clareza derivada da redução na extensão e complexidade das sentenças, o índice Gulpease indica uma simplificação lexical que prioriza palavras curtas e frases diretas. Essa convergência de resultados destaca a correlação positiva entre a adoção da LS e o aprimoramento da acessibilidade textual e da clareza, especialmente em documentos destinados a públicos amplos e diversificados. A convergência desses resultados sustenta as observações de Schriver (1997) e Redish (2010), que defendem a clareza e a legibilidade como fundamentais para a transmissão eficaz de informações em saúde pública.

Figura 9 – Painel de Gráficos dos Índices Flesch e Gulpease

Painel (a) - Índice de Flesch



Painel (b) - Índice Gulpease



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Na sequência, a Figura 10 apresenta os gráficos dos índices ARI, Coleman-Liau, Flesch-Kincaid e Gunning Adaptado, resultado da análise dos documentos da SES/DF, que sugerem uma convergência consistente nos resultados relacionados à redução do nível de escolaridade necessário para a compreensão textual dos documentos simplificados. Antes da simplificação, esses índices indicavam que os textos exigiam, em média, de 14 a 16 anos de estudo, equivalente ao nível superior, criando uma barreira significativa de entendimento para grande parte da população. Com a adoção da LS, os valores desses índices sugerem queda expressiva, indicando que os documentos passaram a ser acessíveis para leitores com escolaridade de nível fundamental a médio, facilitando a compreensão e ampliando o alcance das informações de saúde pública.

Essa diminuição, observada de maneira consistente em todos os índices analisados, está associada à adoção da LS para simplificar a estrutura e o vocabulário dos textos. O Painel (a) do índice ARI, ao mensurar a complexidade por meio do comprimento e da quantidade de letras, palavras e sentenças, evidencia uma correlação com a simplificação textual. De forma complementar, o Painel (b) do índice Coleman-Liau, que também considera esses elementos, registra uma associação similar, sugerindo melhoria na acessibilidade educacional. Ambos os índices indicam uma tendência de redução na complexidade lexical, apontando para a reformulação dos textos com palavras curtas e frases diretas.

Os índices representados no Painel (c) Flesch-Kincaid e no Painel (d) Gunning Adaptado, que também consideram o comprimento/quantidade de sílabas, de palavras, de sentenças, além da quantidade de palavras complexas, reforçam os achados anteriores ao apresentar reduções comparáveis nos níveis de escolaridade necessários para a compreensão dos textos.

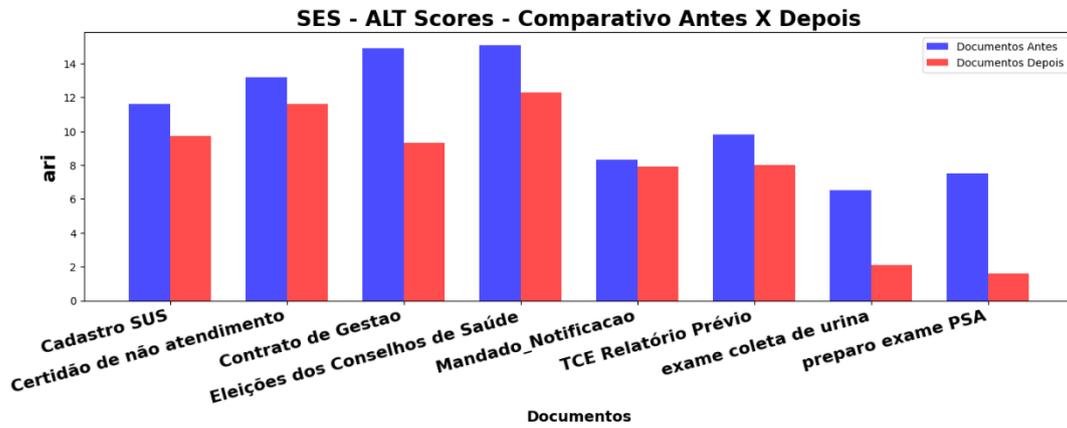
A convergência dos resultados desses quatro índices sugere que a simplificação linguística impacta na legibilidade de forma abrangente, reduzindo as barreiras de entendimento e promovendo uma comunicação pública acessível e inclusiva a um público com diferentes níveis de escolaridade. Esses achados estão alinhados com a Portaria nº 383, de 1º de junho de 2022, que enfatiza a clareza e acessibilidade das informações públicas, especialmente em temas de saúde.

Nesse contexto, Kimble (2012) reforça a importância da simplificação linguística em contextos de alta complexidade, como o jurídico e o de saúde, para garantir que as mensagens sejam corretamente interpretadas, independentemente do nível educacional dos leitores.

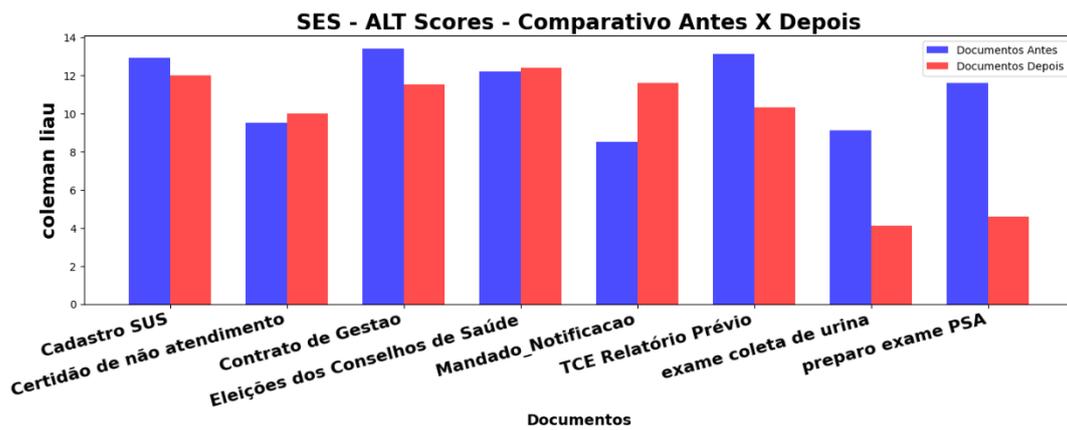
Portanto, a implementação da LS nos documentos da SES/DF não apenas aponta para uma possível melhora da legibilidade, mas também indica um esforço para tornar a comunicação acessível a um público diversificado, independentemente do nível de escolaridade. Ao cumprir o compromisso com a transparência e a acessibilidade da informação pública, a análise integrada dos índices reforça a eficácia dessa política, indicando uma convergência dos indicadores na redução das barreiras educacionais para a compreensão dos textos.

Figura 10 – Painel de Gráficos dos índices ARI, Coleman Liau , Flesch Kincaid e Gunning Adaptado

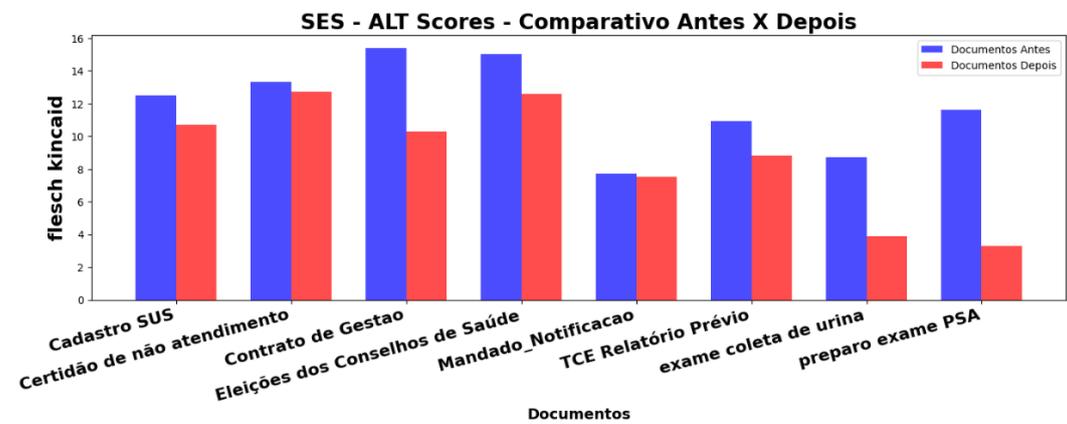
Painel (a) - Índice Automated Readability Index (ARI)



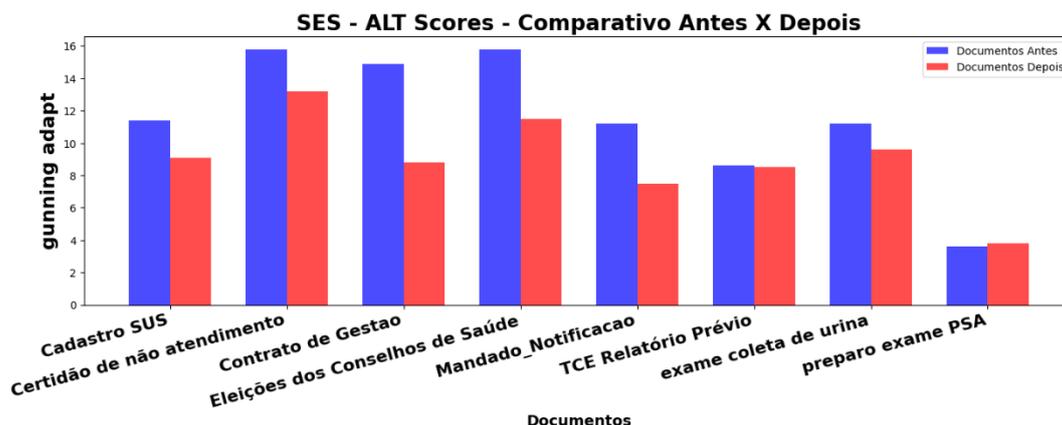
Painel (b) - Índice Coleman Liau



Painel (c) - Índice Flesch Kincaid



Painel (d) - Índice Gunning Adaptado



Fonte: elaborado pela autora (2024).

4.2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SIMPLIFICAÇÃO TEXTUAL: DESCRITIVOS COLETADOS POR MEIO DA FERRAMENTA COH-METRIX-PORT 3.0

Neste item, serão apresentados os resultados das métricas da ferramenta Coh-Metrix-Port 3.0 para os documentos da SES/DF, abrangendo Complexidade Sintática, Medidas Descritivas e Coesão Referencial. Essas análises demonstram o impacto da implementação da Linguagem Simples (LS) nos documentos. Os resultados indicam redução da complexidade textual e sugerem melhora na acessibilidade, de forma alinhada aos achados da ferramenta ALT. Contudo, algumas métricas apresentaram resultados distintos dos esperados, refletindo nuances específicas da simplificação aplicada aos textos da saúde pública.

A Figura 11 apresenta os gráficos que analisam as métricas avaliadas que incluem número de parágrafos, total de sentenças, sentenças por parágrafo e palavras por sentença. Essa análise sugere uma simplificação textual consistente e integrada, destacando uma correlação positiva na clareza e acessibilidade dos textos.

O Painel (a), indica que o número de parágrafos foi reduzido, o que sugere uma organização mais coesa e menos fragmentada dos documentos. Essa estrutura favorece a fluidez da leitura e a apresentação lógica das informações, indicando possível redução na dispersão do conteúdo textual. O Painel (b), que mostra o total de sentenças por documento, também sugere diminuição, o que pode

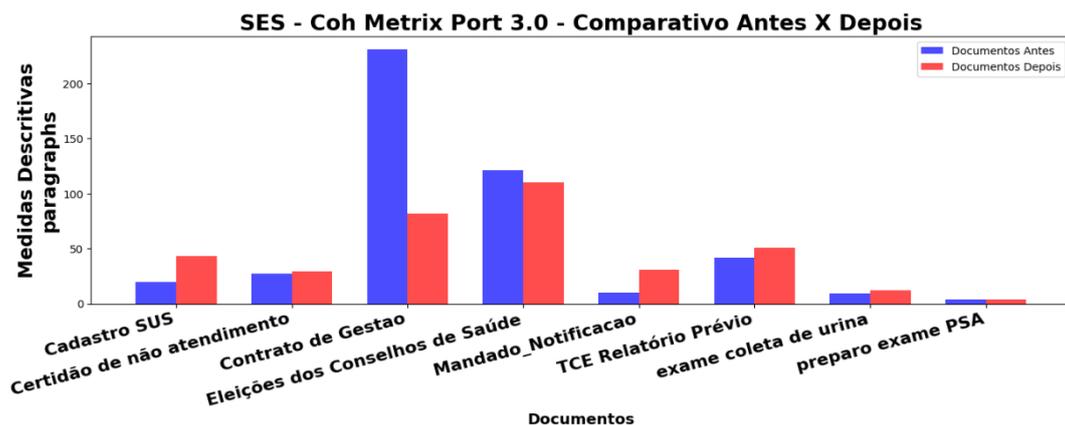
estar associado à eliminação de redundâncias e à priorização de um conteúdo mais objetivo e direto.

O Painel (c) indica uma leve redução na média de sentenças por parágrafo, sugerindo que as informações foram consolidadas em estruturas textuais mais compactas, evitando excessos que poderiam dificultar a compreensão. Por fim, o Painel (d), que avalia a quantidade média de palavras por sentença, aponta para sentenças mais curtas e diretas, o que sugere uma simplificação no vocabulário utilizado e redução da carga cognitiva exigida do leitor.

Essas alterações, analisadas em conjunto, indicam estratégia integrada de simplificação textual promovida pela adoção da LS. A redução consistente nas métricas reforça a busca por uma comunicação mais clara e eficiente, especialmente em temas de saúde pública, onde a clareza é fundamental para garantir que as informações sejam acessíveis a todos os leitores, independentemente de seu nível de escolaridade. Essas mudanças também estão alinhadas às recomendações da ISO 24495-1:2023¹³, que enfatizam a importância de uma apresentação textual clara e objetiva para facilitar a compreensão e a adesão às orientações essenciais.

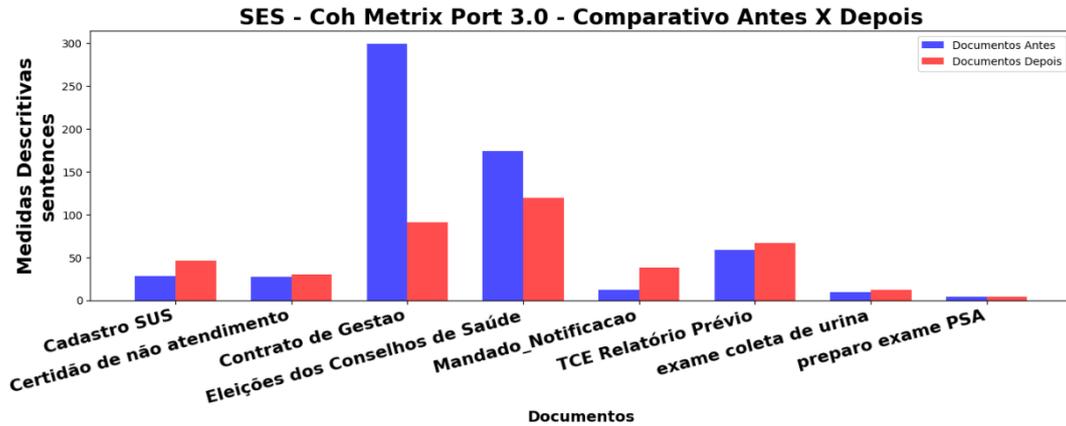
Figura 11 – Painel de Gráficos Medidas Descritivas Parágrafos, Sentenças, Sentenças por Parágrafos e Palavras por Sentenças

Painel (a) – Parágrafos

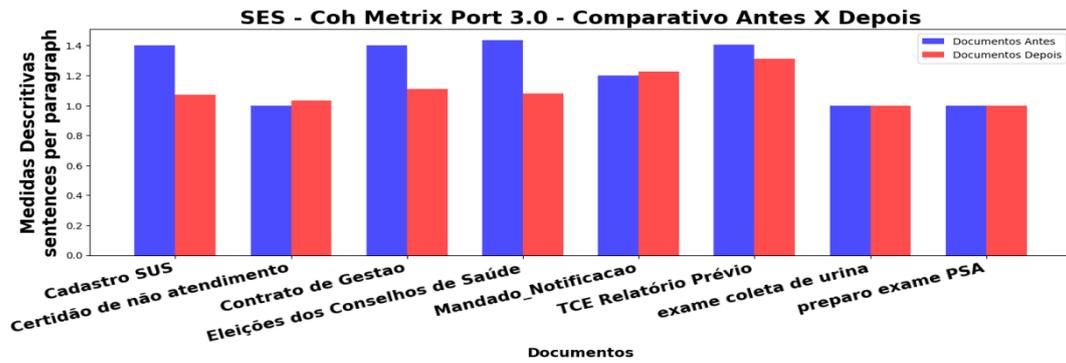


¹³<https://cdn.standards.iteh.ai/samples/78907/d194fac21d6a45f38bfcfec9657f7498/ISO-24495-1-2023.pdf>

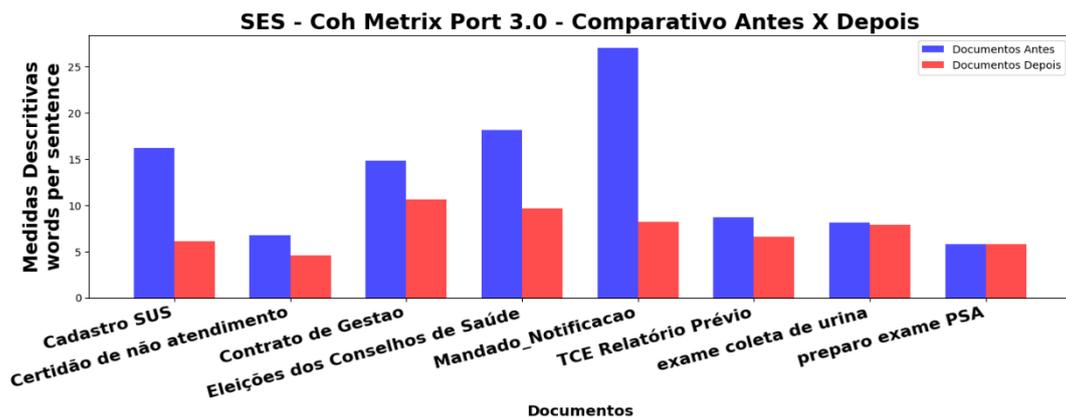
Painel (b) – Sentenças



Painel (c) - Sentenças por Parágrafos



Painel (d) - Palavras por Sentenças



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Na sequência a Figura 12 apresenta os gráficos comparativos de palavras Painel (a), de sílabas por palavra de conteúdo Painel (b), dos documentos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF),

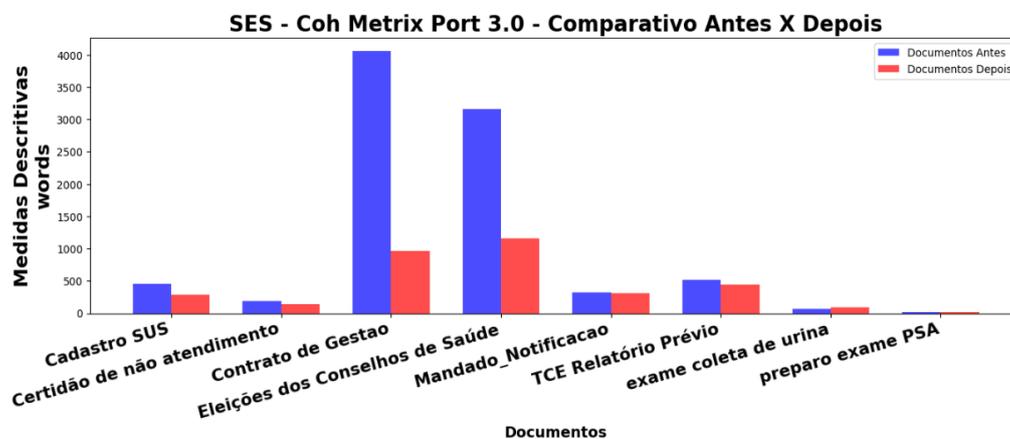
analisados antes e depois da implementação da Linguagem Simples (LS). As métricas sugerem uma tendência de simplificação textual, refletida pela redução no número total de palavras Painel (a). Essa redução pode estar associada a um esforço de tornar os textos mais concisos e acessíveis, alinhando-se aos princípios de clareza e objetividade, especialmente no contexto de saúde pública.

O Painel (b) sugere leve redução de sílabas por palavra de conteúdo apontando para uma possível escolha lexical mais acessível, com a substituição de termos técnicos e longos, por palavras mais simples e familiares. Essa adaptação pode facilitar a compreensão por parte de leitores com níveis variados de escolaridade, promovendo maior acessibilidade às informações apresentadas. Palavras com menos sílabas estão relacionadas a menor carga cognitiva, contribuindo para a clareza da comunicação em saúde pública.

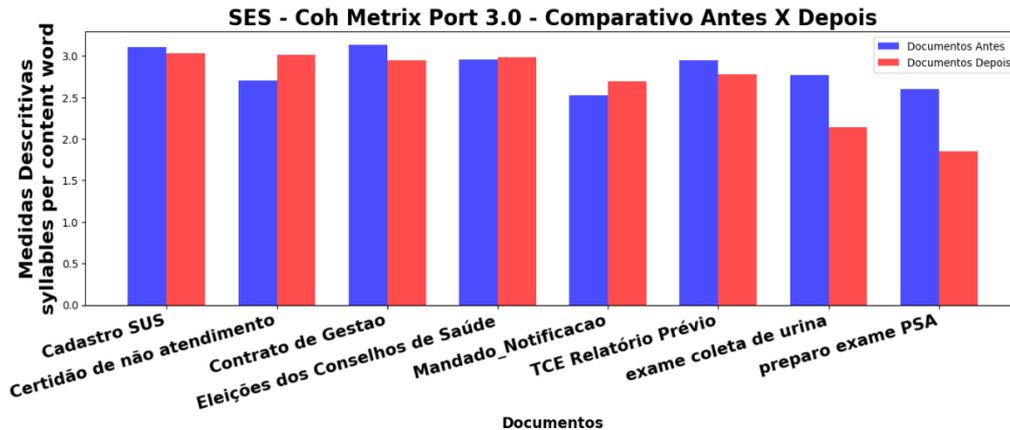
Ao avaliar essas métricas em conjunto, é possível observar uma interdependência entre as mudanças analisadas. A redução sugerida no número total de palavras e na média de sílabas por palavra de conteúdo sugere uma estratégia integrada para simplificar os textos. Esse ajuste está associado a uma leitura mais fluida e eficiente, reforçando o compromisso com a clareza e a acessibilidade nos documentos da SES/DF. Essa abordagem potencialmente aprimora a comunicação pública, garantindo que as mensagens de saúde sejam compreendidas com maior facilidade por públicos diversos.

Figura 12 – Painel de Gráficos Medidas Descritivas palavras e sílabas por palavra de conteúdo

Painel (a) – Palavras



Painel (b) - Sílabas por Palavra



Fonte: elaborado pela autora (2024).

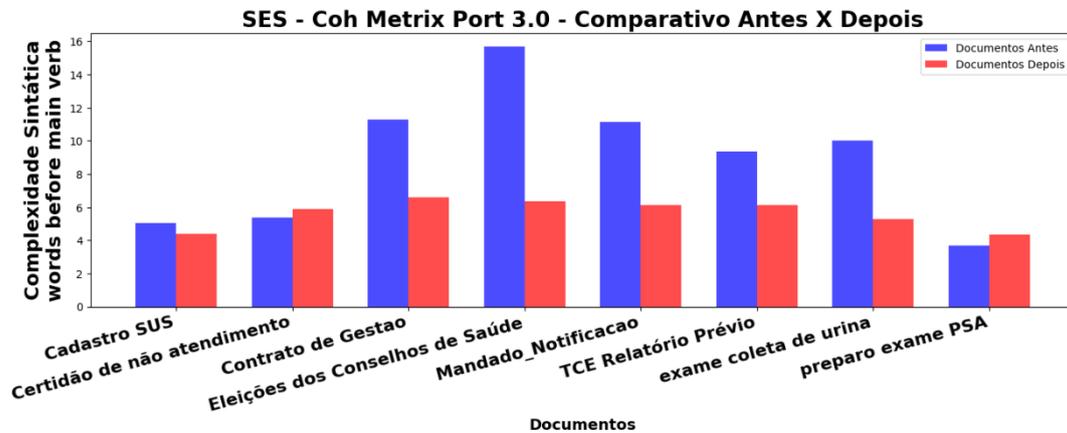
A métrica analisada na Figura 13, avalia a quantidade de palavras que precedem o verbo principal Painel (a), sendo um indicativo de complexidade sintática. Antes da implementação da Linguagem Simples, os textos sugerem estruturas mais densas, com frases longas que exigem maior esforço cognitivo para compreensão.

Após a adoção da Linguagem Simples, o gráfico indica redução consistente na quantidade de palavras antes do verbo principal, representada pelas barras vermelhas. Essa mudança pode estar associada a possível simplificação das sentenças, tornando-as mais diretas e objetivas, o que facilita tanto a compreensão quanto a retenção da informação, aspectos fundamentais em contextos de saúde pública, onde a clareza nas orientações pode impactar diretamente a eficácia da comunicação, refletindo a importância de garantir que todos os cidadãos compreendam plenamente as instruções médicas recebidas.

A capacidade de interpretar corretamente informações sobre saúde não apenas promove a adesão às recomendações médicas, mas também pode ser determinante para salvar vidas, especialmente em situações de urgência ou no manejo de doenças graves.

Figura 13 – Painel de Gráficos Complexidade Sintática – Palavras antes do verbo principal

Painel (a) - Palavras antes do verbo principal (words before main verb)



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Já o Painel (a), Painel (b) e Painel (c), apresentados na Figura 14, ilustram as métricas de coesão referencial "adj_arg_ovl", "adj_cw_ovl" e "adj_stem_ovl", respectivamente. A primeira avalia se a formação de cadeias de correferência é facilitada pela repetição média de referentes em pares de sentenças adjacentes; a segunda calcula a média de palavras de conteúdo que se repetem em pares de sentenças adjacentes do texto; e a terceira mede a média de radicais de palavras de conteúdo que se repetem em pares de sentenças adjacentes, associando tais aspectos à influência da adoção da Linguagem Simples (LS) nos documentos da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES/DF). Antes da implementação da LS, representada pelas barras azuis, os documentos apresentavam índices elevados nessas métricas, indicando maior coesão textual. Segundo a teoria apresentada na descrição das variáveis na ferramenta Coh-Metrix-Port 3.0, valores mais altos refletem maior conectividade entre sentenças e parágrafos, alcançada por meio de repetições de termos e estruturas que reforçam o encadeamento lógico do texto. A simplificação promovida pela LS busca equilibrar esses elementos, mantendo coesão suficiente sem comprometer a clareza textual, essencial para a acessibilidade e compreensão por diferentes públicos.

Após a implementação da LS, representada pelas barras vermelhas, observa-se redução nos valores dessas métricas. Isso pode estar associado a simplificação textual alinhada ao objetivo de tornar os documentos mais diretos e acessíveis. No entanto, os índices

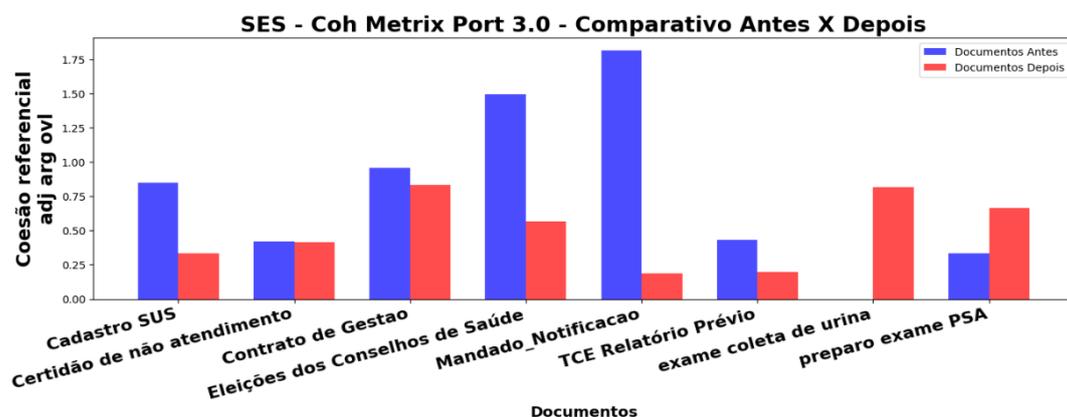
resultantes podem parecer contraintuitivos, uma vez que a redução das métricas de coesão referencial, frequentemente associadas a maior clareza e facilidade de leitura, pode ser interpretada como uma possível perda de coesão textual. Contudo, essa diminuição também sugere a possibilidade de eliminação de redundâncias e reorganização do texto, priorizando a concisão e uma comunicação mais objetiva, sem necessariamente comprometer a clareza global do conteúdo.

Adicionalmente, é relevante destacar que, embora os painéis sugiram uma simplificação textual alinhada aos princípios da LS, os índices de coesão referencial podem não capturar completamente os benefícios da nova organização textual. A redução textual observada nos documentos pós-LS sugere um equilíbrio entre eliminar redundâncias e manter a coesão necessária para a compreensão fluida.

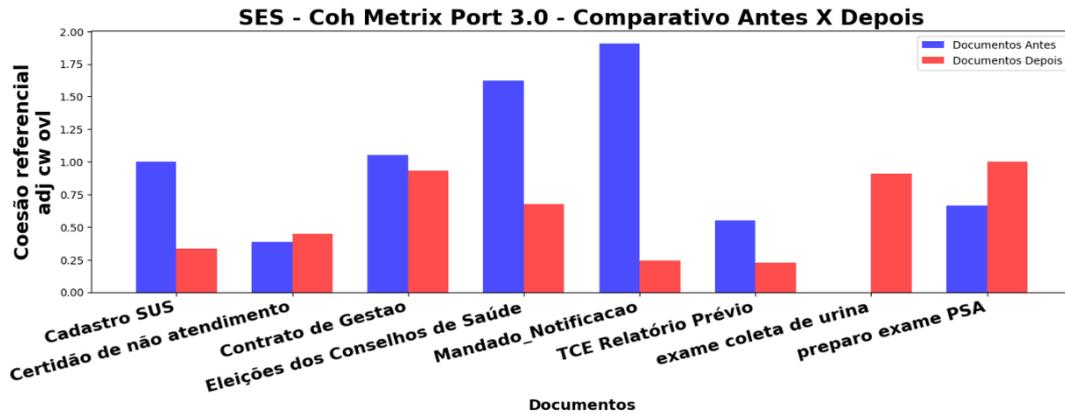
Conforme destacado no Guia de Linguagem e Design Simples da Prefeitura do Rio de Janeiro, a clareza textual, combinada com recursos visuais complementares, como gráficos e tabelas, pode aprimorar ainda mais a acessibilidade e engajamento do leitor. Assim, os valores das métricas apresentadas nos gráficos devem ser interpretados dentro de um contexto integrado de simplificação textual e adaptação às necessidades do público-alvo, com o objetivo de equilibrar coesão, clareza e acessibilidade.

Figura 14 – Painel de Gráficos Coesão Referencial adj arg ovl – adj cw ovl - adj stem ovl

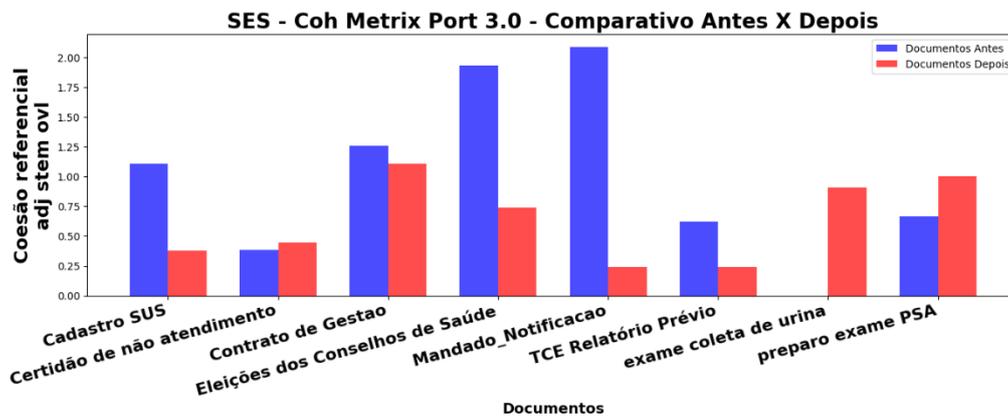
Painel (a) - Métrica adj arg ovl



Painel (b) - Métrica adj cw ovl



Painel (c) - Métrica adj stem ovl



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Conforme figura 15, a análise das métricas *arg_ovl* representado no Painel (a) e *stem_ovl* no Painel (b), ilustram a frequência de referentes (substantivos ou pronomes) repetidos e a quantidade média de radicais de palavras de conteúdo que se repetem nos pares de sentenças (todas as possíveis combinações de 2 sentenças do texto) do texto, respectivamente. A explicação das variáveis apresentadas na ferramenta Coh-Metrix Port 3.0 sugere que quanto maior o índice das métricas, menor a complexidade textual, indicando que uma maior repetição de referentes pode refletir uma tentativa de reforçar as conexões entre as ideias e melhorar a continuidade do assunto, contribuindo para aumentar a coesão textual.

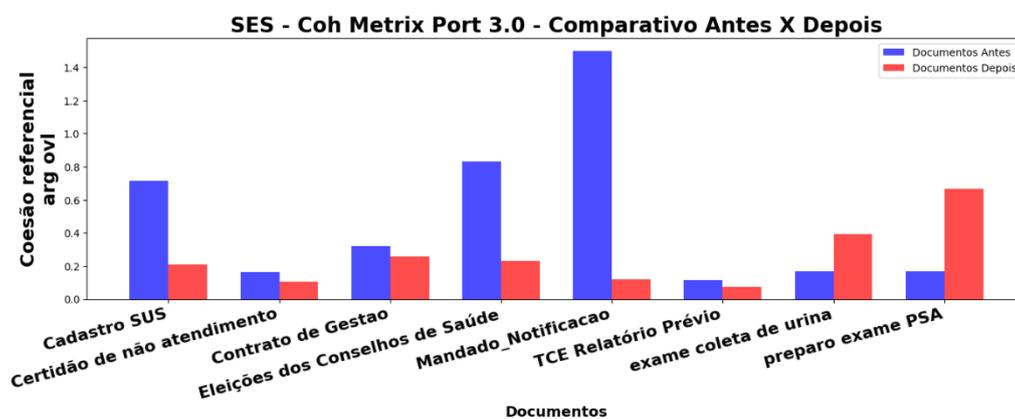
As métricas avaliadas para os documentos “antes” da adoção da Linguagem Simples (LS), conforme pode-se verificar nos Painéis (a) e (b), apresentam um número maior de repetições de referentes, em

grande parte dos documentos analisados, indicando que a formação de cadeias de correferência facilita a leitura. Porém, esses textos sugerem ser densos, complexos e exaustivos, o que resulta em uma carga cognitiva elevada para o leitor. A repetição excessiva de termos e estruturas complexas, embora contribua, teoricamente, para a coesão, pode tornar a comunicação menos eficiente e de difícil compreensão.

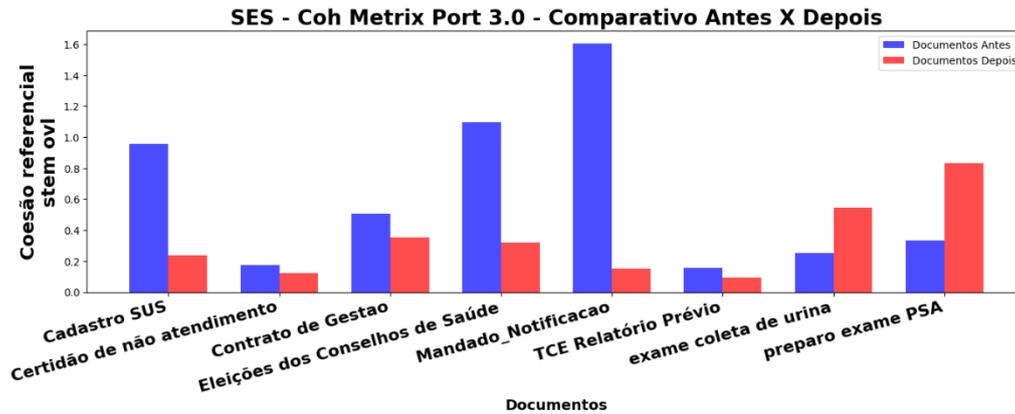
Em contrapartida, os documentos pós-Linguagem Simples (LS) sugerem poucas repetições de referentes, o que pode ser atribuído à redução textual e ao uso de recursos visuais, que indica um esforço consciente para evitar a redundância e promover uma comunicação mais clara e direta. Essa redução na repetição de termos pode estar associada a textos menos densos e complexos, potencialmente tornando-os mais acessíveis a diferentes públicos. Além disso, uma abordagem simplificada pode facilitar a compreensão, permitindo que as informações essenciais sejam transmitidas de maneira mais eficiente, reduzindo a necessidade de releitura ou esclarecimentos adicionais.

Figura 15 – Painel de Gráficos Coesão Referencial (arg ovl - stem ovl)

Painel (a) - Métrica arg ovl



Painel (b) - Métrica stem_ovl



Fonte: elaborado pela autora (2024).

4.2.4 CORRELAÇÃO DE PEARSON APLICADA AOS DOCUMENTOS DA SES/DF

Com o intuito de dar maior robustez à análise gráfica da evolução da legibilidade nos documentos da SES/DF após a implementação da Linguagem Simples (LS), optou-se por calcular um coeficiente de relação entre os índices Flesch antes e depois da intervenção. Inicialmente, utilizou-se o coeficiente de Pearson, mas, devido à natureza das variáveis e ao espaço amostral limitado, essa abordagem mostrou-se inadequada para atender plenamente ao objetivo da análise.

Diante disso, a análise foi ampliada para explorar coeficientes envolvendo novas variáveis, como o delta absoluto e o delta percentual. Essas métricas foram utilizadas para capturar com maior precisão as melhorias no índice Flesch para cada tipo de documento analisado após a implementação da linguagem simples. O delta absoluto reflete a variação numérica direta no índice, enquanto o delta percentual representa a melhoria relativa em relação ao índice inicial. O delta absoluto se mostrou particularmente relevante para identificar o impacto da intervenção em diferentes tipos de documentos.

A Tabela 2 apresenta o espaço amostral e as variáveis analisadas, destacando o delta absoluto como um indicador confiável para medir as alterações de legibilidade. Por exemplo, os documentos "Preparo exame PSA.txt" e "Exame coleta de urina.txt" apresentaram os maiores ganhos no delta absoluto, com variações de 57,9 e 33,1,

respectivamente, evidenciando um impacto significativo da Linguagem Simples nesses casos. Em contrapartida, documentos como "Mandado de notificação.txt" e "Certidão de não atendimento.txt" apresentaram reduções no delta absoluto (-11,8 e -2,7, respectivamente), sugerindo que a intervenção teve menor impacto nesses textos.

Os resultados obtidos por meio do delta absoluto permitem uma análise mais detalhada e consistente da relação entre as alterações no índice Flesch e a aplicação da Linguagem Simples, contribuindo para uma compreensão mais clara da eficácia da intervenção nos documentos analisados.

O espaço amostral e as variáveis consideradas são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 2 – Espaço Amostral e Variáveis Analisadas				
Documento	Flesch Antes	Flesch Depois	Delta Absoluto	Delta Percentual (%)
Exame coleta de urina.txt	58,5	91,6	33,1	56,6
Preparo exame PSA.txt	31,8	89,7	57,9	182,1
TCE Relatório prévio.txt	42,6	60,7	18,1	42,5
Contrato de Gestão.txt	30,9	50,7	19,8	64,1
Cadastro SUS.txt	40,4	48,0	7,6	18,8
Eleições do Conselhos da Saúde.txt	37,7	44,00	6,3	16,7
Certidão de não atendimento.txt	50,5	47,8	-2,7	-5,3
Mandado de notificação.txt	75,2	63,4	-11,8	-15,7

Fonte: criado pela autora (2024)

Na sequência, optou-se por analisar também os coeficientes de correlação de Spearman e Kendall para conferir maior robustez à avaliação, explorando os três coeficientes e cinco correlações entre pares de variáveis. Os resultados dessa análise exploratória, que visa a seleção dos coeficientes e combinações de variáveis, estão apresentados na Tabela 3.

O coeficiente de correlação de Pearson destacou-se como a métrica mais adequada para esta análise, devido à sua elevada força de associação e significância estatística. Ele confirma a hipótese de que o ganho absoluto no índice Flesch é um preditor confiável das melhorias finais na legibilidade textual. Esse achado indica que análises futuras e estudos semelhantes devem priorizar a investigação da relação entre as variações absolutas nos índices de legibilidade e os resultados finais, utilizando o coeficiente de Pearson como ferramenta analítica preferencial.

Conforme demonstrado na Tabela 3, a única correlação estatisticamente significativa identificada foi entre o Índice Flesch Depois (após a aplicação da Linguagem Simples) e o delta absoluto (representando o aumento ou redução no índice Flesch em relação à versão original). O coeficiente resultante da correlação de Pearson $r = 0.73953$, indicando uma associação linear positiva e forte, com um nível de significância de $p = 0.036$. Esse resultado sugere que documentos que alcançaram níveis mais altos de legibilidade final também foram aqueles que apresentaram os maiores ganhos absolutos, reforçando a eficácia da Linguagem Simples na promoção de melhorias substanciais na clareza textual.

Por outro lado, todas as demais combinações testadas, incluindo aquelas envolvendo o Índice de Flesch Antes (antes da adoção da LS) ou o delta percentual, não demonstraram significância estatística. Esse resultado sugere o delta absoluto como uma métrica robusta e confiável para avaliar o impacto da intervenção. Em síntese, os resultados evidenciam que os benefícios da Linguagem Simples podem ser mensurados em termos de ganhos absolutos de legibilidade, evidenciando maior clareza textual após a adaptação.

Portanto, os resultados das análises descritivas dos documentos da SES/DF foram corroborados pela correlação de Pearson, que apresentou significância estatística, validando os efeitos da

simplificação textual na clareza e acessibilidade dos documentos em saúde pública, conforme demonstrado na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 – Seleção de Coeficientes e Variáveis							
Variável 1	Variável 2	Coeficiente Spearman	Spearman p-valor	Coeficiente e Pearson	Pearson p-valor	Coeficiente Kendall	Kendall p-valor
Flesch antes	Delta Absoluto	- 0,5	0,20703	-0,52898	0,17766	-0,35714	0,2751
Flesch antes	Delta Percentual	-0,64286	0,08556	-0,56798	0,14191	-0,42857	0,1789
Flesch depois	Delta Absoluto	0,57143	0,13896	0,73953	0,036	0,42857	0,1789
Flesch depois	Delta Percentual	0,47619	0,23294	0,66181	0,07383	0,35714	0,2751
Flesch antes	Flesch depois	0,28571	0,49273	0,18003	0,66966	0,21429	0,5484

Fonte: criado pela autora (2024)

4.3 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (TJDFT)

Neste item, serão apresentados os resultados obtidos a partir dos documentos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A análise será apoiada em gráficos gerados com base nos dados da ferramenta ALT, que ilustram as mudanças nos textos antes e depois da implementação da Linguagem Simples (LS). Essa abordagem está em consonância com as diretrizes da **Portaria nº 91, de 01 de setembro de 2021**, que normatiza a adoção da LS visando aprimorar a clareza, objetividade e acessibilidade nas comunicações institucionais.

Os gráficos analisados no item 3.3.1, incluem análises relacionadas a variáveis estruturais e lexicais dos textos, dada sua importância para a simplificação textual e acessibilidade. Esses dados apontam avanços significativos na simplificação dos documentos do

TJDFT, reforçando o compromisso da instituição com uma comunicação pública mais eficiente e inclusiva.

Em complementação aos gráficos, foi desenvolvido um modelo de regressão linear múltipla para analisar o impacto das variáveis independentes, extraídas das métricas Coh-Metrix Port. 3.0, sobre a variável dependente, o índice de Flesch, conforme medido pela ferramenta ALT. Essa abordagem quantitativa possibilita analisar a correlação entre diferentes aspectos textuais e a legibilidade, oferecendo evidências da efetividade das diretrizes estabelecidas pelo normativo. Além disso, os resultados sugerem que as metas de clareza e simplificação foram alcançadas de forma significativa.

4.3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SIMPLIFICAÇÃO TEXTUAL: DESCRITIVOS COLETADOS POR MEIO DA FERRAMENTA ALT (ANÁLISE DE LEGIBILIDADE TEXTUAL)

A análise integrada das métricas de letras, letras por palavra, palavras e palavras complexas nos documentos do TJDFT, na Figura 16, sugere simplificação textual associada à implementação da Linguagem Simples (LS). A redução observada no total de letras, apresentada no Painel (a), e no número de palavras, ilustrada no Painel (c), pode estar associada a um esforço de condensação textual, com foco na eliminação de redundâncias e no destaque do conteúdo principal. Estes resultados indicam potencial redução na densidade dos textos, tornando-os mais diretos e menos sobrecarregados, o que pode facilitar a compreensão e reduzir o esforço cognitivo exigido do leitor leigo.

O número de letras por palavra, mostrado no Painel (b), embora não muito expressivo, está associado a uma possível escolha lexical voltada para termos mais curtos e acessíveis. Esse ajuste pode estar relacionado a uma redução na carga técnica do vocabulário, evitando o uso de palavras complexas e aproximando o texto à realidade do público-alvo. A redução nas palavras complexas, indicada no Painel (d), reforça essa tendência, sugerindo uma adaptação que prioriza clareza e acessibilidade, reduzindo as barreiras normalmente impostas pelo jargão jurídico.

Os resultados do conjunto das métricas estão alinhados com a teoria, que sugere que menores valores nas métricas podem estar

associados a uma maior legibilidade, o que, por sua vez, pode influenciar positivamente o índice de Flesch.

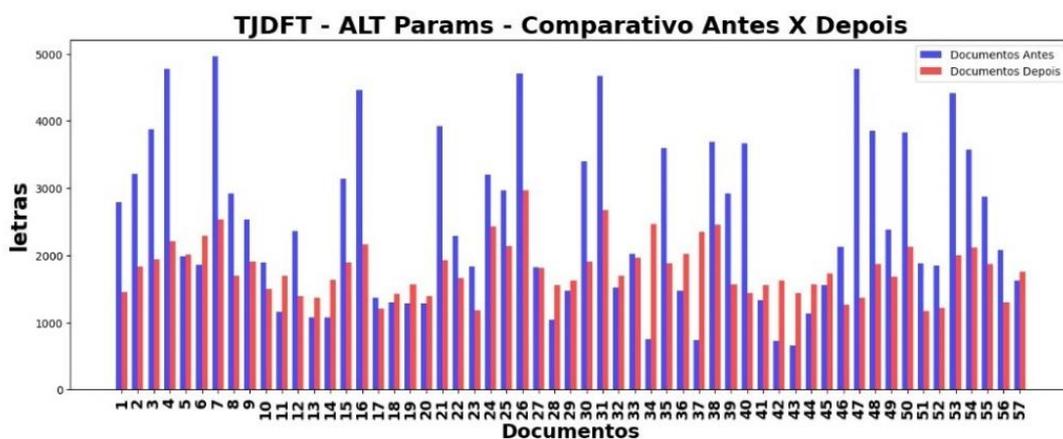
O uso de recursos visuais, como tabelas, ícones e QR CODES, embora não analisados diretamente pelas ferramentas ALT e Coh-Metrix Port 3.0, está associado a uma complementação da simplificação textual, ao oferecer uma estrutura que facilita a navegação e o acesso à informação de maneira intuitiva. Esses elementos visuais têm o potencial de reforçar a acessibilidade, possibilitando que o conteúdo seja assimilado de forma eficiente, sem comprometer a profundidade ou a clareza das informações apresentadas.

De acordo com Campos e Isani (2015), a simplificação linguística é essencial para equilibrar as relações de poder que a linguagem jurídica complexa pode criar, promovendo uma comunicação mais inclusiva entre o direito e o público leigo.

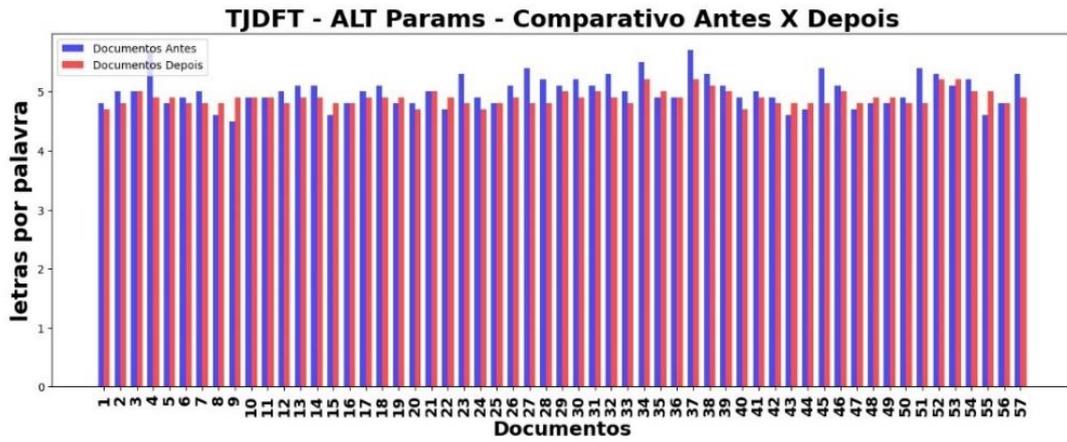
Portanto, a implementação da LS no TJDFT, sugere redução na complexidade textual e incorporação de elementos visuais, o que demonstra compromisso com a clareza e transparência, indicando a busca por conteúdos jurídicos mais acessíveis e eficazes para toda a população.

Figura 16 – Painel de Gráficos letras - letras por palavras – palavras e palavras complexas

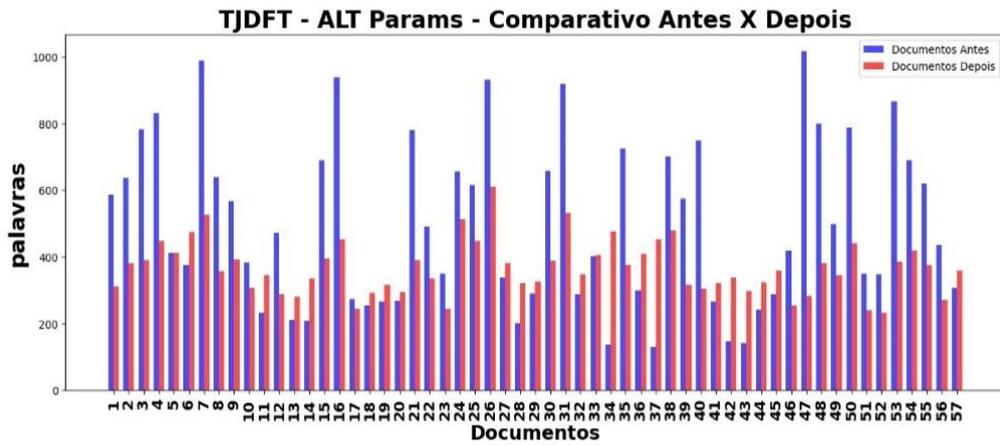
Painel (a) – Letras



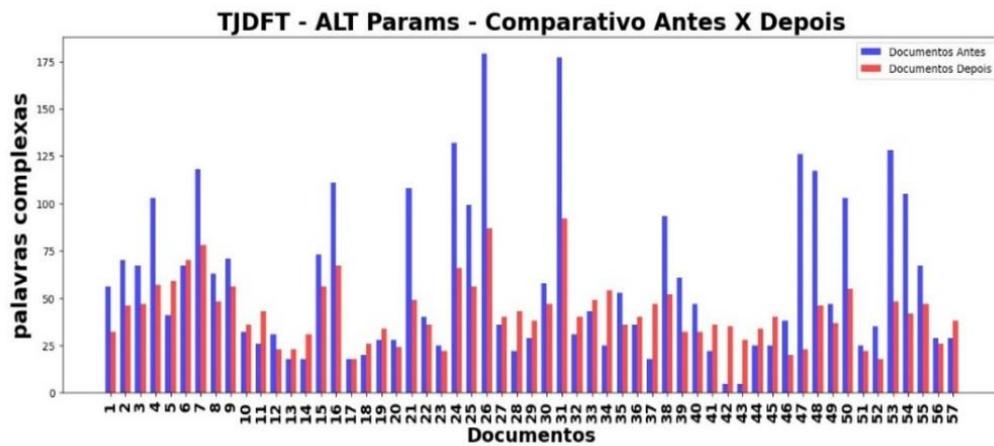
Painel (b) - Letras por palavras



Painel (c) - Palavras



Painel (d) - Palavras Complexas



Fonte: elaborado pela autora (2024)

A análise das métricas mensuradas, apresentadas na Figura 17 sugere uma tendência de simplificação nos documentos do TJDFDT após a adoção da Linguagem Simples (LS), conforme ilustrado nos gráficos. O Painel (a), que apresenta a redução no número de palavras por sentença, embora leve, indica o início de uma comunicação mais objetiva, com frases curtas e diretas. Essa simplificação está associada à diminuição no número total de sentenças, como mostrado no Painel (b), o que pode indicar textos mais concisos, alinhados com a literatura que reforça a importância da objetividade para facilitar a compreensão.

Adicionalmente, os painéis (c) e (d), que analisam as métricas de sílabas e sílabas por palavra, respectivamente, sugerem a escolha de termos mais simples e familiares ao público, o que pode estar associado a uma menor carga cognitiva para o leitor e a uma absorção mais eficiente das informações. Esse aspecto é particularmente essencial em documentos jurídicos, onde a clareza e a acessibilidade são prioritárias.

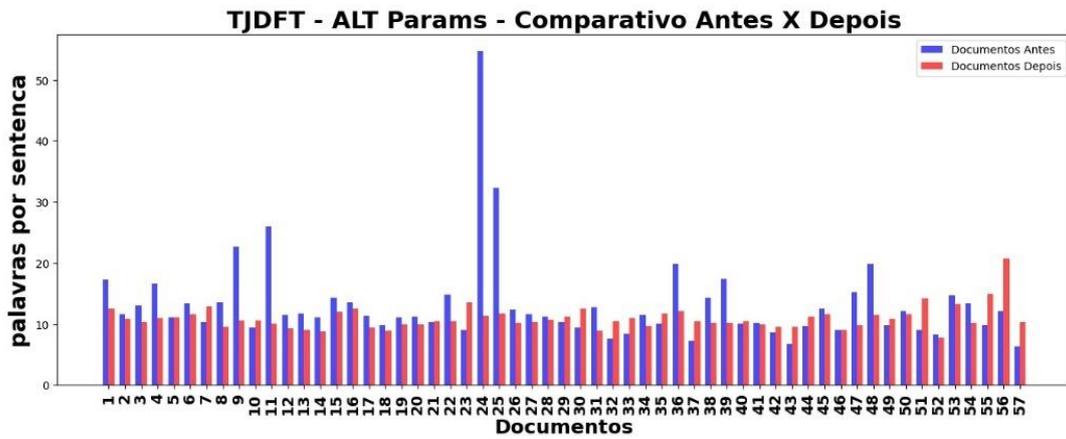
A implementação da LS, em conformidade com a **Portaria Conjunta nº 91 de 01 de setembro de 2021**, também pode ser reforçada pelo uso de recursos visuais amplamente empregados nos documentos do TJDFDT. Embora não captados diretamente pelo ALT, esses recursos podem facilitar a navegação e o acesso à informação de maneira intuitiva. Aliados à simplificação textual, eles contribuem para uma maior acessibilidade e estão em conformidade com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), proporcionando que a informação seja apresentada de forma clara, protegendo dados sensíveis e direcionando-os ao público interessado.

As consistentes reduções de complexidade textual, mesmo que ainda moderadas, sugeridas em todos os painéis, indicam que a simplificação documental pode ter sido conduzida de maneira sistemática. Isso promove maior clareza e objetividade sem comprometer o conteúdo essencial dos documentos, reforçando o compromisso com a comunicação pública acessível.

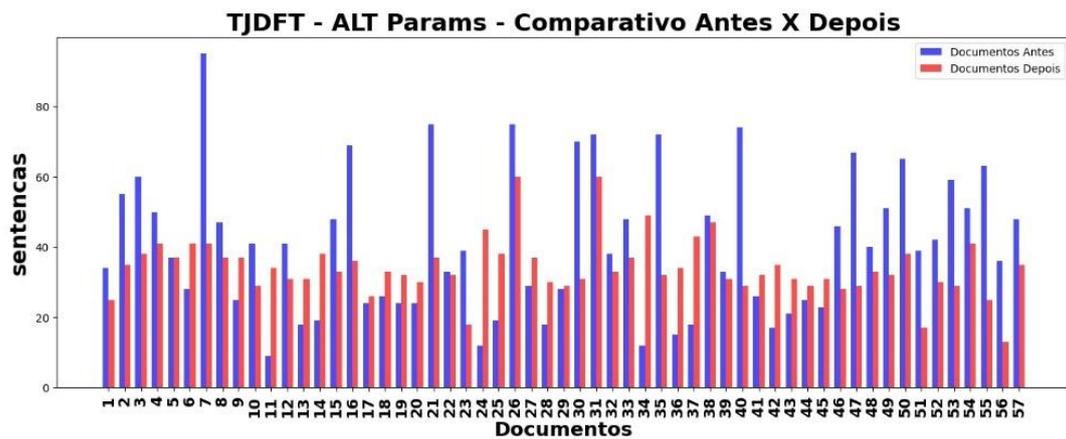
Por fim, estudos futuros poderão aprofundar a compreensão dos efeitos da simplificação textual e monitorar os resultados ao longo do tempo, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das práticas de comunicação pública aplicadas aos documentos do TJDFDT.

Figura 17 – Painel de Gráficos palavras por sentença – sentenças – sílabas e sílabas por palavras

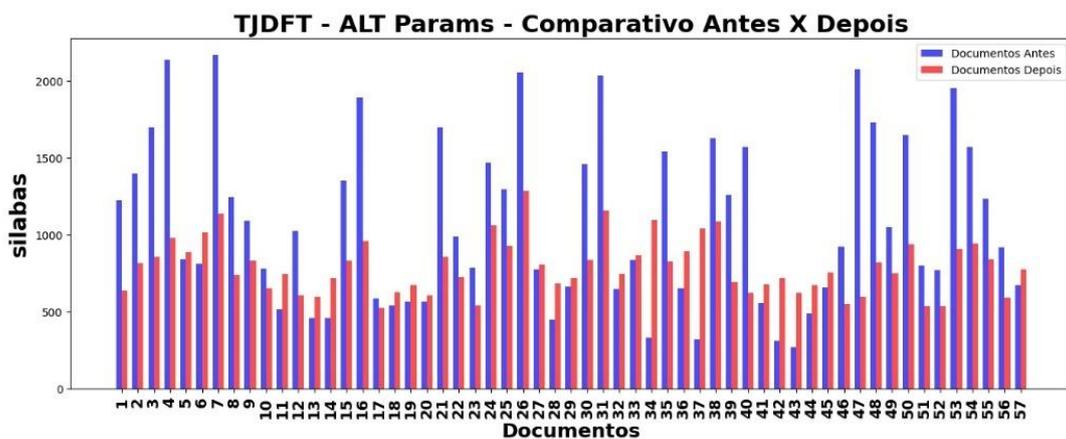
Painel (a) - Palavras por sentença



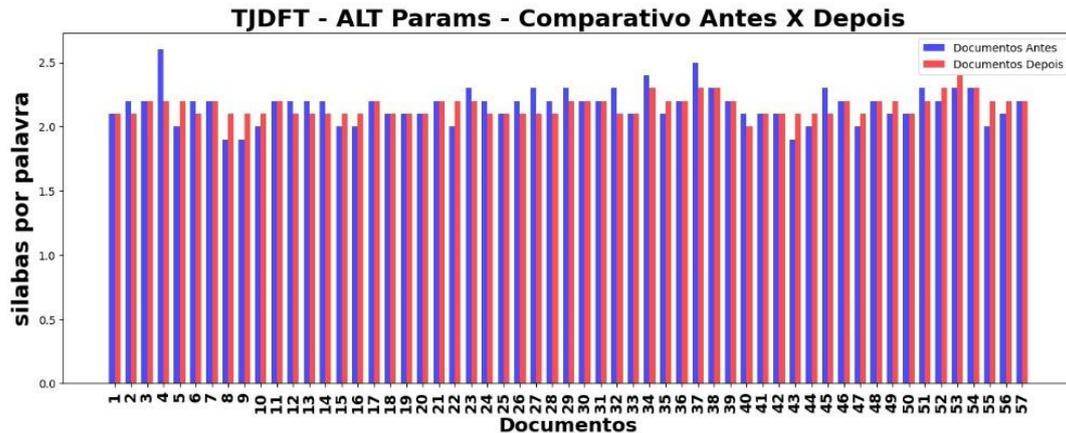
Painel (b)- Sentenças



Painel (c) – Sílabas



Painel (d) - Sílabas por palavras



Fonte: elaborado pela autora (2024).

4.3.2 MODELO DE ANÁLISE DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA DOS DOCUMENTOS DO TJDFT

Neste item, apresentam-se os resultados da estimativa do modelo de regressão aplicado aos documentos do TJDFT. Conforme detalhado na metodologia, o modelo foi desenvolvido para quantificar a influência das variáveis independentes, obtidas por meio da ferramenta Coh-Metrix Port 3.0, sobre a clareza e legibilidade dos textos, mensuradas pelo Índice de Flesch, calculado pela ferramenta ALT. O objetivo é verificar a efetividade da simplificação documental com base nas diretrizes da Linguagem Simples (LS).

Durante o desenvolvimento do modelo, foram identificados potenciais problemas, como bi-causalidade, multicolinearidade, heterocedasticidade e insignificância estatística. Após análise, concluiu-se que as métricas selecionadas inicialmente não atendem aos objetivos desta pesquisa. As variáveis **paragraph**, **sentences**, **sentences_per_paragraph**, **adj_arg_ovl** e **stem_ovl** apresentaram forte correlação - multicolinearidade; **syllables_per_content_word**, **words** e **words_per_sentence** indicaram bi-causalidade; e **words_before_main_verb** apresentou evidências de heteroscedasticidade, sugerindo inconsistência na variabilidade dos resíduos. Além disso, o modelo projetado com as variáveis remanescentes **adj_stem_ovl**, **arg_ovl** e **sentences_per_paragraph** não resultou em significância estatística, sugerindo que elas podem ter sido insuficientes para explicar o índice de Flesch.

Entretanto, essas métricas são consideradas importantes para explicar o índice de Flesch porque cada uma reflete aspectos que influenciam diretamente a legibilidade e clareza do texto. Métricas como **paragraph**, **sentences**, **sentences_per_paragraph**, **syllables_per_content_word**, **words** e **words_per_sentence** integrantes do grupo “medidas descritivas” indicam a estrutura e organização do conteúdo, sugerindo como o texto se distribui ao longo de parágrafos e sentenças, o tamanho das palavras e número de sílabas, fatores importantes para avaliar se o texto favorece uma leitura fluida e compreensível, e que impactam diretamente na leiturabilidade.

Já as métricas como **adj_arg_ovl**, **adj_cw_ovl**, **adj_stem_ovl**, **arg_ovl** e **stem_ovl** do grupo “coesão referencial” avaliam a sobreposição de adjetivos, de referentes e radicais, teoricamente fundamentais para analisar a coesão e repetição de termos ou conceitos, elementos que podem facilitar a assimilação de ideias. A métrica **words_before_main_verb** do grupo “complexidade sintática” mede a complexidade lexical e sintática, fator relevante para a carga de memória exigida que impacta diretamente no índice de Flesch.

Portanto, a ausência de significância estatística das variáveis citadas, pode ser atribuída à natureza dos documentos analisados, que são formulários padronizados. Devido à sua estrutura repetitiva e uniforme, esses documentos limitam a variabilidade das variáveis linguísticas, o que dificulta a identificação de efeitos estatisticamente significativos.

A padronização de conteúdo e o uso de linguagem visual, importante recurso não considerado pela ferramenta e amplamente utilizado nos documentos, reduz a presença de elementos textuais que, em documentos menos estruturados, poderiam afetar a legibilidade e complexidade de maneira mais pronunciada, influenciando os resultados e diminuindo a sensibilidade do modelo às variáveis independentes testadas. Embora o Coh-Metrix seja descrito como uma ferramenta robusta para analisar características linguísticas e discursivas de textos em diferentes níveis, oferecendo insights sobre complexidade, coesão e variabilidade lexical (McNamara; Graesser, 2019), suas métricas podem não captar nuances específicas de formulários padronizados. Esse elevado grau de uniformidade pode, portanto, reduzir a sensibilidade dos índices do Coh-Metrix Port 3.0, dificultando a detecção de variações na legibilidade desses documentos.

Entretanto, optou-se pela escolha de outro grupo de variáveis independentes (Coh-Metrix Port 3.0), visando constatar a eficácia da simplificação documental realizada pelo TJDFT. A seleção dessas variáveis para o modelo aplicado aos documentos do TJDFT foi fundamentada em bases teóricas, levando em conta o potencial de cada métrica para refletir aspectos de clareza, complexidade e coesão textual que impactam a legibilidade.

A variável **mean_noun_phrase** avalia o tamanho médio dos sintagmas nominais, e, considerando que os documentos apresentam textos jurídicos que frequentemente utilizam estruturas complexas, essa variável reflete como a Linguagem Simples (LS) influencia a simplificação sintática, facilitando a leitura e compreensão. **Verbs**, mede a proporção de verbos em relação a quantidade de palavras, também é relevante, já que uma maior presença de verbos, de acordo com a teoria, resulta em maior densidade e complexidade sintática, exigindo maior esforço cognitivo do leitor. A métrica **adjectives_ambiguity**, mede o nível de ambiguidade dos adjetivos e reflete a clareza contextual, pois a ambiguidade dificulta a compreensão elevando a complexidade textual, especialmente em textos técnicos e jurídicos que exigem precisão.

A variável **or_ratio**, que mede a proporção do operador lógico “ou”, avalia como bifurcações lógicas impactam a complexidade textual. Textos que utilizam conectivos lógicos com frequência, de acordo com a teoria, tendem a apresentar maior carga cognitiva, desafiando a clareza da leitura. Finalmente, **ttr** (type/token ratio), que calcula a diversidade lexical, fornece insights sobre a variação vocabular e complexidade do texto. Textos com alta diversidade lexical exigem maior esforço do leitor, afetando a legibilidade conforme medido pelo índice Flesch.

Além disso, adotou-se uma abordagem iterativa para normalizar os resíduos e mitigar a heterocedasticidade, com a exclusão progressiva de 3 observações tratadas como *outliers*, ao longo das iterações, que resultou em 6 exclusões, pois, para cada *outlier* identificado excluiu-se o par contrário, a fim de que os documentos analisados sejam todos aos pares (1 antes e 1 depois).

Esse procedimento resultou em um modelo final com 108 observações, cujos resíduos apresentam distribuição normal e ausência

de heterocedasticidade, indicando homogeneidade na variância dos resíduos.

A tabela 2, apresenta os resultados da regressão, após a verificação e o atendimento aos pressupostos de normalidade dos resíduos, ausência de multicolinearidade e homocedasticidade para os documentos do TJDFT.

Tabela 4 – Regressão das diferentes variáveis independentes sobre o Índice de Flesch			
Variáveis	Estimativas	Erro-padrão	p
Intercepto			
Densidade de Padrões Sintáticos "mean_noun_phrases"	58.2722	0.0540	0.000
Informações Morfossintáticas de Palavras "verbs"	1.4380**	0.591	0.015
	-2.4217***	0.759	0.001
	1.3807**	0.547	0.012
Informações Semânticas de Palavras "adjectives_ambiguity"			
Conectivos "or_ratio"	-0.9539	0.675	0.157
Diversidade Lexical "ttr"	-1.4620**	0.652	0.025
Dummy	2.2959***	0.669	0.001
Modelo	R ²	R ² Ajustado	
1	0.375	0.337	
Shapiro-Wilk	0.2354		
White	0.1148		
Número de Observações	108		

Nota 1: Os códigos de significância são 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 '.' 1.

Nota 2: Os erros padrão são robustos à heterocedasticidade (HC3)

Nota 3: Normalidade dos Resíduos: Com o p-valor do teste Shapiro-Wilk sendo maior que 0.05, sugere que os resíduos do modelo seguem uma distribuição normal.

Nota 4: Com p-valor do teste de white sendo maior que 0.05, não há evidência estatisticamente significativa de Heterocedasticidade.

Nota 5: a tabela apresenta os resultados estimados da Equação (1). A ideia da regressão é identificar os fatores relacionados ao Índice Flesch de legibilidade e avaliar a significância e o sinal dos coeficientes das variáveis textuais escolhidas. Isso contribui para a compreensão de como as variáveis específicas influenciam a clareza e a legibilidade dos textos. Essa análise permite correlacionar características textuais — como comprimento de sentenças, complexidade vocabular e estrutura sintática — com a pontuação do índice de Flesch, auxiliando na identificação de elementos associativos que expliquem as mudanças na legibilidade dos documentos modificados conforme as diretrizes da LS.

O modelo de regressão deste estudo avalia o impacto das variáveis independentes do Coh-Metrix Port 3.0 sobre o índice de Flesch, que mede a legibilidade dos documentos. Esses achados reforçam a validade do modelo na investigação da legibilidade e na promoção de uma comunicação pública acessível. Em linha com estudos como o de Fischer (2023), que destacam a importância da simplificação documental para uma comunicação pública mais clara e acessível. Os resultados do modelo evidenciam estatísticas que indicam que as práticas de Linguagem Simples aplicadas nos documentos do TJDFT estão associadas a uma maior clareza e acessibilidade dos textos oficiais, facilitando o acesso do público às informações.

A métrica **mean_noun_phrase**, que mede o tamanho médio dos sintagmas nominais, teoricamente associada à complexidade textual, com a expectativa de que sintagmas mais longos aumentem a densidade sintática e dificultem a leitura, resultando em uma redução do índice de Flesch e, conseqüentemente, na legibilidade, o que sugere um coeficiente negativo. No entanto, o modelo apresentou um coeficiente positivo de **1.4380** com significância (**p = 0.015**), indicando que, na prática, o aumento no tamanho dos sintagmas nominais eleva o índice de Flesch, sugerindo maior legibilidade. Esse resultado contradiz a teoria, pois sugere que sintagmas nominais mais longos podem facilitar a compreensão textual, favorecer uma estrutura coesa, facilitando a organização das informações no documento.

Em documentos jurídicos, que exigem precisão e clareza, a organização textual é essencial. Estudos como os de Schriver (1997) e DuBay (2004) indicam que, em contextos técnicos e jurídicos, uma estrutura bem organizada aumenta a legibilidade. Assim, a relação entre sintagmas nominais e legibilidade pode depender de como esses elementos estruturam o texto, especialmente em documentos que demandam clareza organizacional.

Já a variável **verbs**, conforme interpretação do Coh-Metrix Port 3.0, mede a complexidade do texto, pois uma maior proporção de verbos (excluindo auxiliares) aumenta a densidade sintática. Teoricamente, essa maior presença de verbos reduz a legibilidade e o índice de Flesch, sugerindo um coeficiente negativo. Isso foi corroborado pelo modelo, que resultou em um coeficiente **-2.4217** de acordo com a expectativa, indicando que uma alta densidade de verbos eleva a carga cognitiva e reduz a legibilidade. Assim, não há divergência teórica-empírica, os resultados estão alinhados, reforçando que uma maior densidade de verbos diminui a clareza e acessibilidade do texto. Esta variável possui alta significância estatística no modelo (**p=0.001**).

Na sequência a métrica **adjectives_ambiguity** mede o nível de ambiguidade nos adjetivos, com a expectativa teórica de que maior ambiguidade aumente a complexidade do texto, exigindo maior esforço cognitivo e reduzindo a legibilidade, sugerindo um coeficiente negativo. No entanto, o modelo apresentou um coeficiente positivo 1.3807, com significância estatística (**p=0.012**), indicando que o aumento na ambiguidade dos adjetivos eleva o índice de Flesch e, paradoxalmente, sugere um aumento na legibilidade. Esse resultado é contraintuitivo, pois indica que a ambiguidade pode, na prática, facilitar a compreensão textual ao leitor. A divergência entre a teoria e o resultado empírico pode sugerir que a ambiguidade, ao invés de prejudicar, facilita uma leitura mais fluida e compreensível. Entretanto, é relevante considerar a limitação da métrica analisada, cuja confiabilidade pode ser comprometida pela ausência de certas palavras no TEP (Thesaurus Eletrônico para o Português)¹⁴. Essa limitação pode afetar a precisão apresentando leituras equivocadas da métrica, e possivelmente contribuir para resultados que divergem da expectativa teórica.

A métrica **or_ratio**, do grupo de conectivos, mede a proporção de operadores lógicos no texto “ou” e, teoricamente, espera-se que seu uso frequente aumente a complexidade textual, exigindo maior processamento cognitivo e, conseqüentemente, reduzindo o índice de Flesch, o que implica em um coeficiente negativo. No modelo de regressão, o coeficiente obtido foi de **-0.9539**, em linha com a teoria; no entanto, a ausência de significância estatística (**p = 0.157**) indica que o impacto dessa métrica na legibilidade não é estatisticamente

¹⁴ Ferramenta digital que oferece sinônimos, obrigações e palavras relacionadas em português, facilitando a variedade (<http://www.nilc.icmc.usp.br/tep2/busca.php>)

relevante. Esse resultado sugere que, na prática, o efeito bifurcador dos operadores lógicos pode não comprometer a compreensão geral a ponto de influenciar significativamente a pontuação do índice de Flesch.

A métrica **ttr** (type/token ratio) mede a proporção de palavras únicas (types) em relação ao total de palavras, incluindo repetições (tokens), no texto. Teoricamente, uma alta diversidade lexical aumenta a complexidade do texto, exigindo maior processamento cognitivo e reduzindo a legibilidade, o que sugere um impacto negativo no índice de Flesch. No modelo, o coeficiente para **ttr** foi de **-1.4620** e significativo **p = 0.025**, confirmando essa expectativa teórica, onde uma maior diversidade lexical está associada à redução da legibilidade. Os resultados empíricos estão, portanto, alinhados com a teoria, indicando que a maior variedade lexical torna o texto mais complexo e menos acessível, sem divergências entre teoria e prática.

Na sequência, a variável *Dummy*, que diferencia os textos produzidos antes e depois da adoção da Linguagem Simples (LS), apresenta um coeficiente positivo de **2.2959** no modelo de regressão, resultado esperado nesta pesquisa, reforçando a teoria de que textos simplificados aumentam a legibilidade e conseqüentemente o índice de Flesch. Com alta significância estatística de **p=0.001**, o coeficiente indica que, para cada unidade (documento) associada à adoção da LS, o índice de Flesch eleva-se em **2.2959** pontos, refletindo uma melhoria na clareza e acessibilidade dos textos pós-LS em comparação com os anteriores. Não há divergências entre teoria e prática, pois o modelo empírico valida que a implementação da Linguagem Simples contribui significativamente para a clareza e acessibilidade dos textos.

Estudos sobre simplificação textual, como os apresentados por Fischer (2023) em “Impactos da Linguagem Simples na compreensibilidade da informação em governo eletrônico: o caso de um benefício do INSS¹⁵”, apontam que a Linguagem Simples promove clareza e acessibilidade, facilitando a compreensão textual e elevando a pontuação de legibilidade em métricas como o índice de Flesch.

¹⁵ Este estudo comparou textos “burocratês” e textos “simplificados” com uso da Linguagem Simples, evidenciando um aumento significativo no índice de Flesch para documentos simplificados (p. 164).

No "Guia Rápido Como escrever em Linguagem Simples" do TJDF¹⁶, é possível verificar que as orientações propostas para simplificação textual estão em total alinhamento com os resultados obtidos nos documentos analisados.

O guia enfatiza a importância de usar frases curtas, linguagem direta, termos comuns e elementos visuais, como ícones e quadros, para reforçar a clareza e facilitar a compreensão. Esses princípios, aplicados nos documentos pós-LS do TJDF, indicam significativa melhora nos índices de leitura, conforme demonstrado pelos gráficos analisados. A abordagem prática do guia confirma que a adoção da Linguagem Simples promove textos mais acessíveis e inclusivos, atendendo às diretrizes institucionais de clareza e transparência, o que reforça o compromisso de uma comunicação eficaz voltada ao cidadão.

Nesse sentido, de acordo com o *International Forum of Visual Practitioners*, as imagens são mais eficazes do que o texto porque a leitura é um processo relativamente ineficiente para o cérebro humano, que interpreta as palavras como imagens individuais que precisam ser reconhecidas. Embora a aparência e a ordem das letras tenham importância, o cérebro humano possui a capacidade de ler palavras mesmo quando as letras internas estão embaralhadas, desde que a primeira e a última letra estejam corretas.

Portanto, os resultados apresentados no Capítulo 3 confirmam a hipótese de que a adoção da Linguagem Simples (LS) está associada a uma maior legibilidade, como evidenciado pelo aumento do índice de Flesch nos documentos analisados. A significância positiva da variável D (dummy) reforça a eficácia da LS em promover a clareza textual, alinhando-se a estudos de Fischer (2023), Cappelli *et al.*, (2023), Garwood (2014) e Schriver *et al.*, (2010), que destacam os benefícios da simplificação para a comunicação pública. Essas evidências encontram respaldo também na literatura internacional, como nas pesquisas de Kimble (2012) e Trudeau (2012), que destacam os efeitos positivos da LS no contexto jurídico, e no estudo de Dreher (2017), que enfatiza sua eficácia na comunicação governamental.

Com base nesses achados e no respaldo da literatura nacional e internacional, conclui-se que a aplicação contínua e o aprimoramento

¹⁶<https://www.tjdft.jus.br/institucional/aurora/tjdft-simples/guia-rapido-de-linguagem-simples.pdf>

das práticas de LS são indispensáveis para fortalecer a transparência e a acessibilidade nos textos oficiais do TJDFT. Essa abordagem não apenas contribui para uma comunicação jurídica mais eficiente e compreensível, mas também possui potencial de impacto em outras esferas e contextos, promovendo uma administração pública mais democrática e inclusiva.



5

CONCLUSÃO

A implementação da Linguagem Simples (LS) em documentos públicos reafirma-se como uma abordagem estratégica para fortalecer a comunicação entre Estado e cidadãos, promovendo a inclusão social e a transparência. Este estudo partiu da questão central: a normatização da Linguagem Simples está associada à melhoria da clareza e da legibilidade dos documentos públicos? Para respondê-la, foram analisados documentos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), utilizando ferramentas analíticas como ALT e Coh-Metrix-Port 3.0.

A pesquisa alcançou seus objetivos ao responder à pergunta central e validar a hipótese proposta. Os resultados indicam que a adoção da Linguagem Simples está associada a melhorias significativas na clareza e legibilidade dos documentos analisados, conforme evidenciado pelo aumento no índice de Flesch e por outros indicadores avaliados. Assim, confirma-se que a normatização da Linguagem Simples está associada à acessibilidade e compreensão dos textos oficiais, atendendo às demandas de inclusão e transparência na comunicação pública.

A relevância do tema reside na necessidade de eliminar barreiras cognitivas e linguísticas que dificultam o acesso às informações públicas, comprometendo direitos fundamentais dos cidadãos. Dados do IBGE (2023) revelam que 5,4% da população brasileira ainda é analfabeta, e o índice de analfabetismo funcional é ainda mais alarmante, com cerca de 29% dos brasileiros enfrentando dificuldades significativas para compreender textos básicos. Essa realidade evidencia a urgência de políticas que promovam a clareza na comunicação pública, assegurando o direito à informação como previsto pela Constituição Federal e demais normativos, como a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Os resultados apresentados neste trabalho indicam que a LS está associada a melhorias significativas na legibilidade dos textos analisados. Na SES/DF, a análise descritiva, corroborada pela correlação de Pearson, sugere uma simplificação textual consistente, com redução

de redundâncias, maior organização das informações e eliminação de termos técnicos desnecessários. Esses avanços são especialmente relevantes em contextos de saúde pública, onde a clareza é essencial para garantir que informações críticas sejam compreendidas por diferentes públicos. No TJDFT, a análise descritiva inicial indica avanços na redução da densidade lexical e no comprimento médio das sentenças, achados corroborados pelo modelo de regressão linear múltipla, que demonstrou que 37,5% da variância no índice Flesch é explicada pelas variáveis textuais analisadas. Esses achados reforçam que a adoção da Linguagem Simples (LS) está correlacionada a maior acessibilidade dos textos jurídicos, tradicionalmente marcados pelo uso excessivo de jargões e construções sintáticas complexas.

A literatura também sustenta que a linguagem jurídica, com sua complexidade e jargões, é uma das principais fontes de exclusão na comunicação pública. O Manual do Plain Language.gov (*Improving Communication from the Federal Government to the Public*)¹⁷ destaca que a escrita deve priorizar a comunicação efetiva em vez de impressionar com terminologia técnica. Esse princípio está alinhado com os benefícios observados na pesquisa, que encontrou respaldo na literatura nacional e internacional. Estudos como os de Fischer (2023), Cappelli *et al.*, (2023), Garwood (2014) e Schriver *et al.*, (2010) destacam os benefícios da LS para a comunicação pública. Kimble (2012) e Trudeau (2012) discutem os efeitos positivos da LS no contexto jurídico, enquanto Dreher (2017) enfatiza sua eficácia na comunicação governamental. Esses estudos reforçam a relevância da LS como uma estratégia transformadora para garantir o acesso equitativo à informação.

Embora os resultados da pesquisa sejam promissores, algumas limitações foram identificadas. A amostra reduzida de documentos da SES/DF limitou a realização de análises estatísticas mais robustas, e os impactos de elementos visuais, como gráficos e tabelas, que poderiam complementar a clareza textual, não foram avaliados devido às limitações das ferramentas utilizadas. Estudos futuros devem abordar essas lacunas, integrando metodologias mistas que combinem análise textual e visual, além de expandir a investigação para outros contextos governamentais e setores, como educação e previdência social, onde

¹⁷ [2011-USA-Federal-Plain-Language-Guidelines.pdf](#)

barreiras cognitivas e linguísticas também afetam o acesso à informação.

Além das limitações já mencionadas, a pesquisa foi restrita ao Distrito Federal, o que limita a generalização dos resultados para outras regiões do Brasil. Para ampliar o entendimento sobre a eficácia da Linguagem Simples em diferentes contextos, seria proveitoso realizar investigações em estados e municípios diversos, além de adotar uma abordagem longitudinal que permita avaliar a evolução dos efeitos da LS ao longo do tempo. Como a adoção da Linguagem Simples é um processo contínuo, seus impactos sobre a clareza e acessibilidade dos documentos podem mudar ao longo do tempo. Assim, estudos futuros com acompanhamento prolongado e amostras mais amplas podem fornecer uma análise mais precisa e abrangente dos efeitos sustentados da LS, além de trazer novos insights sobre sua aplicação em contextos variados.

Adicionalmente, este estudo não controlou algumas variáveis externas relevantes, como o nível de escolaridade dos leitores, sua familiaridade com o tema tratado nos documentos e a formação dos redatores, fatores que podem influenciar os resultados. A ausência de controle sobre essas variáveis pode limitar a interpretação dos efeitos da Linguagem Simples, uma vez que comportamentos e percepções podem variar conforme esses fatores.

A pesquisa também não explorou o impacto de recursos tecnológicos e plataformas digitais na clareza dos documentos. As ferramentas ALT e Coh-Metrix-Port 3.0 utilizadas não consideraram recursos visuais, que são cada vez mais empregados nos documentos pós-Linguagem Simples. A ausência dessa análise pode ter deixado de capturar completamente o impacto da integração desses elementos, sugerindo que futuras pesquisas devem incorporar metodologias mistas que combinem análises textuais e visuais para refletir melhor a acessibilidade e clareza proporcionadas por tais recursos. Essas limitações apontam caminhos férteis para pesquisas futuras que podem enriquecer ainda mais a compreensão sobre a implementação e os impactos da Linguagem Simples.

Apesar das limitações identificadas, como a amostra reduzida de documentos e a falta de análise de elementos visuais, a pesquisa atingiu seus objetivos ao demonstrar que a adoção da Linguagem Simples está associada a melhorias significativas na clareza e

leiturabilidade dos documentos públicos. Os resultados obtidos, respaldados pela literatura existente, indicam que a Linguagem Simples contribui para uma comunicação mais acessível e inclusiva, fortalecendo a transparência e a participação cidadã. Assim, embora existam áreas para aprimoramento, a pesquisa confirmou a relevância e os benefícios da implementação da Linguagem Simples na comunicação pública.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ARIAS, G. J. A. **Lenguaje claro (derecho a comprender el Derecho)**. Cámara de Representantes de Colombia - Eunomía. Revista en Cultura de la Legalidad. ISSN 2253-6655 N.º. 15, octubre 2018 – marzo 2019, pp. 249-261. DOI: <https://doi.org/10.20318/eunomia.2018.4355>.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 49. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2007.

BARCELLOS, R. **Avaliação da Qualidade e Interpretabilidade de Visualizações de Dados**. Dissertação de Mestrado em Computação. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2017.

BETTINE, Marco. **A Teoria do Agir Comunicativo de Jurgen Habermas bases conceituais**. São Paulo. Edições EACH, 2021. DOI: 10.11606/9786588503027

BORGES. L.C. M. A Revisão de textos como um Processo de Predição da **Leiturabilidade de Publicações Técnico-Científicas**. Monografia. Universidade Gama Filho, Belém. PA.2010

BRANDÃO, E.P. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. Comunicação **Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 83.740, de 18 de julho de 1979. **Institui o Programa Nacional de Desburocratização e dá outras providências** (revogado). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d83740.htm#:~:text=D83740&text=DECRETO%20No%2083.740%2C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%201979.&text=Institui%20o%20Programa%20Nacional%20de%20PRESIDENTE%20DA%20REP%20C3%9ABLICA%20. Acesso em: 03 de março de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras

providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm
Acesso em: 09 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm
Acesso em: 09 de maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
Acesso em: 09 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Acesso em: 12 de maio de 2024.

BUCCI, E. **O Estado de Narciso: A Comunicação Pública a Serviço da Vaidade Particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CAPPELLI, C. OLIVEIRA, R. NUNES, V. **Linguagem simples como Pilar da Transparência**. Revista Humanidades e Inovação - ISSN 2358-8322 - Palmas - TO - V.10, nº.09. 2023.

CAMPOS, Miguel ángel.; ISANI, Shaeda. **Aspects of Language and the Law: Exploring Further Avenues**. Alicante Journal of English Studies 28 (2015): 5-12

CAVIQUE, Luís. **Legibilidade de Artigos Científicos: Análise de Dados da RCC**. Revista de Ciências da Computação, Volume III, Ano III, 2008, nº3.

CEZAR, Layon Carlos. **Comunicação e Marketing no Setor Público: diferentes abordagens para a realidade brasileira**. ENAP. Brasília 2019. p. 75

CLEAR COMMUNICATION INDEX User Guide, 2023. Disponível em:
www.cdc.gov, Acesso em: 04 de outubro de 2024.

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS. 1969. Disponível em:

https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm Acesso em: 04 de outubro de 2024.

COSTA, João Roberto Vieira (organizador). **Comunicação de interesse público – ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor** - Direitos em Língua Portuguesa para o Brasil, Editora locker comercial LTDA, 2006.

Conheça o Brasil: Educação. IBGE Educa Jovens. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-Educacao.html#:~:text=> Acesso em 10 de janeiro de 2024.

CUTTS, M. **Oxford Guide to Plain English.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

CUTTS, Martin. **Oxford guide to plain English.** Oxford University Press, USA, 2020.

DALE, E.; Chall, J.S. **O conceito de legibilidade.** Inglês elementar. 1949.

DREHER, Kira. **Insider Audiences and Plain-Language Revision: A City Charter Case Study.** IEEE Transactions on Professional Communication, Vol. 60, nº. 4, p. 430 – 447, december 2017 IEEE 10.1109/TPC.2017.2759578

DUARTE, Jorge. **Os Desafios da Comunicação Pública.** Seminário Lusicomum. Instituto de Ensino Superior de Brasília. Brasília, 2008.

DUARTE, Jorge. (org) **Comunicação pública. Estado, Mercado, Sociedade e Interesse público.** 3ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2012.

DUARTE, Jorge. (org) **Comunicação Pública Casos Excelentes de 2023.** 1ª. ed. São Paulo: Editora Aberje : ABC Pública, 2023. PDF.

DUBAY, William H. by. **The Principles of Readability** - Impact Information 126 E. 18th Street, #C204 Costa Mesa, CA 92627. 2004.

DUBAY, William H. **Smart Language Readers, Readability, and the Grading of Text.** Impact Information Costa Mesa, California. ISBN: 1-4196-5439-X. 2007.

E-book Linguagem Simples: o entrelaçamento da empatia na comunicação escrita, v.1 n.01 (2021) – São Paulo, SP 2021.

FERREIRA, J. R. *et al.*, **Da importância da comunicação para o acesso aos serviços públicos**. Ciências Sociais, Volume 27 - Edição 126/set 2023 Registro DOI:10.5281/zenodo.8319701.

FINATTO, M. J. B.; PARAGUASSU, L. B. (organizadoras) - **Acessibilidade Textual e Terminológica**. Uberlândia : EDUFU, 2022.

FISCHER, Heloisa. **Clareza em Textos de E-gov, uma questão de cidadania**. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-. Rio de Janeiro, 2018.

FISCHER, Heloisa.; MONT´ALVÃO, Cláudia.; RODRIGUES, Erica dos S. **O Papel do texto na compreensibilidade de E- Serviços**. Ergodesign & HCI. Número especial, volume 7. Ano 7. 2019.

FISCHER, Heloisa. **Linguagem Simples no Setor Público. 2019**. Disponível em: <https://wegov.com.br/linguagem-simples-setor-publico/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2024.

FISCHER, Heloisa. **“Escrita Simples em Documentos Oficiais Facilita Acesso a Direitos”**, 2020, pág. eletrônica. Disponível em:

<https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/escrita-simples-em-documentos-oficiais-facilita-acesso-a-direitos-diz-pesquisadora-heloisa-fischer/>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

FISCHER, Heloisa. **Impactos da Linguagem Simples na Compreensibilidade da informação em Governo Eletrônico: o caso de um benefício do INSS**. Dissertação de Mestrado em Design do Departamento de Artes e Design da PUC-Rio. 2021.

GARWOOD, Kim. **Plain, but not Simple: Plain Language Research With Readers, Writers, and Texts**. Waterloo, Ontario, Canadá, 2014.

GIRGLIOLI, Pier Paolo. **Burocracia**. In: Bobio, N.; Matteucci, N. & Pasquino, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: UnB, 1986.

GRAESSER, Arthur C.*et al.*, **Coh-Metrix: Providing Multilevel Analyses of Text Characteristics**. Educational Researcher, Vol.40. n° 5, pp.223-234. June/july 2011.

GREEN, S. B. (1991). **How many subjects does it take to do a regression analysis?** *Multivariate Behavioral Research*, 26(3), 499-510.

Guia com orientações para aplicação da linguagem simples e do Design Simples - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro – Fundação João Goulart.

Guia Orientações Para Adoção de Linguagem Clara - Guia é parte integrante do projeto de cooperação entre o Governo do Estado de São Paulo e o Reino Unido. (2017). Disponível em: <http://www.governoaberto.sp.gov.br>. Acesso em 28 de março de 2024.

GUIMARÃES, J.R.S. JANNUZZI, P.M . **Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades.** R. B. Estudos Urbanos e regionais V.7 n.1 maio 2005

HASWANI, M. F. **Comunicação Pública: Bases e Abrangências.** São Paulo: Saraiva, 2013.

ISO 24495-1:2023. INTERNATIONAL STANDARD. <https://cdn.standards.iteh.ai/samples/78907/d194fac21d6a45f38bfcfec9657f7498/ISO-24495-1-2023.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

Informar mais pobres de maneira incompreensível freia o desenvolvimento, diz Nobel de Economia. Ary Ramos. Junho 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/informar-mais-pobres-de-maneira-incompreensivel-freia-o-desenvolvimento-diz-nobel-de-economia.shtml> Acesso em 10 de abril de 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Educação 2023 – Pnad Contínua- Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em 16 de março de 2024.

KIMBLE, J. **An Excerpt from Writing for Dollars, Writing to Please. Plain Language.** Michigan Bar Journal. August, 2012.

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011(LAI). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências

LORENZO, Claudio. **O consentimento livre e esclarecido e a realidade do analfabetismo funcional no Brasil: uma abordagem para a norma e para além da norma.** Revista Bioética, 2007, 15 (2), 268-82.

MCNAMARA, D. S., GRAESSER, A. C., MCCARTHY, P. M., & CAI, Z. **Automated Evaluation of Text and Discourse with Coh-Metrix.** Cambridge University Press 2014. Disponível em: <https://archive.org/details/automatedevaluat0000mcna/mode/1up>. Acesso em: 14 de novembro de 2024.

MARTINS, R. **Desafios na definição e medição da legibilidade, sob o ponto de vista do Design da Informação.** Info Design Revista Brasileira de Design da Informação, v. 5, n. 3, p. 57-61, 2008. ISSN 1808-5377.

MIOLA, E.; MARQUES, F. P. J. **Por uma definição de comunicação pública: tipologias e experiências brasileiras.** In: CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, 7. 2017, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

MIRANDA, I.A.; REINA, D.; LEMES, S. **Grau de Legibilidade dos Relatórios Financeiros em Empresas do Novo Mercado – XVII USP INTERNATIONAL CONFERENCE IN ACCOUNTING.** Julho de 2018.

MORENO, G.C.L. **Influência da Credibilidade dos Relatórios de Evidenciação Ambiental e Social no Desempenho de Empresas Brasileiras do Setor Crítico.** Tese de Doutorado em Educação Física. Universidade Federal de Santa Catarina. 2023.

MORENO. G. C. de L; SOUZA. M. P. M. de; HEIN, A. Nelson; HEIN. A. K. **ALT: um software para análise de legibilidade de textos em língua portuguesa.** Policromias — Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 91-128, jan./abr. 2023.

Patient Information Forum (PIF), 2024. **Using Plain Language in Health Information.** Disponível em: www.pifonline.org.uk, Acesso em: 04 de outubro de 2024

PEDUZZI, P., CONCATO, J., KEMPER, E., HOLFORD, T. R., & FEINSTEIN, A. R. (1996). A simulation study of the number of events per variable in logistic regression analysis. *Journal of Clinical Epidemiology*, 49(12), 1373-1379.

PETTERSSON, Rune. **Text Design: Printed Words. Spoken Words.** Wien: IIID Public Library, 2015. 240 p. ISBN 978-91-85334-27-8. Disponível em: <http://www.iiid.eu/PublicLibrary/Pettersson-Rune-ID2-Text-Design.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2024.

PORSSE, A.A. **Metodologia de Elaboração de Indicadores.** Universidade Federal do Paraná –UFRP. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – UFPR

Resumo do Livro “Desburocratização Linguística”, de Neide Rodrigues de Souza Mendonça (25/11/2012). REIS. Alice *et al.*, Disponível em: https://desburocratizacaolinguitica.blogspot.com/2012/11/resumo-do-livro-desburocratizacao_25.html Acesso em 06 de abril de 2024.

RECOMENDAÇÃO: **“Records of the 20th General Conference of UNESCO: Resolutions” Revised Recommendation concerning the International Standardization of Educational Statistics 1** (PDF), UNESCO, 1978, p. 18.

REDISH, J. **Letting Go of the Words: Writing Web Content that Works.** Elsevier/Morgan Kaufmann. 2010.

ROCHA, C. M. V. da. **Comunicação social e vacinação. História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, v. 10, n. suppl 2, p. 795–806, 2003.

RODRIGUES, Z.M.R. **Sistema de indicadores e desigualdade socioambiental intraurbana**, São Luiz (MA). 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – São Paulo, SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

RUA, M.G. **Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores.** <https://pdfcoffee.com/desmistificando-o-problemauma-rapida-introducao-ao-estudo-dos-indicadorespdf-pdf-free.html>. Acesso em 12 de junho de 2024.

SCHRIVER, K. A. **Dynamics in document design: Creating texts for readers.** New York: John Wiley & Sons. (1997).

SCHRIVER, K. CHEEK, A. L. e MERCER, M. **The research basis of plain language techniques: Implications for establishing standards.** Clarity 63. May 2010.

SCHRIVER, Karen a. **Integrative Literature Review Plain Language in the US Gains Momentum: 1940–2015**. IEEE TRANSACTIONS ON PROFESSIONAL COMMUNICATION, VOL. 60, NO. 4, DECEMBER 2017.

SILVA, José Aroldo da. **A Intertextualidade na Promoção da Legibilidade Textual** - Revista Avepalavra – Curso de Letras, UNEMAT, Alto Aaguaia ed. 11 – 1º semestre 2011.

SILVEIRA, M. I. M. **O burocratês: análise à luz de uma gramática retórica**. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/985>. Acesso em: 16 maio. 2024.

THE 8 PRINCIPLES OF OPEN GOVERNMENT DATA (OpenGovData.org). Disponível em: <https://opengovdata.org/> Acesso em: 12 de abril de 2024.

THE WHITE HOUSE GOV. **The White House Task Force on Worker Organizing and Empowerment: Update on Implementation of Approved Actions**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/03/17/the-white-house-task-force-on-worker-organizing-and-empowermentupdate-on-implementation-of-approved-actions/>. Acesso em 28 de fevereiro de 2024.

TRUDEAU, Christopher R. **The Public Speaks: An Empirical Study of Legal Communication**. University of Arkansas at Little Rock William H. Bowen School of Law, crtrudeau@ualr.edu. 2012

WILLERTON, C. R. **Plain Language and Ethical Action: A Dialogic Approach to Technical Content in the Twenty-First** p. 1. Disponível em: https://scholarworks.boisestate.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1279&context=english_facpubs. Acesso em: 04 abril 2024.

WILLIAMS, Christopher. Changing with the times: **The evolution of Plain Language in the Legal Sphere**. University of Foggia. Alicante Journal of English Studies, 28, pp. 183-203. 2015.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je ? Paris, 1995. Trad: Prof. Dra. Elizabeth Brandão.



APÊNDICES

APÊNDICES

APÊNDICES

ANEXO I

NORMATIVO DE LINGUAGEM SIMPLES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS



Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

PORTARIA CONJUNTA 91 DE 01 DE SETEMBRO DE 2021

Regulamenta o uso de linguagem simples e de direito visual no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.

O PRESIDENTE, A PRIMEIRA VICE-PRESIDENTE E A SEGUNDA VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS E A CORREGEDORA DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais e em atenção ao art. 5º da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011; ao inciso XIV do art. 5º da Lei 13.460, de 26 de junho de 2017; ao inciso VII do art. 3º da Lei 14.129, de 29 de março de 2021; e ao parágrafo único do art. 32 da Resolução 347, de 13 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça; bem como em vista do contido no processo SEI 16667/2021,

RESOLVEM:

Art. 1º Regulamentar o uso de linguagem simples e de direito visual no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - linguagem simples: técnica de comunicação adotada para transmitir informações de forma simples e objetiva, com o intuito de facilitar a compreensão das comunicações, principalmente escritas, sem prejuízo das regras da língua portuguesa.

II - direito visual: modo de organização e apresentação de informações em textos e documentos jurídicos, a fim de tornar a compreensão do Direito mais clara e acessível ao público, com uso de elementos visuais, como ícones, pictogramas, infográficos, fluxogramas, QR codes, entre outros.

CAPÍTULO II DOS FUNDAMENTOS

Art. 3º As determinações constantes desta Portaria têm como fundamentos:

I - a crescente demanda da sociedade por comunicação com qualidade, eficiência e transparência, de modo a facilitar seu conhecimento e acesso aos serviços do Poder Judiciário;

II - o direito da usuária e do usuário de serviço público à adequada prestação de serviços, devendo os órgãos adotar linguagem simples e compreensível a todos;

III - a capacidade de a linguagem atuar como meio para facilitar o exercício de direitos e o cumprimento de obrigações pelas cidadãs e cidadãos;

IV - o foco em quem usa os serviços e a geração de valor público.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 4º A regulamentação a que se refere esta Portaria tem como objetivos:

I - favorecer a produção de comunicações claras e objetivas, tanto interna quanto externamente;

II - garantir que o público tenha acesso fácil, entenda e use as informações prestadas pelo TJDFT;

III - promover a transparência e o acesso à informação pública de forma clara e universal;

IV - incentivar o uso de linguagem acessível e inclusiva;

V - uniformizar a identidade visual dos documentos e materiais informativos produzidos no TJDFT;

VI - reduzir os custos provenientes de atendimentos ao público.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES

Art. 5º Na criação e revisão de documentos e materiais informativos no âmbito do TJDFT, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I - adequar mensagens, linguagens e canais aos diferentes segmentos de público, de maneira simplificada e acessível aos que desconhecem as expressões jurídicas;

II - usar linguagem respeitosa, amigável, empática, acessível e inclusiva;

III - dar preferência a palavras comuns, de fácil compreensão;

IV - usar a adequada designação de gênero na denominação profissional ou em ocorrência que a requeira;

- V - obedecer às regras gramaticais da língua portuguesa;
- VI - dar preferência à escrita de frases curtas e na ordem direta;
- VII - evitar o uso de termos estrangeiros e jargões;
- VIII - evitar o uso de termos técnicos e siglas desconhecidas e, quando utilizá-los, explicar o seu significado;
- IX - não usar termos discriminatórios ou pejorativos;
- X - reduzir comunicação duplicada;
- XI - organizar textos utilizando, quando pertinente, títulos, subtítulos e marcadores de tópicos;
- XII - usar, de forma complementar e quando pertinente, elementos não textuais, como ícones, pictogramas, infográficos, fluxogramas e outros.

Parágrafo único. A adoção das diretrizes descritas neste artigo não deve prejudicar a acessibilidade e o acesso à informação nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO V DA IDENTIDADE VISUAL

Art. 6º O TJDFDT promoverá a uniformização da identidade visual de seus documentos e materiais informativos, para que seja amplamente reconhecida pelo público.

§ 1º O TJDFDT instituirá grupo de trabalho para coordenar a produção de ícones, pictogramas e padrões visuais e definir a identidade visual referida no caput deste artigo.

§ 2º Os ícones a serem produzidos deverão obedecer a padrão de cor, tamanho, proporção, fonte, espessura do traço do desenho, bem como a critérios de acessibilidade.

§ 3º A identidade visual mencionada no caput deste artigo será

submetida à apreciação da Administração Superior.

CAPÍTULO VI DA DISSEMINAÇÃO

Art. 7º A Escola de Formação Judiciária Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro - EFJ promoverá ações de capacitação voltadas à simplificação de documentos e materiais informativos por meio de linguagem simples e de direito visual.

Art. 8º O Laboratório de Inovação Aurora - AURORALAB promoverá oficinas e criará espaços para troca de aprendizados, experiências e boas práticas sobre o uso de linguagem simples e de direito visual.

Art. 9º As ações relacionadas ao uso de linguagem simples e de direito visual no TJDF-T deverão ser estimuladas, acompanhadas e avaliadas, sendo seus resultados divulgados ao público interno e externo.

CAPÍTULO VII DA COORDENAÇÃO

Art. 10. A gestão das ações definidas nesta Portaria ficará a cargo da Assessoria de Comunicação Social - ACS, com apoio do AURORALAB e da EFJ, que deverão:

- I - desenvolver e coordenar as ações previstas nesta Portaria;
- II - produzir materiais de apoio sobre adoção de direito visual e simplificação de documentos;
- III - promover capacitações em linguagem simples e direito visual;
- IV - realizar oficinas de simplificação de documentos e de materiais informativos;
- V - criar banco institucional de ícones e pictogramas;
- VI - criar e manter atualizado repositório de documentos e materiais

informativos institucionais que adotaram linguagem simples e direito visual;

VII - estimular e acompanhar o uso de linguagem simples e de direito visual nos documentos e materiais informativos.

Parágrafo único. O Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - NUICS auxiliará na avaliação de documentos e materiais informativos do TJDFT quanto à adoção de linguagem acessível e inclusiva.

Art. 11. Sem prejuízo do disposto no art. 10 desta Portaria, as unidades administrativas e judiciárias do TJDFT são responsáveis por colaborar com a elaboração do diagnóstico do uso de linguagem simples e de direito visual no TJDFT, a partir da disponibilização de documentos e informações.

Parágrafo único. As gestoras e gestores de unidades devem incentivar sua equipe a participar das capacitações e contribuir com as oficinas, previstas, respectivamente, nos incisos III e IV do art. 10 desta Portaria, a fim de promover a formação de multiplicadores das práticas de linguagem simples e de direito visual no TJDFT.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 12. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA
Presidente
Desembargadora ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO
Primeira Vice-Presidente
Desembargadora SANDRA DE SANTIS
Segunda Vice-Presidente
Desembargadora CARMELITA BRASIL
Corregedora

ANEXO II

NORMATIVO DE LINGUAGEM SIMPLES DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL



PORTARIA Nº 383, DE 1º DE JUNHO DE 2022 (*)

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do Artigo 509, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, publicado no DODF nº 241, de 20 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Linguagem Simples na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, com os seguintes objetivos:

- I - garantir que a administração pública utilize uma linguagem simples e clara em todos seus atos;
- II - possibilitar que as pessoas e as empresas consigam com facilidade localizar, entender e utilizar as informações da SES-DF;
- III - reduzir a necessidade de intermediários entre o governo e a população;
- IV - reduzir os custos administrativos e operacionais de atendimento ao cidadão;
- V - promover a transparência e o acesso à informação pública de forma clara;
- VI - facilitar a participação e o controle da gestão pública pela população.

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - linguagem simples: o conjunto de práticas, instrumentos e sinais usados para transmitir informações de maneira simples e objetiva, a fim de facilitar a compreensão de textos;

II - Texto em Linguagem Simples: o texto em que as ideias, as palavras, as frases e a estrutura são organizadas para que o leitor encontre facilmente o que procura, compreenda o que encontrou e utilize a informação.

CAPÍTULO II DOS FUNDAMENTOS

Art. 3º A Linguagem Simples na SES/DF tem como fundamentos:

I - Valorização institucional;

II - Foco nos usuários dos serviços públicos de saúde;

III - Eficiência, clareza, transparência e qualidade da informação;

IV - Simplicidade, objetividade e compreensibilidade dos atos administrativos;

V - Participação, controle e desenvolvimento social;

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES

Art. 4º Na criação e revisão de documentos e materiais informativos no âmbito da Secretária de Estado de Saúde do Distrito Federal, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I - adequar mensagens, linguagens e canais aos diferentes segmentos de público, de maneira simplificada e acessível aos que desconhecem as expressões jurídicas, siglas e termos técnicos;

II - usar linguagem respeitosa, amigável, empática, clara, acessível, inclusiva e de fácil compreensão;

III - dar preferência a palavras comuns, de fácil compreensão;

IV - usar linguagem adequada às pessoas com deficiência, crianças e adolescentes;

V - obedecer às regras gramaticais da língua portuguesa;

- VI - dar preferência à escrita de frases curtas e na ordem direta;
- VII - evitar o uso de termos estrangeiros e jargões;
- VIII - evitar o uso de termos técnicos e siglas desconhecidas e, quando utilizá-los, explicar o seu significado;
- IX - não usar termos discriminatórios ou pejorativos;
- X - reduzir comunicação duplicada;
- XI - organizar textos utilizando, quando pertinente, títulos, subtítulos e marcadores de tópicos;
- XII - usar, de forma complementar e quando pertinente, elementos não textuais, como ícones, pictogramas, infográficos, fluxogramas, imagens, animações, tabelas, gráficos e outros;
- XIII - conhecer e testar a linguagem simplificada com o público alvo.

Parágrafo único. A adoção das diretrizes descritas neste artigo não deve prejudicar a acessibilidade e o acesso à informação nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO IV DA DISSEMINAÇÃO

Art. 5º A Gerência de Educação em Saúde -SES/SUGEP/DIDEP/GES promoverá ações de capacitação voltadas à simplificação de documentos e materiais informativos por meio de linguagem simples e de direito visual.

Art. 6º A Diretoria de Controle Social - SES/CONT/USTRAC/DICOS, promoverá oficinas e criará espaços para troca de aprendizados, experiências e boas práticas sobre o uso de linguagem simples e de direito visual.

Art. 7º As ações relacionadas ao uso de linguagem simples e de direito visual na Secretária de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF deverão ser estimuladas e acompanhadas pela Unidade Setorial de Transparência e Controle Social - SES/CONT/USTRAC.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÃO FINAL

Art. 8º Compete a Unidade Setorial de Transparência e Controle Social - SES/CONT/USTRAC, a atualização do "Guia para uso de Linguagem Simples", disponível no site da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL LUIZ NARVAZ PAFIAD



idp

Bo
pro
cit
ref
Ness
são e

idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO